



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

ELVIS MOREIRA XAVIER

**A FAMÍLIA DO DESASTRE: REPRESENTAÇÕES E LUTAS  
NO CONTEXTO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO RENOVA  
ENTRE OS POVOS INDÍGENAS TUPINIKIM DE ARACRUZ –  
ES**

VITÓRIA – ES

2019

ELVIS MOREIRA XAVIER

**A FAMÍLIA DO DESASTRE: REPRESENTAÇÕES E LUTAS  
NO CONTEXTO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO RENOVA  
ENTRE OS POVOS INDÍGENAS TUPINIKIM DE ARACRUZ –  
ES**

Texto apresentado como requisito para obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFES).

Orientação: Pr. Dr. Sandro José da Silva

VITÓRIA – ES

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

M835f Moreira Xavier, Elvis, 1991-  
A Família do Desastre : Representações e lutas no contexto das ações da Fundação Renova entre os povos indígenas Tupinikim de Aracruz-ES / Elvis Moreira Xavier. - 2019.  
144 f. : il.

Orientador: Sandro José da Silva.  
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Famílias. 2. Relações Sociais. 3. Desastre. 4. Comunidade. 5. Fundação Renova. 6. Estado. I. José da Silva, Sandro. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

---

**Elvis Moreira Xavier**

**A FAMÍLIA DO DESASTRE: REPRESENTAÇÕES E LUTAS NO  
CONTEXTO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO RENOVA ENTRE OS  
POVOS INDÍGENAS TUPINIKIM DE ARACRUZ – ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

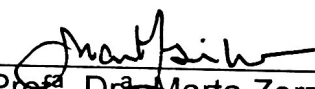
Aprovada em 24 de junho de 2019.

Comissão Examinadora:



---

Prof. Dr. Sandro Jose da Silva  
Orientador e Presidente da Comissão - UFES



---

Prof. Dr.ª Marta Zorzal e Silva  
Examinadora Interna – UFES



---

Prof. Dr.ª Adriana Amaral Ferreira  
Examinadora Externa – UFRRJ

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de salientar que fazer uma lista de agradecimentos não é tarefa fácil, haja vista das múltiplas situações em que passei nessa caminhada, das inúmeras formas de ajuda que recebi, de maneira que pontuar cada uma delas me faz perceber a sua importância, mesmo que um simples texto de agradecimento não caiba tamanha gratidão. Desse modo gostaria de agradecer a Deus por ter me dado sanidade mental e forças para a conclusão dessa dissertação, sobretudo no contexto difícil da vida brasileira no âmbito social e político que refletiam nos meus anseios e angústias acerca do presente e do futuro.

Agradeço a minha família que não é aquela dos comerciais de margarina, sobretudo agradecer a minha avó, dona Bidó, que me criou e me fez ser duro na queda, com quem compartilhei meus anseios, dividi alegrias frustrações nesta caminhada como estudante de graduação e pós-graduação. Agradeço a minha mãe, desde que cheguei a capital se esforçou em me ajudar mesmo não tendo condições para tal, com quem também dividi inúmeros momentos em que precisava de suporte e apoio.

Agradeço a CAPES pelo financiamento durante um ano de curso em que tal recurso foi de suma importância na continuidade do trabalho, pois através dele pude investir nos equipamentos que me foram extremamente importantes para a conclusão dessa dissertação.

Agradeço a rede de pesquisa, *Com o rio e com o mar: implementação de tecnologia social de governança participativa para políticas públicas de recuperação da Bacia do Rio Doce no Espírito Santo (CAPES-FAPEMIG-FAPES-CNPq-ANA nº 06/2016)*, pelo financiamento da pesquisa de campo, pela experiência de pertencer a um grupo de pesquisa, foi um aprendizado de trabalho em equipe que levarei por toda a minha carreira como pesquisador.

Agradeço ao meu orientador, Pr. Sandro José da Silva pela paciência e suporte na formulação dessa dissertação, pelo aprendizado do fazer a pesquisa como um caminho construtivo e fluido, pelos conselhos e dicas no estudo de campo que me fez quebrar inúmeros preconceitos e concepções que havia tido acerca dos povos indígenas.

Agradeço a Profa. Marta Zorzal pelo suporte no início do curso que foram muito importantes para a materialização do objeto de pesquisa dessa dissertação, bem como na

disciplina de Políticas Públicas onde os debates foram de grande aprendizado para entender as dinâmicas postas no contexto da pesquisa, sobretudo pelo papel do poder público.

Agradeço aos meus amigos de Montanha e da grande Vitória que me ajudaram em múltiplos sentidos, que me aguentaram no momento em que precisava me expressar, por me fazerem rir de maneira que amenizaram essa difícil caminhada, seja pelos grupos de Whatsapp ou pessoalmente, sobretudo, na etapa de escrita da dissertação onde o pesquisador encontra-se solitário e recluso no meio das teorias e dados, seria injusto não citar a todos que contribuíram para tal. Entretanto gostaria de citar especialmente os meus amigos, Gustavo Depollo pelo suporte e apoio nos momentos em que precisava conversar com alguém a respeito da minha caminhada no mestrado de ciências sociais, sua amizade foi de suma importância, ao Guilherme Pratti como amigo que ganhei da graduação, por me auxiliar ainda no processo seletivo acerca do projeto, pelo fato de também estar imerso no mundo da pesquisa, ao Gabriel Keller que desde o primeiro período do curso de ciências sociais seu companheirismo e amizade foram muito importantes em que compartilhamos essa caminhada ao qual ele também faz parte, a Izabella amiga desde o ensino médio na época dos dinossauros que me conhece e sabe da caminhada, aos amigos da graduação (João Paulo e Gabriel Vasconcelos), e a todos os demais que levarei pra vida.

Agradeço aos meus amigos e colegas da turma de 2017 do mestrado de Ciências Sociais com os quais compartilhei a difícil caminhada que é de fazer pesquisa, escrever artigos, apresentar seminários, frequentar as disciplinas, que de maneira leve e descontraída passamos por essa fase e vencemos. Entretanto, a cicatriz da perda do nosso colega Renan de Almeida Tomasi de forma repentina e trágica nos deixaram profundamente abalados, de maneira que o consolo que fica é lembrar de sua presença conosco nas disciplinas em que cursamos e dos diálogos que tínhamos nos intervalos e no nosso grupo do Whatsapp.

Agradeço a banca de qualificação da minha pesquisa, em especial a Profa. Aline Trigueiro, a Profa. Adriana e novamente a profa. Marta Zorzal, pelos apontamentos acerca da minha pesquisa, especialmente a parte teórica e propriamente do objeto de pesquisa.

Não posso deixar de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e a todo o corpo docente do programa ao qual tenho ligação desde a graduação, especialmente a Profa. Maria Cristina Dadalto e a Profa. Patrícia Pavesi que através da disciplina de metodologia de pesquisa auxiliou a mim e a turma na construção do objeto de pesquisa, a Profa. Cristiana Losekann pelos apontamentos no II Seminários em Ciências Sociais acerca

do meu objeto de pesquisa e o Prof. Osvaldo Martins pelos apontamentos acerca do meu artigo apresentado no seminário seguinte.

Agradeço ao povo Tupinikim de Caieiras Velha, representado por todas(os) que me ajudaram na construção deste trabalho, sobretudo, pela empatia, cordialidade perante a presença de um pesquisador em meio de muitos outros que continuamente estão presentes na aldeia para fazer pesquisa, produzir conhecimento, de modo que a cordialidade e simpatia do povo de Caieiras são estímulos diários frente a contínua luta pela manutenção de sua identidade, frente a interferência de agentes externos. Em especial agradeço a Dona Helena e o Sr. Manoel, pessoas que tive contato desde o primeiro dia em que estive na comunidade, também agradeço a AITG e seus pares, representados pelas lideranças e demais membros da associação.

## RESUMO

A presente dissertação se debruça sobre a temática do desastre socioambiental de Fundão em Mariana – MG, ocorrido em 05 novembro de 2015, especificamente busca analisar as representações familiares em torno da implementação do programa de cadastramento, ressarcimento e indenização dos atingidos. Através da perspectiva Antropológica e Sociológica a pesquisa imerge-se na comunidade de Caieiras Velha no município de Aracruz – ES, a comunidade é uma das 12 aldeias indígenas presentes na região do Piraquê-Açu. Por meio do método etnográfico entre os períodos de fevereiro e setembro de 2018, buscou-se a cada imersão no campo um constante aprendizado em torno do fazer a pesquisa e através disto detectar a teia de relações presentes na comunidade que possui um *modus operandi* que é legitimado pela sua população em que através das relações familiares, parentais e comunitárias formam-se um sistema de representação simbólica composta pelo cacique eleito pela comunidade, juntamente com 12 lideranças que são responsáveis por deliberar pautas referentes a vida comunitária em que as ações da Fundação Renova se fazem presentes. Nesse contexto, se insere, também o papel das associações presentes, focalizando em duas delas, a AITG e a APECI, ambas com finalidades distintas, mas com muita influência em torno das discussões coletivas. Com a interferência de agentes externos na vida comunitária, sobretudo, a metodologia de aplicabilidade do cadastramento e conseqüentemente do auxílio emergencial, tensões e conflitos tangenciaram as relações internas entre as famílias e a comunidade, ocasionando em rupturas nas suas relações, de modo, que a mobilização em face da atuação da Renova se dá entre a articulação entre as famílias Tupinikins, as lideranças e o cacique, juntamente com as demais aldeias indígenas. A literatura exposta terá dois eixos temáticos, o primeiro busca descrever a categoria família ao qual através das transformações sociais, espaciais, econômicas e culturais refletiram na sua composição e deram novas narrativas e perspectivas em torno de sua importância e papel na reprodução das relações humanas. O segundo eixo trabalhará com o a concepção de desastre balizada pela *Sociologia dos Desastres* em que essa vertente das Ciências Sociais está voltada em mensurar e debater o fenômeno focalizando nos aspectos humanos e dos contextos criados a partir da ação humana, seja antes, durante e após o acontecimento, entendendo a partir daí o desastre não somente como um fenômeno de afetação momentânea, mas sim como um processo de contínua afetação. Além disso a atuação da Fundação Renova, bem como, do Estado nesse contexto será mensurada com o auxílio das Notas Técnicas emitidas pelo CTOS, Câmara Técnica pertencente ao CIF, órgão responsável por regular as ações da Fundação Renova focalizando na implementação do cadastramento, ressarcimento e indenização dos atingidos pelo desastre. Para tanto, a partir do recorte pesquisado entre os anos de 2016 e 2017 a implementação das ações de reparação se deu de maneira assimétrica, morosa e distorcida no que tange a real dimensão dos impactos causados pelo rompimento da barragem, com isso a população atingida absorveu o ônus dessa lógica introduzida pela Fundação Renova, focalizando as populações indígenas, objeto deste trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Famílias; Relações sociais; Desastre; Comunidade; Fundação Renova; Estado.



## ABSTRACT

The present dissertation focuses on the social and environmental disaster of Fundão in Mariana – MG that occurred in November 2015, specifically to analyze the family representations around the implementation of the registration, compensation and indemnification program for those affected. Through the Anthropological and Sociological perspective the research is immersed in the community of Caieiras Velha in the city of Aracruz - ES, one of the 12 indigenous villages present in the region of Piraquê-Açu. Utilizing the ethnographic method between the periods of February and September of 2018, each immersion in the field and through it detect sought a constant learning around the research and through this to detect the web of relations present in the community that has a *modus operandi* that is legitimized by its population in which, through family, parental and community relations, forms a system of symbolic representation, composed of the cacique elected by the community, together with 12 leaders who are responsible for deliberating guidelines regarding community life and which the actions of the Renova Foundation. In this context, it also includes the role of the associations present, focusing on two of them, the AITG and APECI, both with different purposes, but with a lot of influence around the collective discussions. With the interference of external agents in community life, above all, the methodology of applicability of registration and consequently of emergency assistance, tensions and conflicts have tainted the internal relations between families and the community, causing in ruptures in their relations, so that the mobilization in the face of the action of Renova Foundation occurs between the articulation between the Tupinikins families, the leaderships and the cacique, along with the other indigenous villages. The exposed literature will have two thematic axes, the first one to describe the category family to which through the social, spatial, economic and cultural transformations reflected in its composition and gave new narratives and perspectives around its importance and role in the reproduction of human relations. The second axis will work with the conception of disaster carried out by Sociology of Disasters in which this aspect of Social Sciences is focused on measuring and discussing the phenomenon focusing on human aspects and contexts created from human action, whether before, during and after from which disaster is understood not only as a phenomenon of momentary affectation, but as a process of continuous affectation. In addition, the actions of the Renova Foundation and the State in this context will be measured using the technical notes issued by CTOS, a technical chamber belonging to the CIF, the body responsible for regulating the actions of the Renova Foundation, focusing on the implementation of registration, reimbursement and compensation for those affected by the disaster. In order to do so, the implementation of the repair actions occurred in an asymmetrical, time-consuming and distorted way, considering the real dimension of the impacts caused by the rupture of the dam, from which the affected population absorbed the burden of this logic introduced by the Renova Foundation, focusing on indigenous populations, object of this work.

**KEYWORDS:** Family; Social Relationships; Disaster; Comunity; Renova Foundation; State.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa político do município de Aracruz/ES .....	59
Figura 02 – Placa de “Boas Vindas” na entrada da comunidade .....	60
Figura 03 – Localização geográfica do território de Caieiras Velha e demais comunidades indígenas .....	62
Figura 04 – Rodovia ES/456 que corta a aldeia de Caieiras Velha .....	63
Figura 05 – Sede da AITG: Associação indígena Tupinikim-Guarani .....	64
Figura 06 – Sede da APECI: Associação de pescadores, catadores e marisqueiros indígenas .....	64
Figura 07 – Trilha fechada para o leito do rio Piraquê-Açu .....	84
Figura 08 – Escadas esculpidas no chão em parte da trilha fechada .....	85
Figura 09 – Leito do Rio Piraquê-Açu visto na trilha de mata fechada .....	86
Figura 10 – Barco utilizado por dona Josenita e sua família .....	87
Figura 11 – Leito do rio visto pela área aberta .....	89
Figura 12 – Reunião entre CIF/CTIPCT e Indígenas na Aldeia Pau-Brasil em Aracruz/ES .....	127

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Etapas do cadastramento integrado .....	119
Quadro 2: Fases do processo de indenização mediada (PIM) .....	121

## LISTA DE SIGLAS

AITG – Associação Indígena Tupinikim-Guarani

ANA – Agência Nacional de Águas

APECI – Associação de Pescadores, Catadores e Marisqueiros Indígenas

BDEI – Banco de Dados Emergencial Integrado

CBH-Doce – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

COFAVI – Companhia de Ferro e Aço de Vitória

CIF – Comitê Interfederativo  
CPF – Cadastro de Pessoa Física  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CTs – Câmaras Técnicas  
CTCPDCS – Câmara Técnica de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social  
CTIPCT – Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais  
CTOS – Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial  
DPU – Defensoria Pública da União  
DP – Defensoria Pública  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
ES – Espírito Santo  
FCP – Fundação Cultural Palmares  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
GIRD – Grupo Interdefensorial Rio Doce  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IEF – Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais  
IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas  
LOAS – Lei de Orgânica de Assistência Social  
MG – Minas Gerais  
MPF – Ministério Público Federal  
MP – Ministério Público  
NTs – Notas Técnicas  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
PIM – Programa de Indenização Mediada  
SEGOV – Secretaria de Governo da Presidência da República  
SEMAD – Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais  
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena  
SEAMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo  
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TTAC – Termo de Transação de Ajustamento e de Conduta

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Câmaras Técnicas e sua coordenação ..... 103

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
1.1 Metodologia .....	20
1.2 Súmula de Capítulos .....	22
<b>2. CAPÍTULO 1 – FAMÍLIA, DESASTRE E ATINGIDO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA</b> .....	<b>25</b>
2.1 Família: Concepções, transformações, práticas e relações .....	26
2.1.1 Transformações socioespaciais e culturais na instituição família .....	31
2.1.2 Economia Familiar, trabalho e relações .....	34
2.1.3 Família e parentela no contexto brasileiro .....	38
2.1.4 Políticas de Estado e sua relação com a família .....	42
2.2 Compreendendo o estudo dos desastres, sob a ótica das Ciências Sociais no contexto brasileiro .....	44
2.2.1 O Estado presente e a população sem voz política .....	48
2.2.2 Mensurando o aspecto pós-desastre e a família nesse contexto .....	51
<b>3. CAPÍTULO 2 – CAIEIRAS VELHA, A IDENTIDADE DA LUTA EM SUA HISTÓRIA: DESVENDANDO O CAMPO ESTUDADO</b> .....	<b>56</b>
3.1 Caieiras Velha, uma primeira impressão .....	56
3.2 Uma breve descrição do campo .....	58
3.3 As narrativas se conectam: relatos a partir dos diários de campo .....	65
3.4 Perspectivas, ações, lutas e incertezas: o que se espera? .....	92
<b>4. CAPÍTULO 3 – COMPREENDENDO OS DISPOSITIVOS DO CADASTRAMENTO, RESSARCIMENTO E AUXÍLIO EMERGENCIAL DOS ATINGIDOS</b> .....	<b>101</b>
4.1 CIF e a Câmara técnica de organização social e auxílio emergencial dos impactados .....	102
4.2 Considerações da relação CIF e câmara técnica de organização social e auxílio emergencial acerca da atuação da Renova .....	105
4.3 Aspectos relativos ao cadastramento, auxílio emergencial, indenização, ressarcimento e suas características .....	116
4.3.1 Cadastramento .....	117
4.3.2 Auxílio Emergencial .....	119

4.3.3	Ressarcimento e Programa de Indenização Mediada (PIM) .....	120
4.4	A relação entre a Fundação Renova e população afetada .....	122
<b>5.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>132</b>
<b>6.</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>139</b>
6.1	Material de apoio .....	143

## 1. INTRODUÇÃO

O desastre ambiental de Fundão em Mariana – MG, ocorrido em 05 de novembro de 2015 configura-se como o maior desastre ambiental de que se tem notícia no Brasil. Nesse aspecto, os efeitos e impactos que subjaz a esse desastre são de magnitude múltiplas e incidem sobre toda a sociedade brasileira que se vê refém da estreita relação entre Empresas e Estado, inseridos em uma perspectiva que abrangem e facilitam tais acontecimentos (MILANEZ; LOSEKANN, *Orgs.*, 2016). O processo dos efeitos do desastre sobre a população atingida é contínuo. Com o rompimento da barragem no distrito de Fundão em Mariana – MG, a bacia do rio doce a maior afetada pelos 60 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de minério, os 19 mortos e milhares de afetados nos dão a dimensão dos efeitos em múltiplas áreas (IDEM, *Orgs.*, 2016).

Além dos recursos hídricos afetados, a fonte de renda e subsistência de milhares de famílias sofreram com tamanho golpe. Dada a magnitude dos efeitos e sua relação anterior ao desastre, no que tange a relação histórica de desigualdade e vulnerabilização da população, em detrimento de projetos econômicos de larga escala, ao qual foram vitrines do processo de desenvolvimento econômico e do progresso. Esse processo de exploração dos territórios, ligados a empresas de mineração incidem sobre a população que viu seu território explorado e expropriado por grandes corporações calcados pelo capital. Dito isto, acontecimentos como o do dia 05 de novembro de 2015 é fruto e consequência dessa lógica estabelecida, que não mensura os impactos a curto, médio e longo prazo que tais desastres “inesperados” proporcionam.

Com a ocorrência do desastre, um misto de perplexidade, medo, luto e dúvidas acerca do futuro pairavam não só a população atingida em geral, mais toda a sociedade brasileira. A partir disto, diversos setores da sociedade se mobilizavam, no sentido de entender o que se apresentava até então. Nesse aspecto, a partir que o curso da lama percorreu aproximadamente 700 km de trajeto até desaguar no mar no distrito de Regência Augusta no município de Linhares – ES, um rastro de destruição e perplexidade acompanhavam o trajeto. Os efeitos foram tão múltiplos e perversos que é praticamente impossível de cita-los de forma sintética. O ecossistema da bacia do rio doce, sua fauna, espécies de peixes, dentre outros foram diretamente atingidas.

A população, sobretudo, residentes na bacia do rio doce, sofreram múltiplos impactos que extrapolam a questão financeira. Dimensões como fatores psicológicos, emocionais, cognitivos, simbólicos e sociais devem ser consideradas e analisadas, pois não envolvem fatores econômicos (VALÊNCIO, et. al., 2009). Desse modo, inúmeros estratos sociais foram afetados, tanto pelo fator do abastecimento de água, quanto pelo uso do rio como fonte de subsistência e renda. Vale ressaltar também os municípios dependentes economicamente das mineradoras, como fonte de arrecadação de impostos e de trabalho. Historicamente a região de Mariana concentra-se indústrias de mineração que coagem os moradores da região de sua importância econômica e social, os municípios dependem fortemente da arrecadação oriunda dessas indústrias e dos empregos gerados (ZONTA; TROCATE, *Orgs.*, 2016).

Dessa forma, a partir do estopim do desastre em 05 de novembro de 2015, os moradores de cada localidade ao longo da bacia do rio doce acompanhavam angustiantemente a chegada dos rejeitos na sua foz. Com a chegada dos rejeitos em 04 de dezembro de 2015 na foz do rio doce em Regência Augusta, a situação de vida dos moradores do distrito mudou de forma radical. Do ponto de vista econômico, o rio e o litoral eram a fonte de renda do distrito, que tinham a pesca, o turismo e a agricultura como atividade econômica, pois dependiam exclusivamente da foz para essa obtenção. Do ponto de vista simbólico e cognitivo, as relações estabelecidas entre os moradores com o rio e com o distrito constituíram as suas identidades como indivíduos, pois, a gerações ocupam aquele espaço desde tempos imemoráveis (MILANEZ; LOSEKANN, *Orgs.* 2016).

Diversos estudos a partir do rompimento da barragem em novembro de 2015 identificou as disposições iniciais das mineradoras Vale, BHP Billiton e Samarco, no que concerne ao entendimento com os meios jurídicos no caso Ministério Público e a Advocacia Geral da União (AGU) com a população atingida do distrito de Regência Augusta (IDEM, *Orgs.* 2016).

Do ponto de vista inicial, houve uma articulação entre as empresas e os moradores do distrito, sobretudo do ponto de vista financeiro, pois segundo Milanez e Losekann (2016) o Ministério Público assumiu o protagonismo nas negociações com os moradores, os quais foram contratados pelas mineradoras como forma inicial de mitigar e reparar os danos causados com a chegada da lama. Todavia, tal iniciativa acarretou em inúmeras divergências entre os moradores, no que tange ao seu papel como pertencente aquele espaço, pois os moradores contratados demonstravam desinteresse nas mobilizações iniciais, haja vista o fator



econômico por parte das mineradoras. Vale ressaltar que nessa conjuntura não era possível mensurar a totalidade dos impactos, que no decorrer do processo foram se agravando.

Após o período crítico e de incertezas, atores do Estado brasileiro (Governo Federal, Espírito Santo, Minas Gerais) e as empresas (Samarco S/A, Vale S/A e BHP Billiton LTDA) firmaram um acordo, denominado Termo de Transação de Ajustamento e de Conduta (TTAC)<sup>1</sup>, assinado em 02 de março de 2016. Tal acordo contém cerca de 260 cláusulas, que definem os programas que seriam implementados a partir da assinatura do acordo. O acordo visa a *recuperação, mitigação, remediação e reparação* dos danos causados pelo desastre, aos quais estabelecem 42 programas de ações divididos em dois eixos, *socioeconômicos (cláusulas nº 18 a 144) e socioambientais (cláusulas nº 145 a 184)* (BRASIL-TTAC, 2016).

Desse modo, através do TTAC<sup>2</sup>, estabeleceu-se no âmbito normativo preceitos a serem adotados pelos governos municipais, estaduais e federais em conjunto com as mineradoras Samarco/Vale/BHP Billiton para enfrentar as consequências de um desastre de tamanha magnitude. Até a data da assinatura do acordo ainda não se tinham uma total dimensão do desastre e suas consequências. Como os efeitos foram múltiplos e difusos, o acordo contemplou aspectos relativos a população impactada, como preconiza cláusula 1 inciso 2 do TTAC.

[...] as pessoas físicas ou jurídicas, e respectivas comunidades, que tenham sido diretamente afetadas pelo DESASTRE nos termos das alíneas abaixo e deste ACORDO: a) perda de cônjuge, companheiro, familiares até o segundo grau, por óbito ou por desaparecimento; b) perda, por óbito ou por desaparecimento, de familiares com graus de parentesco diversos ou de pessoas com as quais coabitavam e/ou mantinham relação de dependência econômica; c) perda comprovada pelo proprietário de bens móveis ou imóveis ou perda da posse de bem imóvel; d) perda da capacidade produtiva ou da viabilidade de uso de bem imóvel ou de parcela dele; e) perda comprovada de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros e extrativos, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva; f) perda de fontes de renda, de trabalho ou de autossustentância das quais dependam economicamente, em virtude da ruptura do vínculo com áreas atingidas; g) prejuízos

---

<sup>1</sup> O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é um dispositivo legal inserido no direito brasileiro com objetivo extrajudicial de resolução de conflitos para dar celeridade aos processos, de modo que haja consenso entre ambas as partes (VIEGAS, et. al., 2014). O TAC foi instituído através da Lei da Ação Civil Pública (Lei 7347, de 24 de julho de 1985) em seu art. 5º, §6º, e pelo art. 113 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990). Fonte, A natureza jurídica do termo de ajustamento de conduta, ver em: <https://jus.com.br/artigos/18488/a-natureza-juridica-do-termo-de-ajustamento-de-conduta>. Acesso em 08/07/2017.

<sup>2</sup> Fonte, ver TTAC: <http://ibama.gov.br/phocadownload/cif/ttac/cif-ttac-completo.pdf>. Acesso em 08/07/2017.

comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento ou das atividades econômicas; h) inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda e a subsistência e o modo de vida de populações; i) danos à saúde física ou mental; e j) destruição ou interferência em modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos socioculturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas. (BRASIL-TTAC, 2016, p. 7)

Desse modo, o universo de indivíduos impactados é amplo e complexo. Por isso, para implementar os 42 programas acordados, o Termo estabeleceu a criação de duas instituições com funções específicas, a primeira delas através da *cláusula 209* do TTAC, criou-se uma Fundação de direito privado e sem fins lucrativos denominada *Renova*. A Fundação é a responsável por administrar os recursos provenientes das causadoras do desastre ambiental, bem como será de sua responsabilidade formular, implementar e administrar os 42 programas do acordo. A Fundação *Renova* insere-se nesse contexto como um importante ator para entendermos as relações estabelecidas entre o Estado e seus agentes, e as empresas. Desse modo, a Fundação é a principal responsável por planejar e implementar os programas de reparação, compensação e mitigação dos danos causados.

A segunda instituição criada pelo Termo é denominada Comitê Interfederativo (CIF), tal entidade é responsável por orientar, fiscalizar, acompanhar e avaliar as ações da Fundação *Renova*, na execução dos programas acordados pelo TTAC, será de sua responsabilidade deliberar, referendar ou não as ações da Fundação *Renova* em relação ao Termo. O CIF é composto por instituições do Estado, sobretudo autarquias ligadas ao meio ambiente e agricultura, além dos municípios afetados. Ele é composto por 12 assentos e presidido pelo IBAMA (SILVA, M. Z; CAYRES, D. C.; SOUZA, L. A. M.; 2019, p. 474). Para auxiliar o CIF foram criados 11 Câmaras Técnicas (CTs), que tem funções consultivas responsáveis por auxiliar o CIF (IDEM.; 2019, p. 476).

A pesquisa focalizará em uma delas, a *Câmara de Organização social e Auxílio Emergencial (CTOS)* dos impactados. A câmara em questão está ligada as políticas emergenciais, indenizatórias e de ressarcimento executada da Fundação *Renova* (*cláusulas 19 e 38 do TTAC*). A CTOS é responsável por orientar o CIF acerca das ações da *Renova* em relação a estes programas, que semelhantemente as outras câmaras técnicas, são responsáveis por analisar os relatórios entregues pela Fundação acerca da implementação dos programas do TTAC, bem como, formular estudos técnicos para apreciação das propostas da *Renova*.

A relação da Fundação Renova com a população afetada se dá de forma contínua, haja vista seu papel na execução dos programas. Desse modo, a pesquisa tem como objetivo *descrever as concepções e práticas sobre a família de pescadores, mediante a análise no protagonismo que seus usos e concepções desempenham na sua interlocução com os agentes privados, públicos e com a própria população afetada*. A partir da narrativa de inúmeros sentimentos aos quais subjazem a atuação da Fundação Renova, o comportamento das famílias e das incertezas que delas provem.

A dissertação se insere na agenda do grupo de pesquisa: *Com o rio e com o mar: implementação de tecnologia social de governança participativa para políticas públicas de recuperação da Bacia do Rio Doce no Espírito Santo (CAPES-FAPEMIG-FAPES-CNPq-ANA n° 06/2016)*. Esta agenda de pesquisa está voltada para os estudos de ações que estão sendo implementadas visando a recuperação do rio doce. Além dos múltiplos impactos aqui elencados, a pesquisa abarca as grandes áreas das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), além de outras vertentes, com o objetivo de construir uma rede científica voltada para os estudos e levantamentos acerca dos processos e narrativas que se construíram e que ainda estão se construindo em torno do desastre

Nesse sentido, as tensões e conflitos que se inserem na atuação da Fundação Renova, especificamente pela implementação do auxílio emergencial, do ressarcimento e das indenizações no âmbito das famílias e conseqüentemente das comunidades, nos dão inúmeras pistas analíticas para entender e identificar as narrativas por detrás dessa nova conjuntura que se apresentam as famílias, e de como as interações sociais historicamente consolidadas tem de se reordenar e se adaptar perante a realidade que se apresenta. Como demonstra Silva (2013), as populações tradicionais carregam o estigma colonial de empecilho para o progresso, e, portanto, sua importância e papel como parte constituinte importante da sociedade brasileira acaba sendo desvalorizado.

A pesquisa focaliza o distrito de Caieiras Velha, no município de Aracruz – ES, onde as conseqüências da tragédia do rompimento da barragem, não demoraram a chegar. Com a incerteza a partir da chegada da pluma de lama no distrito de Regência Augusta deu um caráter de medo e receio nas regiões adjacentes a bacia do rio doce. De fato, na sequência novos focos de impactos começaram a surgir e nos distritos e comunidades ao norte e ao sul da foz da bacia do rio doce onde foram evidenciados impactos do desastre.

O município de Aracruz foi um deles, a proibição da pesca emergiu como um dos efeitos do desastre que resultou no impedimento dos pescadores de exercerem seu ofício. No caso do distrito de Caieiras Velha em Aracruz – ES os pescadores indígenas tem uma relação secular de suas comunidades com o rio Piraquê-Açu<sup>3</sup>. As famílias dessas comunidades possuem uma forte relação com o seu espaço e o rio. Uma forte rede relações foram estabelecidas através de gerações, que foram duramente atingidas por um desastre em que não tiveram nenhuma relação (MPF, 2016).

Vale ressaltar a atuação dos diferentes agentes inseridos nesse contexto, membros do poder público representados pelo CIF e suas CTs, a Fundação Renova que concentra em si as prerrogativas para formulações e implementação dos programas de mitigação, compensação e ressarcimento dos atingidos.

Neste estudo o recorte recai nas famílias Tupinikim da comunidade de Caieiras Velha que é uma importante comunidade indígena da região de Aracruz que, juntamente com as outras comunidades, formam uma rede de mobilização e luta frente aos agentes externos que interferem continuamente no modo de vida da população indígena. Essa interferência visa interesses e objetivos que nesse contexto de relações justapostas demonstram a assimetria de poder e estrutura, frente aos mecanismos de negociação dos programas de reparação, compensação e mitigação dos danos causados pelo rompimento da barragem.

Historicamente a região é palco de lutas políticas provenientes do uso da terra e seu pertencimento a ela (SILVA, 2000). Todavia, o contexto que se apresenta é completamente novo, pois se trata de uma dura interferência de agentes externos até mesmo nas relações e interações sociais entre as famílias e a comunidade como um todo. Desse modo, a indagação exposta é de: *Como as famílias de pescadores do distrito de Caieiras Velha estão se relacionando e interagindo frente ao contexto que se apresenta, a partir das políticas de auxílio emergencial, indenização e ressarcimento implementados pela Fundação Renova?*

## 1.1 Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa em sua perspectiva inicial, a extração dos seus dados foi dividida em duas etapas. A primeira etapa circunscreve a pesquisa documental detalhada

---

<sup>3</sup> Fonte, ver Termo de cumprimento ao TTAC: [https://sei.ibama.gov.br/documento\\_consulta\\_externa.php?id\\_acesso\\_externo=9052&id\\_documento=305474&in\\_fr\\_hash=5b6248e45870ff4dc731adda88ead5d](https://sei.ibama.gov.br/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=9052&id_documento=305474&in_fr_hash=5b6248e45870ff4dc731adda88ead5d). Acesso em 09/04/2018.

nas Notas Técnicas da CTOS, bem como as atas do CIF. Através disto, identificamos o papel dos atores inseridos de suas perspectivas e lógicas de atuação nessa conjuntura. Entretanto, o desenvolvimento do trabalho não pode se ater somente aos documentos, pois foi necessário identificar o seu discurso e ir além do que ali está mensurado. Acredito que através dessa análise crítica é possível extrair a sua lógica e, portanto, a relação entre o Estado representado pelo CIF e a Fundação Renova, mantida pelas mineradoras e como a população atingida possui importância nesta relação.

Definir o recorte e o problema de pesquisa requer inúmeros cuidados, trata-se de um processo cansativo e minucioso. Como Mills argumenta em seu livro *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*, a carreira de cientista social como um ofício, nas quais o seu trabalho pode ser comparado com a de um artesão (MILLS, 2002). Nesse sentido, o processo de recorte é extremamente importante para a definição do problema a ser pesquisado e que esse longo processo nos auxilia no amadurecimento enquanto cientista e pesquisador.

O problema circunscreve a representação social exercida pelas famílias atingidas pelo desastre de Fundão em Mariana – MG, no contexto da implementação de políticas públicas voltadas para o auxílio emergencial, além do ressarcimento e da indenização. Contexto em que as famílias atingidas por esse desastre adquiriram novas narrativas no que tange as interações sociais (GOFFMAN, 2002) seu significado e representação frente ao seu espaço social, no que tange a sua sociabilidade para com a comunidade (SIMMEL, 2006). Desse modo, as práticas que se apresentam influenciam nessas relações, haja vista, o seu caráter intervencionista, e a lógica de atuação de agentes externos, aqui representados pela Fundação Renova. As famílias tinham o rio Piraquê-Açu não só como fonte de renda, mas também como uma fonte de identidade (BARTH, 2000) e existência.

Desse modo, na perspectiva de Both (1971), que contempla a segunda etapa de pesquisa imerge-se no campo, especificamente na região de Caieiras velha, no município de Aracruz-ES. Através da metodologia de coleta de dados por meio de agenciamentos sociais, se pesquisou a concepção britânica de “família elementar” utilizando agências sociais que forneciam serviços a tais famílias, por entender que adentrar em suas residências não configuraria uma obtenção de dados ampla por parte dos entrevistados. Entretanto, na sua obra intitulada *Família e Rede Social* (BOTH, 1971), onde neste estudo, desde a concepção e a importância de se identificar e conectar as narrativas em torno da família e de como essas relações irradiavam para outras formas de relacionamento que extrapolavam a questão

doméstica, como relação política, econômica, social, etc, se mostrou mais adequada ao nosso estudo.

Vale ressaltar, os aspectos concernentes da relação entre o entrevistador e as famílias, haja vista de que se trata de um tema delicado, no que tange as relações sociais, e de como essa interação específica irradia para o poder do agente externo aqui representado pela Fundação Renova e de como esse poder coage as famílias nas suas relações enquanto instituição e também a comunidade. A aproximação com essas famílias foi de forma gradativa, a partir das agências sociais permitiu uma aproximação mais espontânea e menos formal. Desse modo, foi necessário evidenciar as agências sociais existentes na região de Caieiras velha, bem como identificar a conexão e o elo que liga tais agenciamentos diretamente as famílias atingidas pelo desastre ambiental.

A inserção no campo se deu por meio do método etnográfico (Geertz, Peirano, Goldman, Malinowski, Elias). Através da etnografia, foi possível identificar e mapear as redes existentes (LATOUR, 2012), os mediadores que estabelecem as relações e significados através dos conflitos (SIMMEL, 2011) e as interações sociais (GOFFMAN, 2002) presentes nas famílias de pescadores presentes na associação do distrito, a luz da atuação da Fundação Renova na implementação dos dois programas objetos desta pesquisa. A abordagem metodológica é qualitativa realizada por meio de entrevistas, tal instrumento de coleta de dados é bastante utilizado em pesquisas sociais, e sua utilização se dá pelo número de aspectos relevantes a serem extraídos (QUIVY, 1988) e a interação entre o pesquisador e os atores que estão inseridos no objeto estudado, na perspectiva dos agenciamentos sociais (BOTH, 1971).

## **1.2 Súmula de Capítulos**

A dissertação em questão é composta por três capítulos. O Primeiro capítulo descreve as categorias levantadas pelo objeto de pesquisa que compreende dois eixos teóricos, o primeiro deles é em torno da concepção de família, com o auxílio da literatura das Ciências Sociais em que entender tal concepção deu base analítica para entender as interações postas no contexto das ações da Fundação Renova onde as famílias estão inseridas. A literatura demonstra que as transformações sociais, espaciais, econômicas e culturais refletiram na composição familiar e deram novas narrativas e perspectivas em torno de sua importância e papel na reprodução das relações sociais. Sua composição, relações internas, comportamentos, hábitos e de como tais variáveis influenciam nessas transformações. Também foi evidenciado o papel do Estado e de

como essa instituição interfere na família de modo a controlá-la, com o objetivo da manutenção do seu poder e influência na sociedade.

O segundo aspecto abordado foi o conceito de desastre, sob a ótica da *Sociologia dos Desastres* em que essa vertente das ciências sociais está voltada a análise do fenômeno focalizando nos aspectos humanos e dos contextos criados a partir da sua ação, seja antes, durante e após o acontecimento, entendendo a partir daí o desastre não somente como um fenômeno de afetação momentânea, mas sim como um processo de contínua afetação. Nesse sentido, o papel do Estado e sua problematização compreende também o papel dos segmentos da sociedade atingidas pelo desastre que não dispõe de voz política minimamente suficiente a garantir uma articulação eficiente frente as suas demandas e reivindicações (VALENCIO et. al., 2009). Os aspectos pós-desastre e a família nesse contexto serão retratados com o objetivo de discutir como os impactos diretos e indiretos causados por um desastre resultam em afetações contínuas, múltiplas e difusas.

O segundo capítulo está voltado para o material de campo levantado na comunidade de Caieiras Velha, cujas percepções extraídas através da etnografia e de outros instrumentos de coleta de dados nos deram uma dimensão da realidade posta segundo o recorte proposto pela pesquisa. Desse modo, o capítulo em questão mostra a vivência, as narrativas, representações e as relações estabelecidas no contexto da atuação da Fundação Renova em relação a implementação das políticas de cadastramento, auxílio, indenização e ressarcimento das famílias e sobretudo da comunidade atingida. A exposição de novas narrativas interacionais constroem novas perspectivas em torno das famílias e conseqüentemente da comunidade. Entendendo a pesquisa etnográfica como um processo de imersão do pesquisador no campo estudado de forma fluída e contínua, com o objetivo de permitir que o campo mostre o caminho ao pesquisador através de sua vivencia e das relações que se constroem a partir de sua imersão no modo de vida da comunidade.

Através desta, conhecemos a história da comunidade que é marcada por lutas pelo território e pela preservação da identidade do povo Tupinikim, bem como características descritivas acerca da mesma, como população, localização geográfica e territorial. A sua lógica de funcionamento interno, as associações e a descrição da estrutura representativa que engloba o centro das interações comunitárias, pelo fato delas concentrarem as pautas referentes a atuação da Fundação Renova e demais pautas em que esse sistema de representação simbólica encontra nas famílias Tupinikim uma importante fonte de manutenção e reprodução das interações ali expostas. Vale ressaltar, que as famílias de um

modo geral possuem uma importante rede de comunicação interna que compreende a própria composição da comunidade e de como o espaço dentro e fora das residências são utilizadas para esse fim.

O terceiro capítulo está voltado a entender a relação do Comitê Interfederativo (CIF) a partir da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS) e Fundação Renova em que entenderemos a atuação da Fundação e sua lógica perante aos programas acordados pelo TTAC. Além do mais, através da atuação CIF por meio da CTOS, entenderemos a atuação do Estado Brasileiro nesse contexto. Desse modo, os dispositivos de cadastramento, auxílio emergencial, ressarcimento e indenização, que são acompanhados pela CIF com o suporte da CTOS, subjaz as tensões a sinergias envoltos pelos componentes da Câmara Técnica, sobretudo da Defensoria Pública da União em relação a lógica de atuação da Fundação Renova e de como os atingidos se inserem nessa relação. Conseqüentemente através desse entendimento extrairemos a percepção que tais instituições possuem acerca da população atingida, sobretudo as famílias.

Também o presente capítulo trata dos dispositivos, de cadastramento, auxílio emergencial, ressarcimento e indenização. Tais aspectos nos auxiliaram no sentido de entender as características de tais programas e sua importância no contexto que se apresenta. A Fundação Renova e seu papel de agente formulador e implementador de ações que visam em tese reparar, mitigar e compensar os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG em novembro de 2015.

Identificamos que a Fundação de direito privado e sem fins lucrativos assume um protagonismo que interage e interfere na vida de milhares de pessoas, onde o Estado aparece como um agente regulador e fiscalizador dessas ações. Nesse sentido, a conexão ou falta dela entre a Fundação Renova e a população atingida e de como essa relação é entendida pela população é demonstrada por essa dissertação.



## **2. CAPÍTULO 1: FAMÍLIA, DESASTRE E ATINGIDO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA**

A intenção deste capítulo é apresentar os pressupostos teóricos e analíticos relacionados ao recorte da pesquisa. O objetivo é caracterizar as concepções e conceitos chave em torno da constituição Família como eixo de explicação e agenciamento estatal para estabelecer uma base analítica dos dados empíricos, bem como permitir um diálogo com as pesquisas já consolidadas. Estabelecer uma discussão acerca das concepções em torno do desastre como um fenômeno sociológico, estabelecendo um debate em torno da natureza social de um desastre e de como esse fenômeno evoca inúmeras categorias sociais.

A afetação ocasionada pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG não se resumiu apenas no âmbito natural, mas também teve desdobramentos no plano simbólico e na organização social de diversos povos, entre eles os indígenas. Uma delas se dá pelo uso dos recursos naturais duramente atingidos pelo desastre, que se refletiu na proibição da atividade pesqueira tanto na bacia do rio doce, quanto na sua foz e localidades próximas. A partir disso se estabeleceu uma relação protocolar rotineira entre as diversas agências do Estado e empresas envolvidas no desastre e os povos indígenas.

A presente dissertação se deteve sobre essa última dimensão tendo como recorte analítico as famílias presentes na aldeia de Caieiras Velha, diante do desastre ocorrido em novembro de 2015. Com o auxílio da literatura será problematizada a noção de família e parentesco enfocando a relação entre o cotidiano familiar e os agenciamentos estatais. O Estado emerge como espaço estruturador de muitas relações familiares, tal concepção se mostrou necessária para compreendermos a conexão entre as políticas públicas e a própria lógica de Estado que coloca a família como centro de controle das relações entre os sujeitos.

Diante da bibliografia, foi necessário, em primeiro lugar, a compreensão do conceito de família e de como as políticas de Estado deram origem às interferências nas relações familiares. Em segundo lugar, monografias de cunho histórico e empírico voltados à descrição do complexo fenômeno familiar, lançaram algumas bases que orientam meu próprio trabalho de campo e a problematização do fenômeno em tela.

O objetivo deste levantamento é necessário e tem como objetivo de detectar a zona de contato entre as famílias atingidas, as empresas e o Estado segue uma lógica baseada na rotina administrativa com intuito de controlar os indivíduos por meio da organização familiar. O

conceito de família tem uma longa história nas ciências sociais, onde se estabelecem inúmeras variáveis e análises acerca dessa importante instituição social, naquilo que Bourdieu denominou de “um princípio de divisão social” (1989), o desastre entendido como uma construção social de suas causas e de todas as consequências que esse fenômeno acarreta nas relações humanas. Entender esses conceitos nos darão base de análise e compreensão nos processos sociais ocorridos após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG, principalmente no que concerne a implementação das políticas cadastramento dos impactados para ressarcimento e indenização das famílias atingidas.

Em segundo lugar faremos uma revisão de literatura sobre as categorias que emergiram ou foram ressignificadas tais como: desastre, atingidos e afetação. Isso se faz necessário para entender como os atores inseridos nesse contexto se comportam e se articulam diante do ocorrido que se dá pelo estopim de um desastre que acarreta em inúmeras consequências, sejam elas naturais ou humanas. Com isso, podemos exemplificar as relações de poder, o contexto que resultou no desastre, e os atores sociais inseridos em cada estrato com seus instrumentos de poder e influência.

### **2.1 Família: Concepções, transformações, práticas e relações**

A conceitualização da categoria Família é retratada sob inúmeros aspectos nas Ciências Sociais e suas vertentes, como uma instituição social mantenedora e reprodutora das relações sociais presentes. Para Bourdieu (1996), a família se caracteriza como um conjunto de indivíduos que estão interligados através de laços biológicos (filiação, consanguinidade) ou laços simbólicos (casamento, adoção, etc), que compartilham um determinado espaço. Essa definição, todavia, é a dominante em um campo em que o princípio de inscrição política e a burocracia estatal são hegemônicos. “Ademais, a família pode ser denotada como o ‘princípio da construção’ da realidade social e coletiva, por se tratar de uma palavra de ordem pelo fato de que criar coisas.” (XAVIER, 2017, p. 10; *apud* BOURDIEU, 1996).

A família é uma instituição em que a ordem social instituída está inserida e que tem por objetivo, manter a ordem social vigente seja das estruturas dominantes ou simbólicas presentes, como se refere à citação a seguir:

[...] De fato a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as

gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o ‘sujeito’ principal das estratégias de reprodução. (BOURDIEU, 1996, p. 131)

Para Bourdieu a família é uma instituição onde todas as interações que visam a sua constituição como uma entidade que se estabelece sobre uma série de preceitos, onde prepondera a união, a integração e a estabilidade. Pressupõe-se que através dessas premissas se cria afeições e “obrigações efetivas” de sentimentos como o amor (conjugal, paternal, maternal, fraternal, etc.). Vale ressaltar que a família se faz presente no universo das relações simbólicas que são ditadas pela hierarquia pautada no poder, na dominação que é absorvido e exercido por quem está imerso a ele (BOURDIEU, 1989). As relações que materializam as relações humanas que constituem a família provém desses mecanismos que estão presentes no universo simbólico das relações sociais como a classe social, a religião, a nacionalidade, a etnia em que o *habitus* está presente (IDEM, 1989).

Inúmeros teóricos possuem concepções similares e distintas ao definir o que é caracterizado como família, a perspectiva de Bourdieu enfoca uma concepção ocidental de família nuclear, onde agentes de poder interferem de forma constante nessa concepção, haja vista, que o Estado possui enorme influência nos processos constitutivos da família, como seu objeto colonialista (SOUZA RAMOS, 2004, p. 26).

Parâmetro similar utilizado pela antropóloga Elizabeth Both ao pesquisar o que seria uma “família normal” inglesa, na perspectiva das práticas do Estado, onde a autora tomou como base de família a definição da existência de marido, esposa e filhos. Essa visão é consequência das transformações sociais ocorridas a partir da revolução industrial no século XVIII, com isso, o núcleo da família ocidental transformou-se e desenvolveu-se através de um processo de readequação das interações e relações sociais, ao qual se fez uma nova dinâmica nas relações e domínio simbólico ao qual será desenvolvido posteriormente. A pesquisadora em sua definição, considerou aspectos sociológicos, antropológicos, psicológicos e psicanalíticos (BOTH, 1971).

Segundo Saraceno (1992) o discurso em torno da família perpassa pelos discursos “religiosos, morais, legais, das tradições culturais, das políticas sociais, até a específica tradição de cada família, e de cada indivíduo”. A concepção do que seja uma família se define como uma instituição social em que se coloca como um espaço de convivência. Dessa forma, busca-se definir conceitos e métodos para assim construir uma base analítica no sentido de especificar e caracterizar a convivência em si como uma estrutura familiar são premissas e

preocupações elencadas pela sociologia da família, ao qual denota uma definição de categorias de estrutura familiar como se refere a citação a seguir:

a) os grupos domésticos chamados de sem estrutura, isto é, sem claras relações nem de sexo nem de geração. Neles estão compreendidos geralmente quer as convivências de amigos quer aqueles que vivem sozinhos; b) os grupos domésticos simples, compostos quer pelos pais com os filhos quer por um único progenitor com os filhos, quer pelo casal sem filhos; c) os grupos domésticos extensos, compostos, não só pelos membros da família simples, mas também por parentes ascendentes (um avô ou uma avó), descendentes (um neto), ou colaterais (um irmão/irmã do marido/da mulher); d) os grupos domésticos múltiplos, em que existem vários núcleos conjugais, vários casais com seus filhos. Este grupo articula-se ulteriormente conforme os tipos de ligações ao longo do eixo geracional que passa pelos diferentes núcleos: *fréches* em que todos os irmãos casados levam as suas mulheres e depois os filhos homens casados levam as suas mulheres e depois os filhos a viverem na casa dos pais, e assim por diante. (SARACENO, 1992, p. 19)

Como demonstra a citação acima podemos caracterizar a complexidade da definição de uma família e conseqüentemente sua estrutura, haja vista a sua multiplicidade. Desse modo, as fronteiras que demarcam as famílias que são definidas por essas categorias, de modo que existem inúmeras definições, discursos e interesses de múltiplos atores que estão acima da família (Religião, Estado e Ideologia) em que o poder de interferência se faz presente. Essas categorias, como pai, mãe, filhos, avós, irmãos, cunhados, netos, divorciados, amigos, todas elas estão em conexão, com a qual se constrói uma rede extensa em que as interações se materializam através da ligação que os membros possuem, sejam elas do ponto de vista biológico, cultural ou simbólico.

A sociologia da família em sua gênese busca compreender as relações estabelecidas dentro de uma estrutura familiar que visam reproduzir e manter as relações sociais externas a ela. Sejam pelas convenções sociais impostas pelos discursos que se inserem nessa dinâmica como um combustível que mantem aceso continuamente a sua existência reproduzindo nas famílias a sua lógica, sejam como parâmetros culturais e ideológicos estabelecidos como forma de manutenção dessas convenções

Segundo Bruschini (1989) as teorias sociológicas voltadas para o estudo da família vieram da perspectiva funcionalista, caracterizando a família como uma agência socializadora em que os indivíduos dotados de sua personalidade possuem uma função que materializam a importância da família na sociedade, no que tange aos processos que são externos a ela como

a socialização da criança, o papel da mulher, o desenvolvimento da propriedade privada, dentre outros. Tal perspectiva atrela-se a concepção de família nuclear moderna, absorvendo a lógica do sistema capitalista nas suas relações.

Seguindo a mesma linha, as teorias sociológicas do campo funcionalista analisam a família, sua internalidade, relações de hierarquia e papéis sociais de seus membros. Desse modo, podemos destacar a divisão do trabalho manufatureiro com o apogeu do capitalismo industrial, a ascensão e realocação das hierarquias internas, principalmente no que tange ao papel do marido e da mulher, e a nova relação do papel das crianças como indivíduos que através da socialização primária são o esteio das futuras gerações e, portanto, mantenedores da lógica estabelecida. Entretanto, como foi citado isso não se dá de forma estática, mas através da história podemos identificar que em cada período novas dinâmicas sociais ditam as regras transformando as relações e consequentemente o seu modo.

A Antropologia define família a partir das relações de troca. Nesse contexto as relações domésticas, conjugais, parentais são distintas em sociedades não capitalistas. A visão desnaturalizada de família se define no campo da reprodução social como indivíduos ligados consanguineamente, através da adoção ou através de alianças inseridas no campo, de sua organização, e gira em torno da divisão sexual do trabalho (BRUSCHINI, 1989).

No campo antropológico as categorias família e parentesco possuem características típicas, enquanto a família parte de um caráter social concreto, o parentesco é entendido como uma estrutura em que as dinâmicas familiares que fazem parte dessa estrutura estão presentes. Tanto a família como o parentesco fazem parte dos “fatos básicos da vida: nascimento, acasalamento e morte” (SARTHI, 1992).

Para Fonseca (2005), a família no Brasil se define de acordo com a categoria social. Enquanto nas classes abastardas a família está relacionada ao sobrenome e a linhagem, nas famílias populares essa concepção se dá de maneira mais fluida, ao qual a família possui uma relação estreita com as atividades domésticas e com as redes de solidariedade seja com a parentela, a vizinhança em que as relações são construídas e estabelecidas (FONSECA, 2005).

É importante alinhar que a partir das representações familiares presentes na comunidade de Caieiras Velha em Aracruz – ES, em que se trata de uma das aldeias indígenas da região do Piraquê-Açu que é objeto dessa dissertação. A literatura que discute o modo de vida da família indígena, encontram divergências em torno da literatura aqui discutida. Nesse sentido, o objetivo é evidenciar que as famílias indígenas possuem especificidades que não

são encontradas em famílias não indígenas, onde esse contraste reflete nas políticas reparatórias que estão sendo implementadas nas comunidades indígenas, de modo que ao não mensurar essa diferenciação a Fundação Renova desconsidera essas características.

As sociedades indígenas possuem uma estrutura das relações sociais em que utiliza o as formas de parentesco para a sua manutenção. Ao pesquisar o povo Guarani, Souza (2002), evidencia que a família e o parentesco são forças econômicas, onde a partir desse entendimento o fator de subsistência (as necessidades do grupo familiar), ditavam as relações que caracterizam o modo de produção das famílias, de grupos e na formação de novos núcleos familiares com objetivo de estreitar laços entre as redes sociais da comunidade e a manutenção das relações existentes. A família é vista como uma força produtiva e que as relações sociais que permeiam a cultura Guarani são moldadas a partir dessa lógica (SOUZA, 2002).

Ao pesquisar o povo Tupi-Guarani, Mainardi (2010), as relações sociais são estreitas a ponto que não se tem uma fronteira delimitada das relações de parentela e das demais formas de relação existentes em uma comunidade Tupi-Guarani, é a partir das relações de parentesco é que se define o indivíduo e o seu papel perante o grupo. Desse modo, as teias de relações internas e a lógica de pertencimento grupal caracterizam o modo de vida do povo Tupi-Guarani e a sua estrutura familiar. Os povos Tupi-Guarani se relacionam a partir da mistura de suas etnias por meio do casamento. A transitoriedade das famílias de uma aldeia para outra é bastante comum, onde a motivação para a mudança se dá por fatores presentes nas relações humanas que aproximam determinados núcleos familiares com a mesma intensidade que os afastam devido a fatores presentes que fazem parte das relações sociais como o conflito por exemplo (MAINARDI, 2010).

A revisão da literatura pertinente revela inúmeras perspectivas de distintas disciplinas das ciências humanas e sociais sobre a concepção do que se entende por família. Evidenciar o conceito e as categorias dessa instituição social incide sobre inúmeras questões que extrapolam as paredes de suas casas, pensando a família do ponto de vista social, como um importante grupo de manutenção das velhas e novas práticas sociais. As empresas gestoras da Fundação Renova possuem uma lógica de atuação que conflui com a ideia hegemônica e tradicional de família desenvolvida pela sociologia funcionalista.

Essa visão esbarra nas especificidades que cada povo tradicional possui, aqui representadas pela família Guarani. Com isso, a visão de família da Fundação Renova, para

implementar os programas do TTAC evidencia o caráter colonialista que ainda permanece atuando sob as populações indígenas atingidas.

### **2.1.1 Transformações socioespaciais e culturais na instituição família**

Na modernidade, a noção do tempo-espaço foi descrita como constante e em transformação demonstrada por Giddens (1991) ao defini-la como uma organização social que ditou uma nova relação entre indivíduos que através do processo histórico acarretou em mudanças estruturais na sociedade. As transformações urbanas, sociais, econômicas ocorriam com extrema velocidade. Os papéis do homem, da mulher e da criança se tornaram mais específicos e interdependentes como se refere a citação a seguir

Na modernidade as figuras da criança, da mulher e do homem sofreram significativas modificações. A família se reduziu em relação ao número de seus membros e se condensou em torno dos pais e dos filhos, ou seja, a família fechou-se em seu núcleo. A mulher ganhou poderes em função da maternidade e dos denominados instintos maternos. Cabia a mulher ser o agente de investimento na prole e fazer mediação entre a criança, escola e os cuidados médicos. (AZEVEDO, 2015, p. 03)

Desse modo, as transformações no âmbito familiar, sejam elas abruptas, ou por meio de um longo processo, ditaram novas regras de convivência e relação, no que tange a definição dos papéis de cada membro da composição familiar. O desastre ambiental de Mariana pode ser um dos exemplos de como os arranjos sociais familiares se reagrupam e se transformam haja vista do contexto em que se insere de um desastre que modificou em profundidade os espaços sociais em que as famílias atingidas estão inseridas. Para isso nesta seção será discutido como as transformações socioespaciais, influenciam e transformam as relações humanas, sobretudo, familiares e de como os estratos sociais se comportam frente a essa transformação.

As transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no princípio do século XX, que ocasionaram inúmeras transformações sociais no âmbito das famílias, seja de maneira interna ou na própria relação do carioca com os espaços da cidade. Araújo (1993) faz um minucioso estudo das famílias cariocas a partir do novo sistema de governo Republicano e o Rio de Janeiro como centro financeiro, político e cultural do Brasil. Argumentou que uma mudança foi imposta pela elite na incessante busca do padrão europeu de civilidade, a administração de

Pereira Passos (1902-1906) comandou a maior transformação urbana na época (ARAÚJO, 1993).

Consequentemente, uma mudança radical possui inúmeras consequências positivas para uns e negativas para outros Araújo (1993) analisa do ponto de vista histórico as relações familiares em relação ao seu modelo matrimonial, como o papel do homem, da mulher, as relações conjugais e os compromissos simbólicos (namoro, noivado e casamento). Mostra a família como um processo de construção, os papéis da infância e adolescência, a parentela, a moradia, o lazer, o uso dos espaços urbanos, as festas familiares, a religião e o carnaval. Todas essas características foram abordadas pela autora.

Nesse sentido, pensar a família, e suas relações em contextos de abrupta e contínua mudança nos ajudam a compreender também os processos ocorridos no contexto do desastre socioambiental de Mariana. Podemos exemplificar como uma das mudanças ocorridas no Rio de Janeiro republicano, foi a relação do papel do homem e da mulher, no que tange a inserção feminina na sociedade que ocasionou em uma mudança estrutural nas relações familiares, mesmo com toda uma lógica patriarcal de dominação masculina, herdadas do Brasil colônia. Tais mudanças ocorreram tanto do ponto de vista social, cultural, político e institucional.

Segundo Araújo (1993), as famílias cariocas mais abastadas obtiveram um lugar fundamental nessa transformação, pois a partir da reforma urbana que privilegiou as camadas mais ricas em detrimento das classes populares, sobretudo residentes em cortiços, estalagens e outras moradias coletivas, deram lugar a extensas e largas avenidas, carros e bondes, ruas bem iluminadas, eletricidade e saneamento em bairros específicos (nobres).

As famílias pobres foram expulsas para lugares distantes e insalubres e sem nenhuma estrutura que poderia atender minimamente suas necessidades. A partir desta mudança surgiram as favelas, moradia majoritária de famílias negras e de brancos pobres que foram expulsos de suas antigas moradias. Nesse sentido, uma nova dinâmica urbana surgira a partir da inserção do transporte coletivo e uma nova relação entre família e trabalho que culminou em um rearranjo nas relações familiares, onde novos parâmetros e prioridades foram estabelecidos. Vale ressaltar a diferença estabelecida entre os estratos sociais, pois para as elites essa relação demonstra que o papel do homem, da mulher, dos filhos e agregados eram distintos das famílias pobres, bem como a relação com o trabalho, educação, lazer e cultura.

Desse modo, a velocidade demográfica e uma nova relação entre as fronteiras da rua e da casa, estabeleceram novos padrões comportamentais entre as famílias. Entretanto, essas



transformações não apagaram por completo os valores tradicionais que outrora dominavam em absoluto as relações sociais. Sejam nos papéis definidos anteriormente por cada membro familiar, seja no papel do homem, da mulher e dos filhos, bem como elas se diferem entre si classes populares versus abastardas. Como exemplo a questão do namoro, da autonomia feminina que eram mais reprimidas nas elites, em busca da etiqueta e do sobrenome a zelar do que nas classes populares em que as mulheres eram mais autônomas. O casamento continuou a possuir um papel central na construção do comportamento vigente, mesmo que a partir da reforma urbana e com a inserção dos padrões culturais europeus ditos como moda e civilidade.

As mudanças ocorriam a passos largos no modo comportamental das relações internas e externas, na interação entre indivíduos e na sua nova relação com a cidade com seus espaços de lazer e diversão. Novos lugares de socialização se materializavam na cidade, trazendo um ar cosmopolitano e “civilizado”, como os bondes e de sua importância nesse processo, pois, tal mecanismo de transporte cortavam a cidade e faziam com que os espaços físicos da cidade remodelados como uma forma de valorização do passeio familiar nesses espaços (ARAÚJO, 1993).

Apesar disso, a lógica segregadora e elitista da reforma aprofundaram ainda mais as desigualdades existentes, fazendo com que as famílias se inserissem nessa dinâmica como forma de protesto, e uma relativa democracia introduzida pelo ideal republicano trouxe uma nova relação da família com a ideia de cidadania. Sobretudo, a partir da introdução de políticas sanitárias, em que o caso mais emblemático foi a revolta da vacina (1904). Isso porque grande parte das famílias que outrora não haviam nenhuma cobertura médica a vacinação passou a ser obrigatória, onde só as famílias abastardas possuíam acesso aos serviços médicos. Nesse sentido, a decisão de cima para baixo do Estado com relação a vacinação em massa gerou uma revolta e um sentimento de desconhecimento perante o que estava ocorrendo, fazendo com que as famílias entendessem a forma do Estado interferirem em sua privacidade, no que tange aos cuidados da saúde de seus familiares (ARAÚJO, 1993).

Como foi citado acima, com o advento da modernidade e conseqüentemente toda a ideologia capitalista de produção pautada na reprodução dessa lógica, para o seu progresso e desenvolvimento, as famílias tiveram evidentemente impactos. Entretanto, segundo Saraceno (1992), a estruturação da família nuclear enquanto convivência mútua, está presente há séculos, portanto, antes do surgimento da indústria. Desse modo, podemos considerar o advento do capitalismo industrial como um importante fator de mudança na estruturação das

famílias ocidentais, irradiando outros efeitos que extrapolam a lógica do sistema, ao qual são fatores de intensa investigação por parte dos cientistas.

Nesse sentido, o apogeu da ideologia capitalista industrial irradia inúmeras consequências, entre elas as transformações rurais e urbanas que acabam gerando impactos na estrutura que outrora eram dominantes, podemos destacar a semelhança dessa parte com os relatos extraídos da análise de Rosa Maria Barbosa de Araújo, com relação a cidade do Rio de Janeiro, e sua reforma urbana, que visava replicar a lógica retratada no parágrafo acima. Dito isto, a literatura demonstra a atuação de diferentes organismos sociais e através da sua relação de poder político e econômico geravam efeitos para a sociedade como um todo.

As famílias se moldaram a partir da mudança do ponto de vista macro das relações humanas que refletiam nas relações micro do cotidiano de cada indivíduo e com isso a interferência de agentes externos em busca dos interesses que atendam as demandas e o poder de uma minoria. Consequências que são intrínsecas a vontade coletiva majoritária que absorve o ônus dessa transformação.

### **2.1.2 Economia familiar, trabalho e relações**

Parte desta revisão bibliográfica se debruça sobre o impacto gerado pela “administração” da família por parte das agências estatais e não estatais. Outra parte busca os aspectos cotidianos dessas intervenções no âmbito familiar que se reorienta pela transformação da intimidade, mas, também, das relações públicas comunitárias. A problematização em torno dessa temática se faz necessária devido a conjuntura do objeto de pesquisa, que focaliza a proibição da pesca por parte dos agenciamentos do Estado em relação aos Tupinikim que foram impedidos de exercerem seu ofício, e passaram a receber uma quantia mensal como forma de auxílio emergencial. Todavia, a questão econômica em si não é o fator central nessa conjuntura, aspectos simbólicos e culturais estão presentes na relação entre o Tupinikim, o rio e o ofício da pesca.

Nesse sentido ao adentrar nesta questão pudemos identificar o fator integração nesse aspecto. Segundo Moliterno et. al. (2011) todos os membros familiares participam da atividade econômica de sua subsistência como o artesanato, desde a divisão das funções de confecção do trabalho entre homens, mulheres e crianças. As mulheres possuem grande participação na economia doméstica, haja vista a organização familiar em torno da mãe na divisão de funções e na produção dos insumos a serem consumidos como a agricultura, a caça

e a pesca, seja como forma de subsistência interna ou comercialização entre os pares da comunidade e fora dela (VICENTE, 2014). A forma recíproca entre os membros familiares fazem com que a coesão entre ambos seja mais presente, haja vista o valor da família para os povos indígenas.

Porem com a ascensão e desenvolvimento do capitalismo industrial, uma nova relação com a economia doméstica e o trabalho foram estabelecidos. Desse modo, as relações com a divisão do trabalho sexual relatadas acima sofreram novos ditames na organização das relações familiares, e conseqüentemente na sociedade. No apogeu da modernidade ainda se via laços de solidariedade, onde os núcleos familiares compostos por pai, mãe, filhos e avós em que a ordem cronológica do tempo estabelece que pai criam seus filhos que, por conseguinte, cuidarão de seus pais na velhice e assim sucessivamente (DOWBOR, 2015).

Como demonstra Saraceno (1992), a separação na organização das famílias de classes trabalhadores entre a família e o trabalho se dá de maneira lenta, as fronteiras entre uma unidade econômica e a outra ainda não estavam tão delimitadas. As famílias funcionam como bases produtivas sejam famílias do campo, ou de pequenos comércios. Os seus rendimentos oriundos de diversas atividades concentram-se nas mãos de uma única pessoa, a “dona da casa”. O uso do dinheiro e sua relação com a utilização dos recursos se dá de maneira coletiva, em nome da família. Em famílias operárias ainda permanecem presente esse hábito, sobretudo dos mais jovens, onde o uso de seus recursos em muitas situações é ditado pelos pais (SARACENO, 1992, p. 164).

Dessa forma, em se tratando de famílias tradicionais, sobretudo uma solidariedade que ditam as relações econômicas e domésticas, essa administração se dá de maneira coletiva. A reprodução social pautada na produção e inserção de uma ideologia voltada para a sua manutenção, faz com que essa lógica se faça presente.

Para Moliterno et. al. (2011) existe um entusiasmo em relação a extensão das famílias, que são grandes e, portanto, quanto maior o número de filhos mais alegria e satisfação dos patriarcas em ter a família sempre próximo a eles. O compartilhamento dos recursos sejam eles financeiros ou não, demonstra que as famílias indígenas prezam pela integração, sobretudo as gerações antigas, como forma de manter seus filhos, netos e bisnetos próximos um do outro.

Por outro lado, nas classes operárias a estratificação social presente nas famílias a partir da introdução de uma nova relação capital-trabalho e a absorção dessa lógica como a divisão

de papéis sobrepuja a relação afetiva entre os cônjuges. Nas famílias operárias, o papel afetivo da mãe era de centralizadora da administração doméstica.

A tecnologia moderna introduziu uma nova lógica na relação educação-trabalho no sentido de que as famílias atuais buscam a cada dia o conhecimento, em um mundo a cada vez mais competitivo e interdependente. As relações que outrora eram regras dentro das famílias foram se transformando em uma outra lógica, onde a solidariedade dos filhos para com os pais principalmente nos exemplos citados acima, como o auxílio dos afazeres domésticos e da lavoura, deram lugar a uma valorização maior da educação, do emprego e de uma extensão da adolescência na casa dos pais (DOWBOR, 2015, p. 16).

Por sua vez, a sociedade urbano-industrial, faz com que a cada instante tal lógica se irradia para estratos sociais não inclusos nesse sistema. Como foi relatado por Saraceno (1992), a homogeneidade de funções nas famílias tradicionais, sobretudo agrícolas, faz com que as mudanças ocorram de forma mais lenta. Nesse aspecto, faz com que ainda se mantenham características de uma solidariedade homogênea, e, portanto, à relação entre dinheiro/família/hierarquia estão fortemente presentes nessa relação e se torna viva mesmo com tais mudanças. De geração em geração, as sociedades tradicionais ainda resguardam essa relação, tanto do ponto de vista da relação produtiva, quanto da divisão das funções e sobre o conhecimento passado (IDEM, 2015).

O trabalho, adquire inúmeros significados através do tempo-espaço e dos diferentes segmentos da sociedade. No âmbito da família o papel do trabalho adquire um poder social muito forte, a interdependência aqui citada possui um papel de extrema importância nas relações de trabalho, bem como nas famílias. A partir da mudança na dinâmica e lógica do mercado de trabalho, com a ascensão da mulher desenhou-se uma nova dinâmica nas relações familiares.

Vale ressaltar a importância moral que o trabalho exerce principalmente nas famílias agrícolas e tradicionais como um valor primordial no que tange a dignidade e significação humana como constituinte do sistema em que sua lógica de produção e acumulação contribuiu não só a questão da sua subsistência, mas também nas relações interpessoais em busca da reprodução e manutenção da família (FREITAS; BOTELHO, 2011, p. 46).

Desse modo, o trabalho constitui um importante locomotor do sistema, em que as famílias absorvem essa lógica e reproduzem a sua ideologia. Com isso perde seu caráter de somente produzir e adquire um protagonismo nas relações humanas que extrapolam essa

lógica, que pode ser tanto idealizada pelas famílias urbanas-industriais ou pelas famílias tradicionais. O trabalho como fator dignificante na construção dos indivíduos, e através disso as relações estabelecidas, constroem novas estruturas que a família tende a seguir, haja vista que tal lógica é um fator generalizador e não apenas restrito em um nicho da sociedade.

Nesse sentido, no contexto dos impactos do desastre na população Tupinikim se efetiva com a proibição de exercer o ofício da pesca na comunidade, ofício este entranhado no modo de vida da comunidade há séculos. Com isso, a força moral exercida pelo trabalho lhes foi tirada de forma abrupta, e não há perspectivas de restauração desse modo de vida no curto, médio ou longo prazo.

No que concerne as relações de trabalho na cidade moderna, Araújo (1993) destaca o papel das secretárias do lar, preceptores, babás, motoristas, dentre outros, que constituía uma importante força de trabalho, sobretudo, nas camadas mais vulneráveis da sociedade, até então o nicho mais atingido pelas transformações urbanas. Destaca-se a relação entre patrão e empregado, onde os trabalhadores e trabalhadoras dedicavam-se praticamente todos os dias aos trabalhos domésticos e braçais, nas residências tanto das elites, quanto da classe média.

A relação estabelecida era tanto de intimidade quanto de servidão, devido a barreira simbólica entre as realidades contrastantes. Tal lógica perdura até os dias atuais, sendo que naquela época grande parte das mulheres e jovens que ingressavam no mercado de trabalho, eram para trabalhos domésticos em residências familiares. Apesar disso, essa relação tão próxima e íntima implicava em uma dicotomia nas relações estabelecidas, tanto no âmbito da hierarquia social posta, quanto os conflitos inerentes frente a esse choque social.

Desse modo, as famílias das classes vulnerabilizadas ficavam desassistidas pela ausência tanto do pai e da mãe, sendo que ambos estavam fora de casa buscando o sustento da família. Entretanto, grande parte desses trabalhadores era composta por jovens, sobretudo que não tinham empecilhos para trabalhar por período integral.

A estabilização dos serviços de manufatura, a composição da massa de trabalho em relação as cidades industriais, propiciou a inserção de novas relações tanto do ponto de vista da família nuclear, quanto dos chamados agregados que estavam inseridos no ambiente íntimo da família, como a parentela, devido ao emprego na indústria, fenômeno ocasionado pelo processo migratório. O processo industrial, desse modo desencadeou novas estruturas que passou a fazer parte de grande parte da classe trabalhadora (SARACENO, 1992, p. 34).

A partir dessas mudanças podemos identificar a questão do salário e da divisão das responsabilidades como um dos fatores perceptíveis de mudança nas relações familiares. Vale ressaltar, que grande parte da classe trabalhadora era proveniente das unidades agrícolas, que possuíam outra lógica no que concerne ao uso de seus recursos, apesar da sedimentação da divisão do trabalho entre os homens e jovens, pois mulheres e crianças ainda eram responsáveis exclusivamente pelas tarefas domésticas. Posteriormente a mulher se inseriu na lógica do trabalho manufatureiro. Todavia, tratava-se de mulheres jovens e solteiras que ainda não haviam formado uma família, cujas responsabilidades que simbolicamente lhe eram impostas, pudessem ser assumidas por elas.

Outro aspecto se efetua pela relação geracional que a lógica do trabalho industrial exerceu nas famílias. Com a migração de jovens para localidades distantes de sua família nuclear criou-se elos do indivíduo para com a parentela, e outros atores. Desse modo, a relação de solidariedade doméstica e da divisão das despesas, tanto da parentela que o acolheu, quanto a sua família de origem, deram novos rumos as relações a partir desse fenômeno.

Também se ressalta a questão demográfica, que a partir do advento da industrialização e do melhoramento das condições de vida e higiene, começou a aumentar a natalidade, atrelada a intensa urbanização e processos migratórios. Segundo Saraceno (1992) esse fenômeno propiciou a propagação de “uniões livres” e “filhos ilegítimos”, com a crescente proletarização das famílias que ocasionou em mudanças nos costumes e hábitos sejam matrimoniais, sejam nas relações econômicas com a parentela.

### **2.1.3 Família, parentela e comunidade no contexto brasileiro**

A partir da literatura exposta se faz necessário evidenciar as características presentes no contexto da família, da parentela e da comunidade no Brasil, focalizando a relação do núcleo familiar e o seu papel com a parentela e de como se realiza essa relação inserida no ambiente comunitário. Segundo Saraceno (1992) família e parentela são elementos interligados, haja vista que a parentela pode ser considerada como uma das principais responsáveis pelo dinamismo das relações devido a inserção de novos indivíduos que trazem consigo novos elementos que agregam novos laços de parentesco.

Por meio dos laços consanguíneos ou simbólicos a família e a parentela possuem definições distintas, essa relação se dá especialmente ao considerarmos o aspecto da

“instabilidade e incerteza de linguagem com que se estabelece o estatuto de membro da família ou de membro da parentela para o mesmo indivíduo ao longo do ciclo da vida” (SARACENO, 1992, p. 55). Como exemplo temos as diferentes identidades produzidas aí, tais como “filho/filha, irmão/irmã, mãe/pai, deixa de fazer parte do grupo doméstico para entrar na parentela composta pelos familiares com quem já não se vive, ou então distintos dos parentes com quem nunca se viveu” (IDEM, 1992, p. 55).

A família brasileira adquire uma relação com sua rede de parentela que é primordial para entender sua lógica e conseqüentemente essas relações estabelecidas, bem como a relação entre o Estado e as famílias que será discutida no próximo tópico. A rede de parentela existente no Brasil “exerceu funções econômicas, sociais e mesmo políticas” (ARAÚJO, 1993, p. 201). Sendo que essa rede de relações variava muito, haja vista a diversidade característica da população, e conseqüentemente a sua estrutura, em que a parentela exercia um papel fundamental tanto nas comunidades urbanas como rurais.

Os laços familiares trazem consigo uma gama de valores culturais que não desapareceu após a industrialização tardia no Brasil e na América Latina (IDEM, 1993). Ao retratar o Rio de Janeiro, a rede de parentela existente na cidade exercia um papel de coesão e relação direta onde o cotidiano caótico da então nova metrópole que surgira e novas redes de relações se estabeleciam entre a parentela, apesar dos resquícios coloniais, como a centralização nos patriarcas.

Nas camadas mais pobres, a questão dos afazeres domésticos e do trabalho eram mais flexíveis homens, mulheres e crianças exerciam algum tipo de trabalho, pois não tinham acesso à educação e outras premissas básicas. Desse modo, a rede de solidariedade dentro desse nicho social era mais forte, pois a família de modo extensa criava-se uma enorme rede, onde família, parentes e agregados se juntavam em um caos organizado.

Podemos caracterizar a relação direta entre a parentela e a rede nuclear da família como uma relação de cunho social, econômico, psicológico e político. Pois, a partir da inserção republicana no país novos parâmetros de normas e condutas foram surgindo com a relação direta do Estado, ou em conseqüência de ações que influenciaram esses parâmetros indiretamente.

A relação entre marido/mulher, a criação dos filhos com a inserção da importância da escola e da proteção da criança como um ser frágil e que precisa de cuidados, na ascensão da mulher tanto no que concerne aos seus direitos sociais, políticos e econômicos, a inserção da

medicina em camadas mais baixas que será enfatizada logo mais, a questão do cuidado dos pais/parentes e agregados idosos, do casamento e conseqüentemente do sexo. Desse modo, todas essas premissas e muitas outras são características a serem levadas em consideração ao retratamos a família seja ela brasileira ou não. Através disso, a relação estabelecida é muito forte e as normas de convívio são muito característicos.

Nos dias atuais ressalta-se a transformação da estrutura familiar no que concerne a uma nova adequação através de um longo processo de maturação dos hábitos e costumes. Correntes ideológicas estão introduzindo a questão da “desestruturação” familiar como um fator de risco para a manutenção das relações familiares e de sua possível existência como tal, daqui a futuras gerações. Desse modo, para Goldani (1993) a família brasileira passa por uma transição, onde se insere novos mecanismos e inserção de novos padrões.

Vale ressaltar, a questão socioeconômica que propiciou mudanças estruturais em relação ao gênero em que a paridade do mercado de trabalho para as mulheres avançou nos últimos anos (BALIEIRO, 2017). Tal fenômeno é um dos fatores responsáveis por essa transformação estrutural, todavia, não se trata do fim da família. Outros fatores, como a inclusão de novos padrões de sociabilidade propiciaram um novo olhar ao papel da mulher e conseqüentemente da família na sociedade. A questão do divórcio, da queda da fecundidade, a mãe solteira, a união gay, todas essas premissas fazem parte desses novos padrões de família ao qual não seguem a cartilha conservadora até então dominante.

De acordo com Fonseca (2004), que pesquisou as relações familiares em um bairro periférico de Porto Alegre através do método etnográfico em que buscou trazer para o debate antropológico, as relações familiares da comunidade e seu papel moral e social. As relações construídas no âmbito comunitário no contexto da realidade vivida por cada família e de questões que estão também presentes em famílias de estrato social distinto, como as relações consanguíneas, o papel da mulher, a relação com o espaço comunitário, dentre outros.

Desse modo, busca-se uma nova narrativa que se desvie da concepção de família sob o olhar da modernidade (FONSECA, 2004). Vale ressaltar os contrastes sociais específicos que nas obras anteriores demonstrava-se a família como um objeto geral onde contempla-se inúmeras sociedades e culturas distintas.

Buscavam-se uma definição hegemônica de família, mesmo com todos os contrastes e diferenças sociais existente entre os diferentes segmentos da sociedade. O olhar etnográfico dentro da comunidade do Cachorro Sentado em Porto Alegre, e na vila de São João



evidenciam a estrutura familiar sobre um outro contexto, que prevalece a violência, a exclusão e a desigualdade, onde as relações familiares pautam-se de acordo com essa lógica.

A comunidade evoca um sentimento de coletividade, todavia, ressalta-se que tal campo contém inúmeras variáveis e conceitos aos quais se mostra extremamente rico em um espaço de relações conflitantes que passa, por exemplo, pelas normas de conduta, a honra, a relação com o trabalho e a discriminação causada pelo estigma da pobreza. Além do mais, variáveis citadas aqui, como consanguinidade, casamento, juventude, trabalho, dentre outros, adquirem novas características quando inseridas em um espaço onde as pessoas estão conectadas mutuamente e adquirem um sentimento maior de dependência e solidariedade. No caso da vila do Cachorro Sentado, por exemplo, a questão da eletricidade, da água, cria uma rede “ilegal” de economia que os vizinhos interagem através do fornecimento ou não desses insumos (FONSECA, 2004).

Esse exemplo demonstra quão rica de detalhes é uma comunidade tal como foi descrita, onde a questão simbólica das coisas se faz extremamente presente. Como a fofoca, definida como um fator educativo, no sentido de que os acontecimentos que outrora ocorreram servem de exemplo para a geração atual como forma de não enveredar pelo mesmo caminho. Integrador porque cria uma rede de comunicação entre os indivíduos e desagregador para quem é a vítima da fofoca, que através dos relatos das famílias se mudaram, casamentos acabaram e reputações foram prejudicadas, tudo advindos da fofoca, que nesse caso serve como fonte de informação (FONSECA, 2004).

São muitas características, a serem desenvolvidas, a partir dessa relação. Goldani (1993) demonstra que o contexto que se busca ao definir uma família desestruturada passam por dois aspectos. O primeiro é que setores da sociedade não perceberam as transformações sociais que são externas as famílias e, portanto, inerente a elas. Segundo a questão do abismo social e de como as relações familiares se irradiam dentro dessa conjuntura como foi relatada acima e através disso as relações entre a família, sua parentela, seus vizinhos, amigos e agregados adquirem uma outra narrativa pautada na realidade vivida por todos.

O recorte analítico dessa pesquisa origina-se um desastre que mudou radicalmente as famílias atingidas que serão abordadas em duas dimensões. A primeira delas está relacionada ao cotidiano aldeão e o segundo à inscrição dos povos indígenas Tupunikim no rol de políticas reparatórias e compensatórias para as referidas famílias.

#### **2.1.4 Políticas de Estado e sua relação com a família**

Ao analisar diversas obras que retratam o conceito de família identificamos o papel do Estado frente a essa relação e sua forte influência, no que concerne na interferência direta ou indireta nas relações familiares. Dito isto, no caso brasileiro podemos identificar que o Estado buscava uma definição de família nuclear no século XIX em que havia uma distinção entre “moradia” e “família” que funcionavam como grupos interdependentes, seja do ponto de vista da economia doméstica ou por ligações de sangue (ARAÚJO, 1993).

Dada a diversidade da população brasileira e sua relação estreita através de uma rede de relações principalmente com a parentela, o Estado passou a interferir nas relações familiares a fim de manter o seu controle e poder, sobretudo no período colonial. Segundo Costa (1999) a família era um empecilho para o Estado na manutenção do seu poder e hegemonia.

Desse modo, as políticas de interferência do Estado sobre a família possuem bases nesses acontecimentos que um dos fatores principais de sua interferência foi por meio da política higienista já em transição do século XIX para o XX. Através das transformações urbanas promovidas pelo Estado, onde tais mudanças encontravam obstáculos quando se afetavam os hábitos e costumes arraigados das famílias, onde a subordinação ao governo se dava de maneira rebelde (COSTA, 1999).

O Estado não poderia tratar a família como um inimigo, devido a sua importância como instrumento recrutador de agentes em caso de uma guerra. Além do mais, a forma abrupta e violenta que o Estado tratava as famílias antes, com a nova conjuntura se tornou equivocado, foram criados inúmeros mecanismos institucionais com intuito de fazer tal contraponto de forma menos direta. Através disso, criava-se uma série de conflitos internos entre as famílias em que o objetivo do Estado através desses métodos de persuasão era justamente desestabiliza-los para assim controla-los e intervir como bem entender (IDEM, 1999).

Nesse sentido, o Estado preparava terreno para a implementação da sua política higienista com ênfase ao papel da medicina que grande parte dos estratos da sociedade brasileira não tinham acesso e, portanto, não havia conhecimento a respeito da importância do médico na sociedade. Essa lógica se fazia presente nas elites dominantes. O intuito da política higienista era “converter os sujeitos a nova ordem urbana” (IBIDEM, 1999). Essa lógica imperava no período pós-colonial para atender a elite portuguesa, no que tange ao seu contentamento e controle frente aos interesses e a sujeição das famílias das camadas sociais mais baixas ao Estado.

Na chegada do Brasil república foram desenvolvidas políticas nacionais de saúde coletiva, idealizada por Oswaldo Cruz em 1903. As epidemias provenientes da falta de atendimento médico dizimaram populações, pelo fato da precariedade do serviço médico onde a tentativa da política de saúde foi justamente modificar essa realidade (CARVALHO, 2004). Todavia, a iniciativa do Estado de estabelecer a obrigatoriedade da vacina contra a varíola, gerou a revolta que conhecemos por *Revolta da Vacina* em 1904.

O conflito em questão foi a extensão dessa obrigatoriedade de crianças para alunos de colegiais, adultos, etc. Nesse sentido, através das lutas políticas e ideológicas travadas foram disseminadas uma série de boatos aos supostos efeitos colaterais provenientes da vacina, bem como, a invasão de domicílios por parte do Estado com objetivo de inspecionar a higiene das famílias em que tais interferências e boatos geraram inúmeras reações por parte da sociedade. Através disso, resultou em uma forte mobilização popular seguida por uma forte resposta por parte do Estado a essa política (IDEM, 2004).

Dessa forma, a história do Brasil é repleta de relatos e acontecimentos entre a relação Estado e família. Segundo Saraceno (1992), o Estado exerce uma forma de controle através das normas que fazem parte das relações familiares. Essa relação entre ambos convergira a partir da consolidação do Estado moderno como instituição que cria normas, padrões e detém o monopólio da força. Vale ressaltar que a constituição do Estado como um aparato de poder e controle foi construído seguindo uma perspectiva de dominação masculina onde as instâncias de controle e manutenção da ordem retratavam as desigualdades de gênero e uma estrutura de poder totalmente voltada para a dominação e lógica do sexo masculino “branco” e “ocidental” (VIANA; LOWENCRON, 2017).

Tais iniciativas foram potencializadas no período do bem-estar social, onde o Estado adquiriu um protagonismo no fomento e ações que geraram políticas sociais de trabalho, inclusão e direitos humanos, tais iniciativas geraram mudanças no contexto familiar tanto no que concerne a novos protagonismos, no caso feminino, quanto na questão das crianças e idosos. No caso do Brasil atual, o papel do Estado sob as novas formas e relações familiares ligado a “precariedade e instabilidade da instituição familiar ganham força e são reforçadas pela incapacidade do Estado em prestar os serviços sociais básicos as famílias carentes e seus dependentes legalmente” (GOLDANI, 1993, p. 70).

Nesse sentido, o Estado passa a ter responsabilidade no que tange a dita desestruturação da família relatada anteriormente seu papel de interventor se dá por meio de políticas

públicas, de leis e iniciativas. Tanto através dos relatos históricos quanto dos dias atuais, é visível a relação extremamente próxima do Estado e a família que são instituições mantenedoras da origem social vigente, e espelho para novos padrões que desenvolvem e emergem através do processo ao qual estamos inseridos.

No Brasil atual considera-se família como indivíduos que se interligam através da consanguinidade inseridas dentro de um domicílio que foi definida uma quantidade de 05 (cinco) pessoas como um teto estatístico (GOLDANI, 1993), onde a concepção das agências estatais que são responsáveis pelo levantamento global e estrutural de todas as famílias brasileiras considera somente elementos estatísticos, como se refere a citação a seguir:

Portanto, a definição de família para o IBGE, tanto nos censos como PNAD, equivale ao de unidade doméstica residencial e não à concepção sociológica mais comum, que é o de família como um grupo de pessoas que mantém vínculos de parentesco resultantes de consanguinidade ou de adoção. Entre as vantagens da coleta das informações do IBGE a nível da unidade doméstica e não só da família de parentesco, destacam-se as possibilidades de reconstrução de diferentes universos. Mesmo restrito à unidade de residência, é possível trabalhar com o grupo de parentesco como família e assim aproximar-se do conceito sociológico de família. (GOLDANI, 1993, p. 78)

Nesse sentido, pudemos considerar que o Estado não comensura aspectos relacionados a família aqui desenvolvidos, onde a meu ver para o mesmo as famílias são meras estatísticas, onde grupos que não se inserem no “padrão” estabelecido não pode ser, portanto, objeto de alguma política social, ou se forem, será para descaracterizar a sua essência em busca de um “padrão” de família elementar compostas pelos pais, filhos/dependentes.

## **2.2 Compreendendo o estudo dos desastres, sob a ótica das Ciências Sociais no contexto brasileiro**

O segundo eixo teórico busca compreender os conceitos envolvidos na categoria desastre. Essa concepção e suas variáveis nos auxiliarão no entendimento no campo das Ciências Sociais o debate em torno do Desastre de Fundão em Mariana – MG e de como o eixo trabalhado baliza a discussão em torno no objeto da pesquisa em questão, sobretudo na compreensão humana das relações em contextos de ruptura a um determinado modo de vida e de como se dá esse papel na consequência e na construção de contextos em que se os desastres ocorrem.

Vale ressaltar a multiplicidade da literatura voltada para o estudo de desastre como um fenômeno social. Além do mais a tipificação de categorias que diferenciam o desastre como

um fator natural e social, do ponto de vista analítico, as vertentes das ciências humanas voltadas para explicar o fenômeno sob sua ótica evocam essas categorias em torno das relações humanas e sua influência no estopim de um desastre, das estruturas, da correlação de forças, dos estratos sociais envolvidos e as relações que subjazem ao desastre. Desse modo, o desastre sob a ótica social pode ser entendido como uma construção social a partir da ação humana. Os estudos em torno do fenômeno desastre como uma categoria social é difundida desde os anos 50 (PERRY; QUARANTELLI, 2015, p. 26).

Segundo Norma Valencio o debate em torno desse fenômeno não encontrou consenso acerca da definição do desastre como um conceito fechado. Um dos consensos até aqui relatados é de entender o desastre como um fenômeno social que repousa em outras variáveis e que possuem uma relação intrínseca com os fenômenos naturais (VALENCIO et al, 2009, p. 05). A compreensão do papel da sociologia nessa dinâmica perpassa no entendimento dos fenômenos que são produzidos a partir das relações que se constroem e de como outras variáveis são participes, produz e reproduz a dinâmica social historicamente construída. A citação a seguir demonstra o desastre como um fenômeno atemporal que se constrói através da relação de agrupamentos sociais:

[...] O desastre não é um desastre que aconteceu em um espaço temporalmente limitado. O desastre é um agrupamento social em disputa – constituído por subgrupos –, permeado por debates de lógicas que se refletem no espaço social, e que, por isso, nunca pode se constituir em uma questão, de fato, exógena ao sujeito – um objeto – em separado. Sujeito e circunstâncias se interpenetram e se explicam mutuamente, naquilo que se manifesta nas suas mútuas possibilidades de existência como de destruição. (PORTELLA, et. al., 2016, p. 80)

Aspectos de natureza emocional, psicológica, afetiva, identitária são pouco mensurados ao analisar o real efeito de um desastre, em relatórios técnicos da burocracia estatal que focalizam perdas de natureza econômica. Todavia, a sociologia dos desastres evoca essas categorias como parte das relações resultantes da ruptura causada (VALENCIO, et. al., 2009). Através desse campo analítico, diversas categorias são tipificadas a luz de suas similitudes e diferenças, não obstante aponta-las, mesmo que os fenômenos envolvidos estejam relacionados (PERRY; QUARANTELLI, 2015, p. 32). Podemos exemplificar: risco, catástrofe, vulnerabilidade, caos, dentre outros.

Nesse sentido, a literatura voltada para a concepção da categoria desastre no aspecto social do desastre imbrica em concepções que são constituintes resultantes do estopim e

também pós-estopim. As relações sociais, o papel das instituições, das normas, das elites de poder e da sociedade civil como um todo possuem elementos analíticos que fomentam as discussões da comunidade científica, sobretudo, no campo das ciências humanas a fim de fomentar a trazer a evidencia elementos até então colocados em segundo plano ao discutir o desastre como um fenômeno temporal, limitado e inesperado. A leitura do desastre como um fenômeno construído socialmente e a categorização dos elementos que corroboram com essa perspectiva traz um novo olhar acerca dos aspectos até então pouco considerados pelos estudos acerca do fenômeno.

Podemos exemplificar em todas as forças mobilizadas em torno desse desastre e dos efeitos causados nas relações sociais em comparação com o contexto anterior com a construção de novas narrativas oriundas do desastre crítico. A partir do desastre materializado é possível identificar as relações sociais e o efeito dessa correlação é o ditame que permeará as ações em busca de minimamente alterar a conjuntura crítica, seja para a busca de novos rumos a fim de que o episódio não se repita quanto de manutenção do *status quo*. Com isso a ação humana é o fator central na construção resultante do desastre e dos efeitos que delas subjazem.

O fenômeno desastre em questão aparece não só como um fator natural, mas como parte de um fator primordial da ação humana construída através dos processos sociais, como se refere a citação a seguir:

Desnaturalizar o desastre significa considerar o conjunto dos processos que intervêm na origem, no desenrolar e nos efeitos do desastre, de modo a ter em conta as consequências da ação humana, da organização social e econômica, do papel das instituições e organizações e das decisões, que são indissociavelmente técnico-científicas e políticas, que configuram as formas de prevenção e de enfrentamento dos desastres e das suas consequências. Desnaturalizar não significa negar a existência do que se costuma chamar fenômenos ou processos naturais na origem dos desastres, mas considerar a forma como esses fenômenos ou processos são afetados ou modulados pela ação humana, intencionalmente ou não. (PORTELLA, et. al., 2016, p. 85)

Os estudos voltados para o conceito de desastres no Brasil permeiam o debate em torno dos processos sociais constitutivos do desastre e de toda a estrutura social mobilizada no período pós-desastre. O papel das instituições e a consequência imbricada nas relações humanas tanto como fator da manutenção do *status quo* da atuação do Estado, das elites do poder econômico, bem como as populações atingidas que encontram em certos setores da

sociedade como minoria política, a exemplo populações tradicionais, pobres e negros, no sentido de que a afetação pelo desastre crítico pós-desastre se dá de várias maneiras a depender da atuação das instituições, do contexto social em que vivem e dos instrumentos de defesa ou a falta delas que essas populações possuem em relação a acessibilidade de direitos (AUGUSTO, et. al., 2015).

É importante alinhar as diferentes categorias em torno do conceito de desastre, a partir do objeto de pesquisa que se insere na temática do desastre de Fundão em Mariana – MG, em que o fenômeno ocorrido pode ser definido como um *Desastre Tecnológico*. A característica dessa categoria se dá como um desastre em que a sua causa é atribuída diretamente a ação humana, ou seja, a partir de elementos que fazem parte das interações eminentemente humanas ao qual a resultante se dá pelas falhas do sistema condicionante, ocasionando em desastres e de todos os efeitos que subjazem ao seu acontecimento (ZHOURI et. al., 2016, p. 37). Nesse sentido, o desastre tecnológico se insere em contextos em que o desencadeamento de um desastre é um risco eminente e possível.

Os tópicos em diante discutirão aspectos que corroboram com a discussão do tema de pesquisa voltado para o desastre socioambiental de Fundão em Mariana – MG e de seus efeitos que são exemplos de um desastre tecnológico. Desse modo, no contexto brasileiro, a discussão em torno pode focar em elementos em que o Estado e o papel das corporações econômicas possuem um enorme papel nas relações pré e pós-desastre (ZONTA; TROCARTE; *orgs.*, 2016), (MILANEZ; LOSEKANN; *orgs.*, 2016).

Discutir os efeitos da exploração econômica dos recursos naturais e de toda a ideologia da busca do lucro a qualquer custo, do assédio sofrido por municípios de médio e pequeno porte em torno das benesses dos empreendimentos e principalmente das populações que são participes do processo e absorvem para si todo o ônus causado por um desastre.

Setores da sociedade que não possuem força política para impor suas demandas na agenda do Estado é a principal vítima do processo de segregação e desigualdade social que se insere na temática aqui debatida, pois a ocorrência, enchentes, incêndios, desmoronamentos atingem em grande parte estratos da sociedade consideradas vulnerabilizadas, é em torno dessas categorias que a literatura dos desastres aqui no Brasil encontra base analítica para desenvolverem seus estudos acerca do desastre e entender esse fenômeno sob inúmeras frentes dada a sua complexidade e amplitude.

### **2.2.1 O Estado presente e as populações sem voz política**

Em um contexto de desastre a burocracia estatal em sua maioria está voltada em quantificar perdas econômicas e materiais. Segundo Valencio et. al. (2009) no Brasil as instituições que estão voltadas para a prevenção de desastres possuem uma lógica que é voltada para a hierarquização de atividades herdadas do militarismo, da elitização econômica do Estado que contribui para a estigmatização como forma de manutenção da indiferença ao sofrimento humano a partir da ocorrência de um desastre. Podemos exemplificar a “área de risco” como uma categoria que sedimenta parcelas da população as tornando vulneráveis a partir da desterritorialização, excluídas do direito básico a moradia e que se veem vulneráveis a desastres como enchentes, rompimentos de barragens, vazamentos químicos, de forma contínua. (VALENCIO, et. al., 2009).

Os povos estigmatizados são vítimas dessa perspectiva, que privilegia locais específicos onde existem populações sem instrumentos de poder que viabilizem uma reação a impedir as consequências dessa lógica racista e segregadora. Há inúmeros estudos que constataam a presença de enormes complexos industriais altamente poluentes e tóxicos em regiões onde predominam populações que carregam em si o estigma (GOFFMAN, 2004) da segregação, do preconceito de cor e de classe, a categoria analítica a este fenômeno é denominada de racismo ambiental (HERCULANO, 2006).

Dada o contexto social brasileiro de desigualdade, segregação e estigmatização de povos que originou em uma sociedade onde o abismo entre ricos e pobres se dá de forma muito eloquente, as áreas propensas a deslizamentos de terra, enchentes, vazamento de produtos químicos se dá em lugares quase sempre ocupado por populações vulnerabilizadas que não dispõem de representação e voz política necessárias a fim de que suas demandas enquanto cidadão do direito à moradia ao espaço urbano ficam extremamente comprometidos. O Estado nesse contexto funcionaria como uma força que fomentasse o combate a essa realidade, formulando políticas públicas de inclusão voltadas para o alocamento de populações em locais de segurança, livres de qualquer vulnerabilidade causada por fatores climáticos e tecnológicos.

Desse modo, as formas de reparação de um desastre programadas e implementadas pelo Estado estão sedimentadas em atuações pontuais que são ineficazes. Em relação as barragens Valencio et. al. (2009) as populações vulnerabilizadas caracterizadas são: indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas e pequenos produtores rurais. A política de barragens é



vista como um instrumento de progresso e riqueza, todavia, se trata de uma política geradora de insegurança, e o risco fabricado a partir de como o risco é criado socialmente, contudo o risco só é considerado através da eminência ou ocorrência de um rompimento (VALENCIO; et. al., 2009, p. 160). As agências que legitimam uma lógica de atuação onde a leniência de fiscalizar a atuar na prevenção ou não das eventuais rupturas. Como se refere a citação a seguir:

Uma barragem rompida significa a possibilidade de desmistificação da solução técnica, que se traduz no erro concreto e público que, a rigor, retira o endosso ou legitimidade de quem a produz. No entanto, rapidamente, no momento pós-desastre, a perícia apresenta explicações plenas de jargões – reportando algo fora do controle quando tudo parecia sob controle – e oferece medidas mitigadoras, o que não permite tempo para a reflexão ou contestação pública. (VALENCIO; COSTA GONÇALVES, 2006, p. 88)

Para tanto, as populações que estão vulneráveis a ocorrência de um desastre não possuem instrumentos de poder capazes de viabilizar direitos, principalmente em áreas potencialmente vulneráveis onde o modo de vida do grupo que ali está inserida possuem uma relação estreita que se entrelaça a percepções, sentimentos e história.

As políticas reparatórias lideradas pelo Estado são implementadas de maneira assimétrica e excludente conduz que de forma morosa e antidemocrática estabelece parâmetros insuficientes e ineficazes que resultam a manutenção do desastre e não na sua reparação ou mitigação. Nesse sentido, como o desastre é um processo contínuo de efeitos, sob prerrogativa do fator “surpresa” ou da “fatalidade” ocorrida. A consequência é a morosidade no planejamento de programas eficazes em contextos de desastre em que a população atingida demanda resultados rápidos e eficientes, fato esse que não se materializa.

Ações que no contexto de um determinado desastre tecnológico (ZHOURI et. al., 2016), funciona como forma de evidenciar a relação existente entre o Estado e as corporações econômicas comandadas pelas elites que detêm a influência por parte da atuação política através do poder econômico, que faz com que o poder público trabalhe de forma mais assídua no restabelecimento que outrora existia como forma de responder a pressão desses grupos, com isso os agentes públicos deixam de criar ações mais efetivas no que tange a real reparação e assistência as populações continuamente atingidas por desastres ambientais.

O Estado como estrutura institucional não possui mecanismos de integração entre as diferentes competências nos três níveis de governo. O SINDEC (Sistema Nacional de Defesa

Civil) que tem a defesa civil como sua autarquia mais visível não possui uma estrutura nacional que propicia uma melhor efetividade nas ações públicas quando um desastre crítico acontece, sua institucionalização foi a resposta encontrada pelo Estado brasileiro para lidar com desastres. A citação a seguir demonstra a fragilidade desse sistema, sobretudo no que tange a função preventiva como forma de evitar ou mitigar os danos de um desastre.

No Brasil, a forma setORIZADA que o tema tomou, nos vários níveis de governo, foi buscando, ao longo de décadas, uma afirmação no desenho institucional que, por um lado, surtiu a paulatina apartação/alienação em relação a outros temas e políticas que deveriam estar imbricados, tais como o de direitos humanos, da assistência social, da habitação, da saúde, dos transportes, da educação. A setorialização implicou, ainda, na constituição paulatina de um corpo técnico – estruturado conforme a interpretação de desastres tomada pelo gestor e contratante da ocasião – e cuja afirmação profissional passou, em muitos casos, a utilizar-se instrumentalmente da máquina pública dissociando o seu trabalho da missão institucional ao qual deveria estar servindo, isto é, do compromisso constante com as demandas prementes de grupos sociais vulneráveis ou afetados por desastres. (VALENCIO et. al., 2009, p. 22)

Seu caráter extremamente hierárquico, herdada da lógica militar de atuação faz com que as autarquias voltadas para o atendimento a sociedade em relação a desastres críticos se tornem ineficazes no objetivo de mitigação dos efeitos podendo até agravar ainda mais a situação dos afetados. Em conjunturas onde ocorrem deslizamentos e enchentes a figura do bombeiro é vista pela população pobre como um representante que está ali para de fato fazer algo que minimize a situação deles, ao contrário de um policial que age no papel social da defesa civil encontra uma não interação por parte dos moradores devido a forma conflituosa da perspectiva dos agentes se segurança pública que veem nessa população o estigma do elemento suspeito (VALENCIO, et. al., 2009, p. 11).

Essa relação entre população vulnerabilizada e o Estado caracteriza ainda mais a lógica segregadora e desigualitária ao tratamento dado aos agentes públicos em relação a essas populações. Situação que agrava essa relação desigual que evoca interesses inseridos dentro da burocracia estatal que pode ser explicada por inúmeros fatores que balizam as resultantes da relação entre Estado e população vulnerável, entendendo nesse contexto como populações que não possuem instrumentos de poder que viabilizem suas demandas, ou que possuem uma lógica mobilizadora e organizacional, todavia, que esbarram em estruturas de poder político e econômico muito eficazes na imposição da sua agenda frente ao contexto que se apresenta. Esse poder se reflete nas ações do próprio Estado e do tratamento dado de forma morosa,

burocrática a essas populações que em determinados contextos ficam sem casa, sem emprego, sem condições de trabalhar por fatores físicos ou psicológicos.

### **2.2.2 Mensurando os aspectos pós-desastre e a família neste contexto**

Em contextos de rupturas desencadeadas por desastres sejam eles naturais ou tecnológicas (ZHOURI et. al., 2016), encontra na família uma representação da dimensão de seus efeitos, se tratando do lugar em que o indivíduo é produto e conseqüentemente as interações ali presentes se rearranjam e se readaptam a um novo contexto de vida que são provocadas por inúmeras conjunturas, incluindo a de um desastre. Por meio da literatura de desastres um aspecto mencionado pela vertente se trata do papel da família nesses contextos e de como ela tem o poder de se adaptar a contextos críticos em que as relações que a partir daí subjazem a um novo modo de vida em que o papel de cada membro familiar se readapta e se transforma dada a nova realidade.

Nesse sentido, o desastre se faz presente como um desastre traumático e a partir disso o papel das relações familiares na sua internalidade é produto das conseqüências que não podem ser reduzidos a uma data ou um momento específico. O desastre sob ótica familiar pode ser entendido como um processo contínuo e dinâmico, onde há interferência de múltiplos agentes que estão inseridos nesse contexto, entre eles o Estado e a religião por exemplo.

A capacidade de resiliência das famílias que pode ser entendida como uma forma de adaptação frente a realidade que se apresenta em um contexto de desastre é um fator importante para a manutenção das interações e representações ali postas. Vale ressaltar que o fator de risco que determinados segmentos sociais possuem frente a eminência de uma ruptura que predispõe famílias a crises de estresse, medo, desespero, ansiedade, angústia que são interações contínuas e se fazem presentes principalmente em grupos vulnerabilizados e que não possuem instrumentos de poder para reivindicar suas demandas e enfrentar esses desafios. A resiliência auxilia na capacidade desse enfrentamento, pelos fatores de risco e do processo histórico de vulnerabilidades os coloca cada vez mais preparados para lidar com os desastres futuros (SOUZA, M. T. S, 2011).

Dentro desse contexto as famílias das populações continuamente atingidas encontram desafios no que tange a nova realidade a partir de uma ruptura adversa. Falamos do papel do Estado que rompe com o papel de cidadania exercida pela família, haja vista da relação de dominação com o objetivo de protege-las, todavia, a forma de sua atuação acaba por as

fragilizar ainda mais (VALENCIO, et. al., 2009, p. 64). Nesse sentido a solidariedade, o papel da mulher, do espaço físico e da composição familiar nesse rearranjo na rotina e no papel social de cada um. As consequências de uma ruptura ocasionada por um desastre crítico no contexto familiar evocam em mudanças refletidas para as próximas gerações das famílias que encontrarão nesse episódio fatores que explicariam a nova composição de sua casa, bem como a partir desse fator é inexorável as consequências do desastre na composição familiar, bem como nas relações que delas surgem.

O papel da mulher na organização familiar como foi demonstrado como um dos exemplos do papel social exercido pela família em contextos críticos, denota o seu papel perante situações em que a readaptação da família perpassa por etapas difíceis e que a mulher em si exerce a autoridade em casa como chefe do lar (VALENCIO, et. al., 2009, p. 72). A partir disto, em um desencadeamento de desastres a figura feminina destoa como um exemplo do papel da mulher em situações de estresse, preocupação com os outros membros familiares, seja o marido, filhos e demais parentelas, mesmo que esse cuidado implica na sua própria segurança.

Nesse sentido a partir da ruptura e de suas consequências dentro da família, uma série de fatores são mensurados de maneira que os papéis justapostos em que são exercidas pela mulher no seio do lar, caracterizam a perda de algo nesse contexto como um fator de contínuo sofrimento. Vale ressaltar, a sua atuação em momentos prévios, durante e após um desastre, contribuem para a extensão de seu sofrimento em relação a gestão do tempo, no cuidado com a casa e com cada membro familiar de maneira em garantir a integridade e segurança de cada um (IDEM, 2009, p. 74), todas essas premissas são absorvidas e internalizadas pela mulher no seu espaço doméstico.

A relação da família e o papel da mulher nesse contexto constitui como um importante fator a ser considerado ao entendermos as dinâmicas familiares e de como as suas relações se materializam em períodos de ruptura desencadeada por um desastre, pois advém da mulher a absorção de todas as representações postas e de como elas são moldadas a partir de suas ações, não obstante quando há presença da figura masculina nesse contexto se configura em se colocar como chefe da família, outorgando-lhe a responsabilidade de proteção do patrimônio e do modo de subsistência que garante o sustento da família e da interlocução entre a família e agentes externos, desse modo, os papéis em contextos de desastre do homem e da mulher encontram finalidades distintas em que caracteriza a questão de gênero que implicam em tensões, como demonstra a citação a seguir:

Se, para a mulher, como chefe do lar, há um senso de responsabilidade para com a segurança da moradia, a solicitação de socorro institucional é tarefa do chefe da família que tem a autoridade nesta comunicação com o mundo externo. Assumi-la no lugar do homem tem implicações na forma como o agente de emergência (na maioria das vezes, um ou vários homens) supõe que deva interagir: trata-se, a mulher, como alguém que precisa obedecer a uma ordem oficial, pública, sem contestação, mesmo quando as medidas indicadas pelo agente sejam incompatíveis com o entendimento que ela tem de suas próprias responsabilidades, ou seja, a desigualdade de gênero remete a consequências no relacionamento de ambos. (VALENCIO, et. al., 2009, p. 74)

Quando a presença masculina é colocada no contexto em que a família se insere como um lugar de fala, de papéis demarcados e impostos por agentes externos que materializam a assimetria do papel que ambos exercem em se tratando de contextos de desastres, bem como, em várias situações do cotidiano em que os mecanismos de poder tem na figura masculina um espelho e papel primordial na funcionalidade de suas ações. Desse modo, a desigualdade imposta implica em uma série de interações em que os papéis justapostos do homem e da mulher e o seu papel na família representam a manutenção da lógica patriarcalista da sociedade em que concentra o poder decisório na figura masculina, sendo a mulher como um elemento secundário nessa dinâmica (IDEM, 2009).

Descrever o papel da mulher em contextos de desastres significa mensurar como se materializam as relações familiares e de como se dá o papel que cada membro exerce, em especial dos progenitores em que a responsabilidade de procurar um caminho em busca da superação do momento em que passam se dá pelo papel que ambos exercem na busca da proteção de seus familiares e na garantia do restabelecimento das condições anteriores ao acontecimento.

Todavia, não podemos estereotipar a figura feminina e masculina e reduzi-las somente ao papel dos progenitores, a natureza fluida das relações familiares denotam que os outros membros familiares representam também o papel de chefes de família a ressaltando que os laços consanguíneos e simbólicos que são representados também por inúmeras concepções e formas de se definir uma família e de como essa relação fluída envolve a participação na rede social em que a família está inserida, seja pela rede de parentela ou indivíduos com laços afetivos.

Vale ressaltar a questão da saúde física e mental de cada membro familiar são aspectos de suma importância ao se alinhar as consequências de um desastre olhando o aspecto do

momento em que ocorre, mas também entendendo esse momento como um processo contínuo de afetação que não se resume somente em seu estopim. Nesse aspecto, a família encontra sua rotina completamente conturbada pelos acontecimentos, entendendo que suas vidas demorarão ou não serão mais as mesmas e que o restabelecimento dela perpassará por caminhos difíceis em que isso depende da atuação de agentes externos a ela, conseqüentemente a saúde física e mental pós-desastre é um aspecto importante ao se mensurar os impactos ocasionados pelo desastre (FERNANDES, M., C., G.; BOEHS, E., A., 2013, p. 02)

A quebra da rotina e conseqüentemente do modo de vida pode ser entendido como uma das condicionantes agravantes ao se analisar as conseqüências de um desastre na perspectiva das representações familiares e comunitárias. Em relação ao desastre de Mariana, onde a magnitude da destruição ocasionada ainda não foi totalmente mensurada em sua totalidade, a partir do entendimento do desastre como um fenômeno em constante afetação.

Desde o distrito de Bento Rodrigues até a foz do rio doce em Regência Augusta em Linhares – ES as populações atingidas e a sociedade em geral assistiam atônita à destruição ocasionada pelo desastre. O lastro de destruição era tamanha, que as conseqüências de tal acontecimento afetaram as populações atingidas de forma econômica, social, emocional e mental, como demonstra a citação a seguir:

Nos locais onde a lama invadiu e destruiu casas e parte da cidade, como no município de Barra Longa, o sofrimento psíquico também se relaciona com as perdas materiais (casas, pertences, meios de subsistência) e simbólicas (álbuns de família, horta, ruptura da dinâmica comunitária, alteração brusca no cotidiano), entre outras inúmeras privações a que foram submetidos repentinamente. Há ainda as comunidades afetadas pela contaminação do Rio Doce, meio de subsistência e de exercício da religiosidade – no caso da comunidade indígena Krenak – e pelo impacto no abastecimento de água para estas localidades. Os territórios que eram cenários dos laços sociais e afetivos constituídos, após o desastre, tornaram-se fragilizados. No caso de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, completamente comprometidos. (MILANEZ; LOSEKANN, *Orgs.*, 2016, p. 168)

Desse modo, o exemplo da citação acima demonstra sob o olhar da comunidade e conseqüentemente da família, a afetação do modo de vida ocasionada por uma ruptura compreende o entendimento de que essa afetação será contínua e não somente momentânea. As populações continuamente atingidas encontram na resiliência aqui mensurada no começo deste tópico, um elemento importante no sentido de que esse sentimento fortalece os

mecanismos de mobilização e resistência dessas populações. Todavia, as perdas sentidas nesse contexto sejam de natureza provisória ou permanente resultam no surgimento de inúmeros efeitos que influenciam a maneira de como as relações se darão daqui em diante. Dentre esses efeitos podemos mensurar aspectos sociais onde se materializam todas as formas de relação humana em que a troca de sentimentos, sensações, angustias, frustrações, revoltas e medo se dão em volta da afetação causada.

As famílias que outrora tinham um determinado modo de vida que foi radicalmente modificada por um desastre traumático terão na história a forma de mensurar a real dimensão do dano onde as velhas, atuais e as futuras gerações carregarão para sempre a cicatriz deste acontecimento. O papel da família e de toda as parentelas que se conectam formando uma grande rede social onde os papeis exercidos por cada compreende os mecanismos justapostos em que cada membro familiar absorve para si o impacto causado pelo desastre, proporcionalmente ao seu papel dentro do núcleo familiar.

### **3. CAPÍTULO 2 – CAIEIRAS VELHA, A IDENTIDADE DA LUTA EM SUA HISTÓRIA: DESVENDANDO O CAMPO ESTUDADO**

Neste capítulo o objetivo é descrever e analisar o campo de estudos através da pesquisa etnográfica na aldeia de Caieiras Velha, localizada no município de Aracruz que é uma importante comunidade da região do Piraquê-Açu onde predominam comunidades indígenas e pesqueiras. Através dos diários de campo relativos a comunidade este capítulo busca descrever e discutir as percepções e olhares acerca do processo contínuo e desconhecido que o desastre socioambiental da Samarco refletiu e ainda reflete nas famílias da aldeia de Caieiras Velha, bem como caracterizar o campo através de uma breve descrição de sua história marcada por injustiças, desterritorialização e a resistência do povo indígena.

Desde o reconhecimento da região como atingida, os índios Tupinikim e guaranis se articularam na mobilização contra os efeitos da chegada da lama de rejeitos no litoral capixaba que afetou a princípio os peixes e crustáceos que realizavam a desova no litoral e no rio Piraquê-Açu. As mobilizações iniciaram logo no começo do ano de 2016 com manifestações na ferrovia que corta parte do território indígena que tem a Vale como proprietária.

A descrição será partir dos diários de campo e do contato direto com a comunidade e as famílias, bem como as agencias sociais presentes nos darão enfoque ao discutir os efeitos da implementação das políticas de auxílio emergencial, indenização e ressarcimento. As famílias da comunidade possuem grande importância na manutenção das relações internas características da aldeia que serão descritas no decorrer do capítulo. Desse modo, a aldeia de Caieiras Velha e seus moradores compõem uma rede de relações que se conectam através de sua identidade, a histórica relação dos moradores com o rio Piraquê-Açu e de como essa relação se faz presente nos dias atuais em outro contexto.

#### **3.1 Caieiras Velha, uma primeira impressão**

A minha primeira imersão no campo se deu no dia 23/02/2018, acompanhei a princípio o meu orientador com intuito de conversar com os jovens Tupinikim. Nessa data haveria um desastre de jovens de inúmeras aldeias na comunidade. Vale ressaltar como minha primeira experiência etnográfica em aldeias indígenas adquiri certas pré-noções acerca do campo em questão que foram completamente equivocadas, ao chegar na comunidade presenciei aspectos



que não imaginaria que poderiam fazer parte daquele espaço. Fomos surpreendidos por uma chuva torrencial e em consequência o desastre foi adiado.

Com o adiamento do desastre, meu orientador e eu seguimos para a casa da dona Helena, uma conhecida moradora da localidade notada pela sua liderança e militância nas questões indígenas. A minha percepção inicial ao conversarmos com a dona Helena acerca dos acontecimentos gerados pelo desastre da Samarco e de como esse fator impossibilitou a pesca no rio Piraquê-Açu por parte dos indígenas é de que a questão sentimental, identitária e psicológica está muito mais presente, sobretudo a ligação secular com o rio e o seu território. Trata-se de uma região onde há séculos as populações indígenas residem e no qual se construiu um elo muito forte que extrapola a questão material/financeira.

Dentre um dos relatos está a insatisfação por não poder pescar mais no rio nem para consumo próprio, além do mais percebi uma inquietação da dona Helena em relação ao futuro e da durabilidade das ações da Samarco na região. É perceptível seu incomodo com relação aos agentes da Samarco. Acredito que seja a forma de como a Fundação Renova implementam as ações de reparação olhando somente o aspecto econômico, sendo que em todo o relato exposto pela dona Helena não foi mensurado nenhum aspecto de natureza monetária ou financeira.

Apesar de um breve diálogo essa percepção por minha parte ficou claramente nítida. Por fim, uma neta da dona Helena relatou ao meu orientador que fizeram um vídeo em que a dona Helena relata a sua tristeza acerca do desastre da Samarco e de como esse acontecimento está afetando a sua identidade como índia para com o rio Piraquê-Açu.

Dona Helena possui um genro pescador, com isso fomos a casa do senhor Manoel, a princípio seria uma forma de meu orientador me apresentar como forma de articular futuras entrevistas. Todavia, a conversa foi muito proveitosa, pois o senhor Manoel relatou a inclusão de Aracruz como local atingido e da atuação da Renova/Samarco nessa relação. Era nítido a insatisfação dele com relação a essas ações.

Na questão do cartão indenização houve um atrito entre a associação de pescadores, ao todo são 83 associados, a Samarco e a comunidade. Essa insatisfação é em relação a metodologia adotada pela Renova/Samarco para indenizar os pescadores. Segundo o senhor Manoel a Samarco não pratica a isonomia ao aplicar os recursos, sendo que em outras localidades as indenizações e ressarcimentos se dão de pessoa em pessoa. Na região do Piraquê-açu essas ações estão sendo implementadas no âmbito coletivo, pelo fato de se tratar

de aldeias indígenas, a Samarco não considera os ofícios dessas populações, que no caso do senhor Manoel é pescador.

Nesse sentido, segundo ele os pescadores deveriam ser ressarcidos tanto como indígenas (na questão do uso da água e do espaço) e como pescadores, pelo fato de que seus ofícios também foram atingidos. Para exemplificar, o pescador junto com a sua esposa tentou conseguir dois benefícios, sendo ele como pescador e sua esposa como indígena, porém não obteve sucesso nessa tentativa.

A Fundação Renova não considerou essas premissas, que acarretou em uma ação da APECI (Associação de pescadores, catadores e marisqueiros indígenas) contra a essa lógica de ação. Tal ação resultou em inúmeros conflitos no âmbito da comunidade com a associação, pelo fato da Renova ter pressionado as lideranças, caso o processo siga a diante. Desse modo, a comunidade se voltou contra a associação, devido que essa “irresponsabilidade” agravaria ainda mais a situação do local.

Desse modo, é perceptível a ação da Renova/Samarco ao coagir os pescadores, de modo que essa estratégia da Fundação originou em conflitos internos, entre os pescadores e a comunidade. Tendo essas observações iniciais em mente é perceptível que os pescadores possuem uma outra lógica do uso de seus recursos (naturais e financeiros) que ultrapassa séculos. A forte ligação com o lugar e o território denota um forte sentimento do senhor Manoel com o rio, através do seu relato que “criou dentes dentro do rio”.

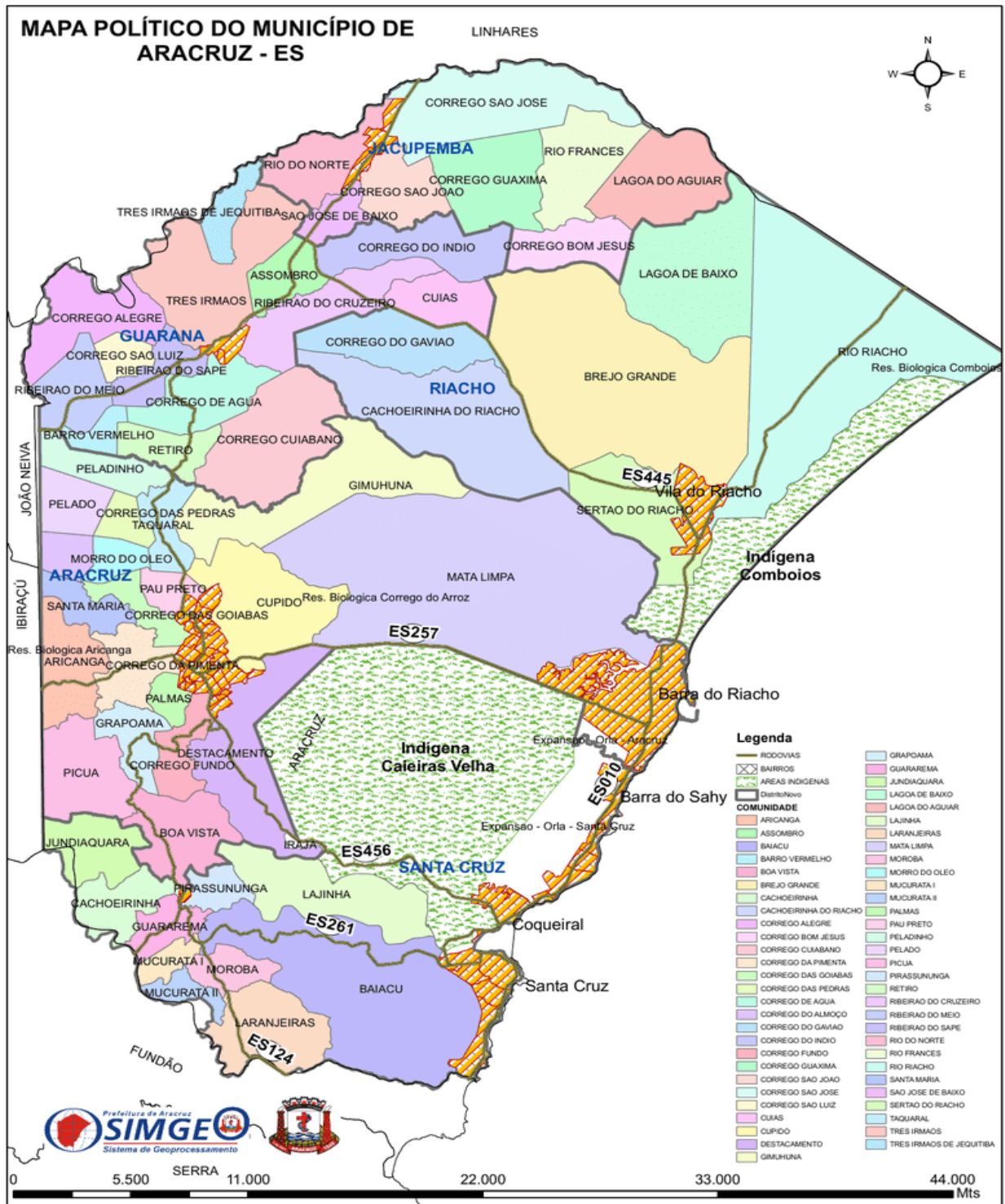
### **3.2 Uma breve descrição do Campo**

A aldeia de Caieiras Velha está localizada na região litorânea do município de Aracruz-ES. A região banhada pelo rio Piraquê-Açu é um berço indígena, onde localizam-se cerca de 12 aldeias da etnia Tupinikim e Guarani. Atualmente a aldeia é composta por 468 famílias somando 1485 habitantes<sup>4</sup> de maioria Tupinikim, a comunidade possui uma vasta história de luta e mobilização pelo uso da terra e do pertencimento a ela.

---

<sup>4</sup> Fonte: Associação indígena Tupinikim-Guarani (AITG) por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Figura 01 – Mapa político do município de Aracruz – ES



Fonte: PtDocs, 2018. Disponível em: <http://ptdocz.com/doc/1237502/mapa-pol%C3%ADtico-do-munic%C3%ADpio-de-aracruz>. Acesso em 02/09/2018.

Figura 02: Placa de “Boas Vindas” na entrada da comunidade



Fonte: Marlos Brocco, 2018

A implantação da cultura de celulose que adentrou pelas terras indígenas nos anos 70, 80 e 90, estimulou as narrativas de mobilização indígena contidas na pesquisa *Tempo e espaço entre os Tupiniquim*, que discorre acerca da organização social atrelada a concepção espacial e territorial que emerge nas sinergias acerca das relações dos indígenas e não indígenas na definição do território que constitui atualmente a terra indígena (SILVA, 2000). Nesse aspecto, a relação territorial dos indígenas e sua ressignificação se deu pela influência e interferência de agentes privados do capital financeiro representados pela então Aracruz Celulose (atual FIBRIA) e agentes do Estado brasileiro representados pela FUNAI que por meio dessa relação, o Estado sob a tutela das grandes empresas, atuou na expropriação da terra indígena (IDEM, 2000).

Desde a colonização portuguesa o tratado das sesmarias firmado em 1610 como forma de um primeiro acordo de regularização fundiária de terras que configurava cerca de 200 mil hectares para o povo indígena, e que através do tempo novos acordos foram firmados, vide 1760 e pela lei de terras em 1850. Acordo que configurou uma nova relação da constituída monarquia brasileira com a população indígena. As terras que outrora foram constituídas pelos povos indígenas foram incorporadas como propriedade do Estado a partir da definição de terra devoluta (ANAI, 2010, p. 14).

No século XX, o território indígena presente em Aracruz teve suas terras apropriadas e suas aldeias extintas pelo processo de ocupação por parte de imensos complexos industriais. A primeira delas foi a COFAVI (Companhia de Ferro e Aço de Vitória) implantada em 1940 que constrói uma estrada de ferro para o escoamento de eucalipto na época. Desse modo, a partir da invasão das terras os indígenas viram enormes porções de mata nativa serem destruídas, pois foram entregues 10 mil hectares de terras indígenas a companhia pelo governo como terra devoluta, principalmente na região de Santa Cruz (Antiga Aldeia Velha), as matas deram lugar a pastos e a produção de carvão vegetal (ANAI, 2010, p. 15).

Através do processo de expropriação os indígenas viram seu contingente populacional diminuir consideravelmente, passando de 8000 pessoas em 1841, para 80 pessoas em 1941. Os índios que resistiam estavam localizados na margem do Rio Piraquê-Açu. O processo de devastação continuou até a implantação do complexo industrial da Aracruz Celulose (1972), período que chegou a um ponto crítico (IDEM, 2010, p. 15).

Os Tupinikim foram considerados como indígenas pela FUNAI em 1970 e a partir disso passaram a “existir” como tal, sobretudo na região de Caieiras Velha que era conhecida como uma “vila de caboclos” que foram expulsos das terras expropriadas pela COFAVI em 1955 (IDEM, 2010, p. 16). Uma história marcada por lutas e uma contínua batalha pela manutenção dos costumes de relação com a natureza pela sua não extinção como povo pertencente aquele território. Por meio, das transformações consequentes da expropriação, os Tupinikim mantiveram mesmo assim o seu modo de vida e tradições (SILVA, 2000). A citação a seguir demonstra a devastação do território e das aldeias indígenas na região.

Além da expulsão dos indígenas de Aracruz de suas terras, também houve a destruição de suas aldeias. Do total das 40 aldeias existentes no território indígena no município de Aracruz-ES, 37 delas foram destruídas, inclusive a aldeia dos Macacos, onde se estabeleceu a empresa, restando, assim, apenas três aldeias- Caieiras Velhas, Pau-Brasil e Comboios- que serviram de abrigos para os índios, sendo que muitos deles foram obrigados a se espalhar para as vilas, como Barra do Riacho, e cidades, como a sede de Aracruz ou os municípios de Colatina, Linhares e Vitória. (VICENTE, 2014, p. 35)

Historicamente, desde a chegada dos colonizadores, os indígenas travaram imensas batalhas pelo uso de seu território, e a partir dessa relação estreita com o homem “branco”, interesses intrínsecos ao uso do seu espaço expropriado para atender interesses de grandes corporações, vide ao cultivo de eucalipto. Até dos dias atuais a região litorânea do município de Aracruz é estratégica na construção de grandes empreendimentos empresariais como é o

caso da FÍBRIA (Antiga Aracruz Celulose), Petrobrás, Imetame e o Estaleiro Jurong Aracruz, fruto de intensos debates acerca de seus impactos sociais e ambientais na região (IZOTON, p. 18, 2016). Apesar da grande interferência de agentes externos no território, os indígenas ainda preservam hábitos seculares na relação com a terra e com o espaço, como a caça, o cultivo da mandioca e da pesca (VICENTE, 2014, p. 23).

Conforme o mapa político do município de Aracruz (Figura 01), o município está localizado no litoral norte do Espírito Santo. A aldeia fica localizada nas margens do rio Piraquê-Açu, cortada pela rodovia ES-456 que liga a região litorânea e seus distritos a sede do município. Nas proximidades do território indígena existem distritos compostos por povos não indígenas, consequência do processo de expropriação territorial aqui citados, que vem desde o período colonial até os tempos atuais da industrialização (SILVA, 2000). As ilustrações a seguir mostram a localização geográfica da comunidade, bem como parte do seu território e a rodovia que corta a comunidade.

Figura 03 – Localização geográfica do território de Caieiras Velha e demais comunidades indígenas



Fonte: Tema Indígena, 2011. Disponível em: <http://temaindigena.blogspot.com/2011/03/mapa-das-terras-indigenas-do-espírito.html>. Acesso em 04/09/2018.

Figura 04 – Rodovia ES/456 que corta a aldeia de Caieiras Velha



Fonte: Marlos Brocco, 2018

Através do tempo a aldeia de Caieiras Velha resistiu ao processo de desterritorialização. Atualmente a aldeia é a mais populosa dentre as comunidades indígenas, onde localizam-se inúmeras agências como a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), FUNAI (Fundação Nacional do Índio), CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), além dos agências indígenas como a AITG (Associação Indígena Tupinikim-Guarani) e a APECI (Associação de Catadores, Pescadores e Marisqueiros Indígenas). Também a aldeia conta com duas escolas públicas de ensino infantil e fundamental.

A comunidade possui uma estrutura interna autônoma que influencia e pauta os acontecimentos que ocorrem no cotidiano da comunidade. Não só Caieiras Velha, mas toda a comunidade indígena da região que engloba cerca de 12 aldeias possui uma forma de representação interna que se caracteriza pela figura do cacique e com ele cerca de 12 ou 14 representantes (varia de aldeia), que serão responsáveis por discutir e decidir pautas relacionadas a vida comunitária.

Nesse sentido, a comunidade participa via processo eleitoral na escolha do cacique para um mandato de três anos sendo possível se reeleger. O cacique então eleito escolhe as lideranças que juntamente com ele representarão a comunidade em todos os aspectos. Tudo o que for reportado para a comunidade deve passar pelo crivo do cacique e demais

representantes, entretanto, a comunidade em si possui uma rede de comunicação que permite toda a população estar a par dos assuntos e pautas decorrentes das reuniões dos representantes.

Figura 05 – Sede da AITG: Associação indígena Tupinikim-Guarani



Fonte: Marlos Brocco, 2018.

Figura 06 – Sede da APECI: Associação de pescadores, catadores e marisqueiros indígenas



Fonte: Marlos Brocco, 2018.



Após o rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG em novembro de 2015, uma nova história se reescreve frente a longínqua luta dos povos indígenas na manutenção do uso de seus recursos, bem como os interesses coletivos impactados pelo desastre. Isso nada mais é que um triste capítulo na longa luta do povo Tupinikim-Guarani contra os grandes interesses corporativos do mundo empresarial que através de suas ações penalizam o modo de vida dessa gente, que a faz permanecer numa espécie de *modus operandi* de mobilização e vigilância constante, haja vista, das duras batalhas já travadas.

### **3.3 As narrativas se conectam: Relatos a partir dos diários de campo**

Estar pela primeira vez em uma comunidade indígena me fez quebrar inúmeros estereótipos acerca dos povos tradicionais, bem como a ideia de que essa população se encontrava desvalida ou desmobilizada frente a agentes externos que tentam penetrar em seu espaço social e modifica-la à sua maneira. Nas próximas imersões pude perceber o amadurecimento enquanto pesquisador e a cada dia eu me sentia mais à vontade imerso ao campo, de maneira a permitir que ele me mostrasse o caminho que deveria seguir focado no meu objeto de estudo. Dito isto a continuação da descrição dos diários de campo denotará as narrativas presentes na comunidade em que a atuação da Fundação Renova está presente.

Cada ida a campo me tornava cada vez mais familiarizado com a comunidade e com isso aos poucos perdia a timidez e me deixava envolver pelas histórias contadas e pela conexão que os relatos tinham, mesmo que não estivesse diretamente relacionado ao meu objeto de estudo. Em duas ocasiões fui acompanhado de colegas que também faziam pesquisa na região. A primeira delas foi uma estudante que era aluna especial da disciplina de Teoria Antropológica que tinha o povo Tupinikim como objeto de estudo.

Nossa primeira parada após chegar na aldeia, foi na casa da dona Maria. Muito espontânea, bem simpática e cordial, nos recebeu e ofereceu um café e nos convidou para almoçar. Quando chegamos, a mesma estava limpando o quintal e oferecemo-nos para ajudá-la, pois logo mais ela receberia uma visita de uma outra pesquisadora de Nova Venécia – ES. Nosso bate papo foi bastante aprazível, a estudante que me acompanhava é conhecida por dona Maria e muito querida por ela. Conversamos acerca do seu relato em se mudar da aldeia para uma localidade próximo a praia. Segundo ela, a casa e o lugar atual de sua morada a “desgostou”. Também disse que a relação dela com a aldeia está desgastada.

Através disso partindo do pressuposto de que o desastre da Samarco, sobretudo a atuação da Fundação Renova na comunidade possui relação com esse “desgosto” por parte da dona Maria, entendendo a partir deste aspecto que os reflexos da atuação da Fundação Renova estão em constante evidência. As famílias indígenas, sobretudo da comunidade possuem uma relação muito estreita, dada a coesão da comunidade. Nesse sentido, os relatos ditados pelo Sr. Manoel na minha primeira visita a campo acerca dos conflitos subjacentes da articulação dos pescadores por parte dos seus direitos como ofício de pescar profissionalmente afetaram de forma profunda as relações entre as lideranças indígenas que irradiaram para toda a aldeia.

Desenvolvendo a conversa ela nos relatou um assalto que a traumatizou a aproximadamente um ano, ao qual ela lembrava do relato constantemente. Até que teve a iniciativa de fazer pela primeira vez algumas panelas de barro. Segundo ela, venderia as panelas, entretanto, afirmou que a chuva e o “vento sul” estragaram o processo de fabricação e as panelas não ficaram prontas no geral.

Quando falou sobre o uso de sua casa, afirmando que era para a família e que não era acostumada a fazer pouca comida, sendo mãe de 7 filhos. Demonstrou desânimo ao dizer que fazia comida para ela sozinha. Através disso podemos perceber o papel do núcleo familiar nas relações sociais na aldeia, ela relatou que um dos filhos é o presidente da associação e que tal entidade irá se subdividir em outras. Essa colocação corrobora com a percepção que relatei acima acerca dos conflitos entre os grupos da aldeia. Através do filho por ser o presidente da associação indígena e, portanto, responsável por mediar ações de interesse de toda a comunidade, como mãe ela absorve para si essas angústias.

Relatou a questão do rio prejudicado com as ações da Samarco e Fíbria que segundo ela foi convidada por agentes que não se lembrava de onde eram, a relatar os problemas e ouvir conselhos a respeito do direito dos índios, do rio e da terra. Lembra com carinho dos professores Sandro e Celeste, afirmando que a última a conquistou e nunca mais retornou lá.

Após sairmos da casa da dona Maria, seguimos para o CRAS<sup>5</sup>, onde fomos muito bem recebidos pelas assistentes sociais. Fui apresentado pela estudante que me acompanhava onde

---

<sup>5</sup> O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é um órgão público onde é oferecido serviços de Assistência Social voltados para a comunidade, conforme estabelecido pela lei de nº 8742 art. 6º, inciso 1,º da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Através dos programas ofertados com o objetivo de promover soluções em relação a problemas comuns, sobretudo em territórios de “vulnerabilidade social” como “falta de acessibilidade, violência no bairro, trabalho infantil, falta de transporte, baixa qualidade na oferta de serviços, ausência de espaços de lazer, cultural, entre outros.” Cabe salientar que o CRAS é um órgão vinculado aos municípios que dentre os objetivos citados está a promoção dos programas de inclusão social do Governo Federal, como o Bolsa Família, inseridos no CADÚnico. Fonte: Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do

expus meu tema de pesquisa. Elas ficaram muito interessadas e afirmaram que foram procuradas pela Renova, afirmando que os agentes da Fundação haviam sumido e voltado muito tempo depois, solicitando a ajuda do CRAS para fazer uma política voltada para as famílias<sup>6</sup>.

A assistente nos relatou problemas familiares após a proibição da pesca que segundo elas existem casos de suicídio entre as famílias, na região do Piraquê-Açu, todavia, não soube explicar se tal ato havia relação com o desastre da Samarco e questionei que dois anos após o desastre, agora que a Fundação teve a iniciativa de formular alguma política voltada para as famílias. A partir disso é perceptível a ausência da Fundação na comunidade.

Continuando a caminhar pela comunidade visitamos a unidade de saúde da aldeia, uma enfermeira nos recebeu. A unidade estava vazia e os funcionários estavam trabalhando na campanha de vacinação da gripe. Também fomos na associação dos indígenas, que para minha impressão trata-se de uma bela construção que foi resquício da atuação da Fíbria na comunidade. Todos os que abordamos eram da aldeia, diferentemente do CRAS<sup>7</sup>.

Fomos almoçar numa mercearia nos pés da rodovia. A dona da quitanda nos serviu o almoço, e relatou a insegurança da aldeia, fazendo-a colocar um portão de ferro no lugar da antiga porta. Ela disse que a aldeia já foi segura, agora não mais. Segundo a dona da quitanda existem assaltantes que circulam na aldeia em “um fiat uno branco e uma moto”. Essa percepção de violência relatada por ela pode estar atrelada ao dinheiro que está circulando na

---

Desenvolvimento Social – Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistente-social/unidades-de-atendimento/cras>. Acesso em: 06/09/2018

<sup>6</sup> O Relato conflui com aspectos abordados pela Nota Técnica 024/2018/CIF-CTOS a respeito da desconexão da Fundação Renova em relação ao CRAS, de modo que foram realizadas oficinas nos municípios atingidos com o objetivo de “levantar demandas, subsídios para as ações do programa, iniciando o processo de escuta e diálogo com os gestores e profissionais dos municípios.”, houve uma participação de 29 municípios em que desconheciam a Fundação Renova. Conforme exposto na nota, o município de Aracruz-ES participou dessa oficina em 19/04/2017 (BRASIL-CIF, 2018, p. 01), aproximadamente 01 (um) ano anterior ao relato exposto pela assistente social.

<sup>7</sup> Na Subseção 1.5 do TTAC, estão estabelecidos programas de proteção social a serem elaborados e implementados pela Fundação Renova de natureza “Sociocultural e apoio Psicossocial” a famílias e indivíduos atingidos (Cláusula 54). A Fundação deverá “apoiar a continuidade dos serviços públicos essenciais” que estão estabelecidas pela lei de nº 8742, de sete de setembro de 1993 (Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS); e pelo Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n. 2, de 6 de dezembro de 2012) (Cláusula 57). Desse modo, o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) é o órgão voltado para as políticas de proteção social conforme citado anteriormente. Através da Nota Técnica de nº 24/2018/CIF-CTOS que contém relatórios dos Estados atingidos acerca dos programas voltados para a proteção social da população impactada, onde o CRAS possui um importante papel por ser um órgão diretamente voltado para as políticas públicas de proteção social. Nesse sentido, há de se ter uma interação entre a Fundação Renova e o CRAS por meio de seus programas, de modo utilizar a sua estrutura para desenvolver os programas preconizados pelo TTAC em 2016.

comunidade, recurso proveniente das políticas de ressarcimento da Renova, sobretudo a distribuição dos auxílios emergenciais.

Seguimos para a casa da dona Helena, que visitei na pesquisa de campo anterior. Desta vez chegamos no horário do almoço e gentilmente nos convidou para o almoço. Observei que nesse horário, a casa estava cheia de filhos, netos e bisnetos. Segundo a dona Helena é sempre um prazer ter a família na casa, mãe de 9 filhos, ela afirma que não sossega até saber se todos estão bem. Vimos o seu vídeo acerca do rio e do mangue que não pode ser mais usado para a pesca de peixes, mariscos, caranguejos, etc. É perceptível semelhante ao outro relato a sua tristeza, pois considera o rio uma mãe. Ao assistir o vídeo em questão a dona Helena fala da “fartura” que havia antes do desastre e que a partir de agora os seus netos não verão essa abundância de recursos mais.

Indaguei sobre o fato do não-pescar, onde ela afirmou que os pescadores estão indo em uma lagoa para pescar. Afirmou que antigamente havia fartura, pois podia utilizar o rio para pescar peixes, mariscos, caranguejos, ameixas, etc. Frisa-se que quando chegamos eles estavam almoçando feijão, arroz, farinha e ovo. Desse modo, o rio não se limitava a uma fonte econômica de sustento, mas como uma forma de subsistência que garantiam os insumos e recursos suficientes para as famílias se manterem independentemente de ter ou não recursos financeiros, sejam para a garantia de insumos básicos como alimentos ou a aquisição de outras fontes de consumo.

Afirmou que tem gente “branca” que ela nunca viu na aldeia. No caso o termo “branco” dito pela dona Helena está relacionado a quem não pertence a comunidade, ou seja, pessoas de fora. Categoria em que eu (que não sou branco) e a estudante que comigo estava nos enquadrámos. Disse que os pescadores e demais trabalhadores da aldeia estão fazendo outros ofícios. Também a indaguei sobre a comunidade, e ela respondeu que todos se conhecem e são muito ligados e que ela considera a comunidade como uma grande família.

Fomos na casa de seu neto ver os vídeos da internet. O seu outro neto possui um canal no Youtube, mostrando a cultura e o povo da aldeia, criando narrativas e histórias. A tecnologia está bem presente nessa relação. A música foi composta por sua filha que ao ver a tristeza da

mãe tomou a iniciativa de escrever e seu neto que possui um canal no Youtube de fazer as filmagens e divulgar na internet<sup>8</sup>.

[...] Sentimentos de uma Índia

Peguei o meu barco e o meu remo, e também o amurá, junto com índias guerreiras vamos lá 'pro' rio pescar;

De tristeza eu fiquei que no mangue nada encontrei não contive minhas lágrimas e ali muito chorei;

Lembrei de quando os meus pais, bem cedinho iam pescar, muitos peixes eles traziam para nos alimentar;

Foi nesse rio que eu cresci com meus pais sobrevivi, me dá tristeza e revolta de ver o rio morrer assim;

Nesse lugar eu nasci, na fartura eu cresci, na pureza e liberdade hoje não temos aqui. Os mariscos que pegavam para nos alimentar, oh meu Deus cadê os peixes que no rio não vemos mais;

O que Deus fez tão perfeito veio o homem e destruiu, acabou com as nossas matas e agora nosso rio;

Vamos mostrar as nossas danças e que somos índios tupiniquins, se é 'pra' morrer ou pra viver, somos guerreiros até o fim.

Muito cordial, tivemos uma agradável conversa. Ela ainda nos contou a respeito das festas na aldeia, onde afirma ter ficado muito satisfeita com o resultado e demonstra ser bastante ativa nesses desastres. Também é bastante requisitada para estar nas escolas, cerimônias e festas, como representante de sua gente. Falou do orgulho de pertencer aquela terra e de que seus netos e futuras gerações também tenham esse orgulho. A ligação com o território e o espaço social é muito forte.

A partir do momento que fui me aproximando da comunidade meu receio e anseios acerca do campo foram se desconstruindo e a partir disso comecei a deixar que o campo me levasse e me mostrasse a vivência do fazer etnográfico cada vez que chegava na aldeia para pesquisar. Na casa da dona Helena, criei vínculos a cada visita a campo que fazia a abordei perguntado se ela não tinha um “tempinho” para conversarmos a respeito da aldeia e da minha pesquisa. Falei em nome do meu orientador que é conhecido por ela. Minha intenção era de

---

<sup>8</sup> Fonte: Canal Lorrán Coutinho “Sentimentos de uma Índia Tupiniquim, rompimento da barragem de Mariana – MG”, ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=OPsqThMsui0>. Acesso em 10/05/2018

conversar com ela e após isso seguir para a casa do senhor Manoel, pescador e genro da dona Helena, a fim de indagá-lo de questões específicas voltadas para a pesquisa.

Todavia, ao chegar à sua casa, o senhor Manoel se encontrava juntamente com a esposa. Todos foram muito solícitos e cordiais. A dona Helena disse que o senhor Manoel tinha conhecimentos acerca dos auxílios e de toda a articulação da comunidade voltada para esse assunto. Desse modo, iniciei o diálogo a fim de chegar ao assunto aos poucos. Perguntei a respeito da utilização da água, se era proveniente do rio. O senhor Manoel disse que água para consumo vem de uma represa que é captada pela agencia de águas da região que atende o município de Aracruz e adjacências.

O Rio Piraquê-Açu nunca foi utilizado para consumo doméstico, pela sua composição salobra, sendo utilizado para pesca. Mesmo antes da tragédia ambiental da Samarco, já havia água encanada proveniente da represa que se situa nas terras indígenas que também atendem os distritos, que estão fora das terras indígenas<sup>9</sup>. Também ouvi relatos acerca da pista que corta a aldeia, segundo a dona Helena, após o asfalto estar dentro do território indígena a vida na comunidade começou a ter alguns incômodos, como criminalidade e o uso de drogas ilícitas.

Desenvolvendo o diálogo entramos nos acontecimentos anteriores ao desastre como a poluição do rio pelas empresas da região e perguntei se isso os impedia de utiliza-lo, ele afirmou que não. Era a primeira vez em toda a história da comunidade que foram proibidos de pescar e utilizar o rio. Entrei na questão da relação entre os pescadores, a comunidade e a Fundação Renova. Além de manter os relatos que disse no nosso primeiro encontro em fevereiro, o senhor Manoel acrescentou elementos novos a partir das indagações feitas por mim. Primeiramente indaguei a respeito de assuntos relativos à relação interna dos pescadores com a comunidade.

Solicitei que ele especificasse de forma não direta, a relação entre os anos de 2016 e 2017, período de dúvidas e receios acerca dos rumos das famílias. O senhor Manoel relatou como foi frisado no nosso primeiro encontro que os pescadores indígenas articularam uma forma de receber o auxílio emergencial de maneira distinta. Pois a priori a Renova havia

---

<sup>9</sup> Os distritos citados são próximos as aldeias, que historicamente as terras eram pertencentes aos povos indígenas (ANAI, 2010, p. 13), com o avanço da exploração dos recursos naturais e o surgimento de indústrias na região do Piraquê-Açu, porções de terras foram retiradas do poder indígena e entregue as empresas (IDEM, 2010, p. 14). Com isso, construiu-se distritos próximos ao litoral de Aracruz que em sua maioria eram compostas por trabalhadores da indústria, sobretudo de papel celulose como demonstra o mapa político do município de Aracruz – ES (Figura 03).

estabelecido uma política específica para comunidades indígenas, sendo que a partir do reconhecimento das pessoas como indígenas, elas passariam a receber o auxílio por serem indígenas. Entretanto, existe uma rede de pesca profissional não só na aldeia, mas em toda a região do Piraquê-Açu. A APECI é uma associação de pescadores profissionais, que atualmente conta com aproximadamente 83 pescadores profissionais da aldeia e de outras comunidades.

Desse modo, os pescadores reivindicavam o reconhecimento do seu ofício por parte da Renova acrescentando o fator indígena. Assim os pescadores receberiam dois auxílios, pois foram prejudicados de forma dupla, como indígena que utilizava o rio para a sua subsistência doméstica, no que se refere à pesca para consumo e também como profissão. Todavia, tais premissas foram rejeitadas pela Fundação, que só considerou o elemento indígena ao conceder os auxílios. A Fundação pressionou a associação para que deixasse de reivindicar o auxílio como pescador se não prejudicaria toda a comunidade. Nota-se que ele repetiu o que havia me relatado no nosso primeiro encontro em fevereiro. Na verdade, tentei obter mais elementos a partir dessas afirmações.

Questionei também se nesse período houveram atritos entre a comunidade com os pescadores. O senhor Manoel foi enfático e disse que houve inúmeros atritos, sobretudo quando não se tinha ideia do que poderia acontecer acerca dos rumos da comunidade e conseqüentemente das famílias. Deduzi desse diálogo que a Fundação fez essa manobra de forma proposital, a fim de desestabilizar a comunidade, e que os mesmos estariam voltados em resolver seus conflitos internos, deixando a Fundação assistir as brigas se materializarem.

Sobre a forma de como esse acordo foi costurado entre a Fundação e a comunidade, o cacique assume um papel primordial nos resultados desse acordo. Segundo o senhor Manoel é o cacique que tem a responsabilidade de representar a comunidade para todo o tipo de assunto. Nesse sentido, existe uma estrutura que envolve o cacique e mais doze pessoas que são uma espécie de representantes que falam pela comunidade, como foi especificado no tópico anterior. Com eleições periódicas e um mandato de três anos com reeleição. Antigamente esse cargo era vitalício, só em caso de morte ou renúncia o título de cacique era passado para outra pessoa.

Como foi citado na introdução deste trabalho a comunidade possui uma lógica de representação interna que se faz de forma simbólica mais presente e possui mais prestígio e respeito entre os indígenas do que a que as instituições representativas tradicionais

representadas pelo Estado. Dentre esses doze representantes está uma rede extensa de relações de parentesco mútuo, onde dificilmente um morador não dirá que possui um parente entre as lideranças da comunidade. Desse modo, as famílias possuem um papel primordial na construção de lideranças, tanto na manutenção de lideranças tradicionais que é o caso da dona Helena<sup>10</sup> ou na construção de novas lideranças.

As lideranças indígenas representam as comunidades, com isso os programas de reparação, mitigação e compensação de responsabilidade da Fundação Renova são tratados diretamente com as lideranças de todas as aldeias indígenas presentes na região do Piraquê-Açu. Os caciques e as lideranças de todas as aldeias indígenas foram os grandes responsáveis pela articulação que resultou no acordo com objetivo de incluir todos os moradores das comunidades atingidas e não somente uma parte deles. Com isso, a associação de pescadores (APECI) entrou em atrito com a comunidade ocasionando brigas e até ameaça de tiro de “um irmão para com o outro”, sendo que se tratava de irmãos de sangue.

Nota-se que podem se considerar as causas iniciais desses atritos, o dinheiro é uma delas, pois os pescadores profissionais utilizavam o rio de forma comercial, através do pescado. Entretanto, o dinheiro não é o centro do atrito, aliás podemos considerar um elemento secundário, o que está em jogo é a não utilização do rio como forma geral de subsistência, ou seja, os indígenas não haviam a preocupação com o “dia de amanhã” como indivíduos da vida urbana que contam apenas como única forma de subsistência, o dinheiro. Os índios tinham o rio como uma fonte contínua de recursos que garantiam a sua subsistência sem necessitar propriamente do dinheiro, para a aquisição de alimentos por exemplo.

Desse modo, a partir do momento que não se pode mais pescar devido as restrições ocasionadas pelo desastre da Samarco a comunidade conta apenas com o dinheiro como forma de subsistência. O modo de vida nesse sentido foi brutalmente afetado de forma instantânea, sem dinheiro como a comunidade indígena poderia se manter? Com isso o medo de não ter o dinheiro para a manutenção da comunidade foram um dos principais fatores que culminaram nos problemas mencionados pelo Sr. Manoel, e a partir disto o dinheiro adquire um outro papel nas relações sócias na aldeia, antes ocupada pelo rio.

Focalizei nos anos de 2016 e 2017, pelo fato de que o ano de 2018 ouvindo o senhor Manoel, as pessoas estavam mais “conformadas” e a associação resolveu não mexer com esse

---

<sup>10</sup> Vale ressaltar que Dona Helena constitui como uma importante liderança na comunidade de Caieiras Velha que é nascida e criada na aldeia, sendo a única mulher dentre as 12 lideranças que representam a comunidade.



assunto para não gerar mais atritos e brigas. Perguntei da atuação da Fundação Renova na comunidade, ele afirmou que a Fundação Renova nunca esteve na comunidade, como relatado pelo CRAS, para se comunicar com os moradores, essa comunicação foi realizada entre a Fundação e os caciques. Ele afirmou que nunca a Fundação fez alguma imersão voltada para ações na aldeia, dito isto, indaguei diretamente a respeito do auxílio emergencial.

Podemos destacar a partir dessas afirmações a ausência da Fundação Renova em relação aos programas que foram acordadas no TTAC que ao todo são 42 programas de reparação, mitigação e compensação<sup>11</sup>. Estes na sua constituição original carecem de elementos mais detalhados, principalmente em relação a populações tradicionais<sup>12</sup>. O desconhecimento da Fundação por parte das comunidades indígenas resulta em ações que culminam nos receios e medos por parte dos moradores em não ter uma perspectiva de solução dos problemas no curto, médio e longo prazo.

O senhor Manoel afirmou que na época do estopim do desastre em novembro de 2015 a comunidade vivia em uma espécie de paranoia coletiva, haja vista das incertezas que até então estavam surgindo. Ele afirmou que participou nesse período de inúmeras reuniões sobretudo com a comunidade de Barra do Riacho, Regência Augusta, locais até então considerados como atingidos. Até nesse período não existia a Fundação Renova, a Samarco respondia diretamente por tudo (aliás, até hoje). Com isso eles estabeleceram uma linha imaginária que ia até Barra do Riacho, tirando todas as comunidades além dessa linha de locais atingidos.

Relatou ainda que graças à articulação de agentes da defensoria pública e de técnicos que demonstraram empiricamente a extensão do dano que se estendia até Nova Almeida, na época e que a comunidade de Caieiras Velha foi reconhecida<sup>13</sup>. Então começou-se uma luta dos indígenas engajados com a Defensoria Pública<sup>14</sup>, para o reconhecimento da área além da barra do riacho como local atingido. Ele afirmou que o peixe não tem fronteira delimitada, ele sai de uma bacia a outra e desova nesses lugares, segundo ele os peixes estavam morrendo e boiando no leito do rio porque estavam contaminados pelo rejeito de minério, foi a partir de

---

<sup>11</sup> Cabe salientar que dada a dimensão do desastre ocorrido pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG, os programas citados possuem especificidades, sendo assim nem todos os 42 programas presentes no TTAC são contemplados na região do Piraquê-Açu, sendo que os programas são divididos em dois eixos: Socioeconômico que contempla 25 programas, e Socioambiental que abarcam 17 programas de reparação, mitigação e compensação dos danos causados. Especificamente 6 programas do eixo socioeconômico são direcionados para a CTOS. (SILVA, M. Z.; CAYRES, D. C.; SOUZA, L. A. M.; 2019, p. 477).

<sup>12</sup> No TTAC existem cláusulas direcionadas para os povos indígenas, especificamente as cláusulas 39 a 45. (BRASIL – TTAC, 2016).

<sup>13</sup> Aspecto detectado nas Notas Técnicas que serão expostas no capítulo posterior.

<sup>14</sup> Uma hora ele falava Defensoria, outra hora Ministério Público.

laudos e da articulação da região (pescadores, indígenas, comerciantes, moradores, etc) que a Samarco se sentiu pressionada a reconhecer o local como atingido.

Com isto, a Samarco estipulou uma indenização aproximada de três milhões de reais<sup>15</sup> para a aldeia, sendo dividida por todos. O valor seria somente dos pescadores e artesãos que ao todo eram 400 pessoas<sup>16</sup>. Entretanto o cacique e as lideranças da aldeia de Caieiras Velha intervieram e a implementação do valor foi distribuído entre todos, desconsiderando o destino inicial dos recursos.

O senhor Manoel disse que desde o início do reconhecimento como local atingido até abril de 2017, a comunidade recebia cerca de 731 reais por família<sup>17</sup>. Nesse período não haviam implementado segundo o disposto no TTAC que era de um salário mínimo, mais 20% por dependente. Eles recebiam essa quantia, sem poder trabalhar no ofício de pescador e sustentar uma família de 5 filhos e 5 netos; a esposa do senhor Manoel disse que não gosta nem de lembrar dessa época.

Sem nenhum tipo de planejamento as famílias indígenas tiveram como manutenção doméstica de suas despesas o valor de 731 reais, isso ocorreu por mais de um ano e meio após o desastre da Samarco. Nesse sentido, estes elementos funcionaram como espécie de combustível para os atritos e paranoias da comunidade se fez presente de maneira mais clara.

A Renova e sua racionalidade competitiva e empresarial, não agiu de forma isonômica e emergencial considerando os problemas que os rejeitos de minério haviam causado de forma abrupta e imediata nas comunidades indígenas. Esse retardamento em agir conforme o disposto pelo TTAC no que se refere aos auxílios emergenciais, nos leva a pensar que o objetivo da Fundação ao condensar famílias que se configuram em membros com média de 6-7 filhos, netos e bisnetos para reparar com um valor extremamente baixo, escasso e limitado, foi proposital.

A partir de abril de 2017 é que eles receberam o valor disposto pelo TTAC. Perguntei se eles responderam o questionário do cadastro, aplicados pela Renova, ele disse que não, pois a Fundação trabalhou a aldeia como comunidade indígena, e por isso tudo foi negociado com o cacique e os demais representantes da aldeia.

---

<sup>15</sup> Número relatado pelo Senhor Manoel.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> O valor citado converge com os relatos a serem expostos a seguir.

Ainda afirmou que até agora eles não receberam as indenizações, também contidas no TTAC. O medo da comunidade é que após o pagamento da indenização os recursos sumam de vez. Porque a partir do pagamento desta dita indenização o valor seria suficiente? E depois disto, como será? Após quase três anos da tragédia a comunidade ainda não foi indenizada pela Fundação, sendo que o valor que recebem da Renova, corresponde ao auxílio emergencial. Vale ressaltar, que o desastre completou três anos em 2018, e a incerteza em relação ao futuro da nova geração que está sendo constituída nesse contexto corrobora e potencializa as angustias e anseios da comunidade para com o seu povo, território e identidade.

Quanto ao aspecto relativo às relações sociais entre as famílias, sobretudo na comunidade, ele afirmou que hoje a situação está amena, porém no período de dois anos atrás as incertezas, os conflitos de poder (caciques, comunidade e pescadores), o reordenamento da economia doméstica (a partir da limitação de recursos) por um auxílio, as famílias tiveram que aprender de maneira abrupta a lidar com recursos limitados.

Foi um período de muita dificuldade no que concerne a gestão desse auxílio, era como “dar nó em pingo d’água”. Tudo isso contribuiu para a desestabilização das famílias e com isso a comunidade. Afirmou que famílias não estavam se falando devido à atitude inicial dos pescadores, e a partir disso, eles abriram mão de reivindicar os seus direitos em prol da comunidade, a fim de apaziguar os ânimos.

Desse modo, o ano de 2018 marca o início da adaptação da comunidade para com a nova realidade que está posta, agregando a luta e mobilização das lideranças em novas formas de atuação frente a Fundação Renova. Agora de forma mais coesa e organizada, já que a antes os motivos que culminaram nos conflitos na estrutura das lideranças que irradiavam para toda a comunidade foram amenizadas pelo recuo dos pescadores profissionais.

No que concerne ao nível de conexão entre os moradores, o senhor Manoel afirmou por se tratar de uma aldeia todas as famílias tinham algum grau de parentesco. A dona Helena, por exemplo, possui 9 filhos, 50 netos e 35 bisnetos e todos estão presentes na aldeia. O senhor Manoel que é seu genro de dona Helena possui 5 filhos e 5 netos. Ambos possuem 69 e 54 anos respectivamente. Perguntei o senhor Manoel se essa era a realidade de toda a aldeia, e ele disse que sim, todas as famílias possuíam algum tipo de conexão, consanguínea ou não.

Dona Helena afirmou que a comunidade como um todo é uma família, e que apesar desses acontecimentos, que nunca ocorreram na aldeia não foram suficientes para desfazer

esses laços de maneira permanente. Indaguei o senhor Manoel se os pescadores estavam procurando outro ofício, por não poderem mais utilizar o rio de maneira profissional, ele disse que é difícil, haja vista que a prática da pesca é secular e passada de geração em geração, aprender um ofício para alguém que desde que nasceu vivia sobre uma cultura voltada para a pesca, era difícil pensar em outra forma de subsistência. Perguntei se ele próprio estava exercendo algum ofício, ele disse que está presente na associação de pescadores.

Sobre as novas gerações e de como ele como pescador e indígena passaria o seu saber e a relação do rio para essa nova geração, ele disse que era incerto. Observa-se que a identidade indígena das gerações anteriores que absorveram o saber e as práticas indígenas não seria suficiente o bastante para que as novas gerações aprendam e valorizem a sua identidade como índio, pertencente aquele território. Para o senhor Manoel como pai e avô que pode transferir esse saber através da sua própria história para a sua família e a partir de aí criar novas formas de fortalecer suas identidades como índios no contexto que se apresenta, como não utilizar o rio de maneira plena? Esse é o grande desafio que se apresenta para essas comunidades.

No CRAS fui recebido pela assistente social que foi muito solícita e cordial. Lembrou-se da minha pessoa, na pesquisa de campo anterior. A indaguei se havia algum sinal de vida da Fundação Renova, ela disse que na quinta-feira (21/06/2018) as assistentes do CRAS da região foram convocadas para uma oficina de capacitação oferecida pela Renova em Aracruz, segundo ela faz um ano que a Fundação fez seu último contato. Até a presente data nenhuma ação da Renova foi realizada no CRAS na aldeia. Essa instituição é muito conectada com a comunidade indígena, a dona Helena disse que é muito solicitada pelo CRAS para participar de oficinas e grupos de trabalho. Vale ressaltar, que o CRAS é um importante espaço presente na aldeia indígena principalmente no contexto pós-desastre.

Questionada sobre a situação da aldeia no período entre 2016-2017, a assistente social afirmou que a aldeia vivia um período de pânico e incerteza. As famílias procuravam de forma contínua o CRAS, a fim de saber de alguma informação ou cobrar ações.

A assistente disse que antes da implementação das indenizações era contínuo a solicitação dos moradores da aldeia para incluí-los em programas sociais do governo mesmo antes do desastre, porém a demanda foi potencializada pela escassez de recursos provenientes do acordo, e de uma desconhecida lógica do uso do dinheiro por parte dos moradores que anterior ao desastre tinham o rio como uma fonte ilimitada de recursos para subsistência, de modo que a centralidade se voltava para o rio e não para o dinheiro. Afirmou que após a

implementação do auxílio emergencial caiu drasticamente à procura por moradores em relação aos programas sociais como o Bolsa Família<sup>18</sup>.

Também na reunião que ocorrerá entre o CRAS e a Renova ela indagará a Fundação, se há alguma ação voltada para o “empoderamento” das famílias da comunidade no que concerne ao exercício de alguma ocupação/trabalho, pois a incerteza da duração dos auxílios emergenciais não daria uma perspectiva de futuro às pessoas.

Isso demonstra o papel que o dinheiro adquiriu e adquire na comunidade, sendo que a partir da tragédia esse elemento configura e dita as novas formas de relações presentes na aldeia, tais como a gestão desses recursos. Nesse sentido, na atualidade a luta das lideranças está na garantia mínima de subsistência por parte da Renova e de novas medidas que garantam minimamente o restabelecimento do seu modo de vida. Também a garantia dos seus direitos acordados pelo TTAC e na mobilização para que a comunidade indígena não seja vítima da lógica empresarial presente na Fundação Renova. Vale ressaltar que na interpretação da assistente social que não é da comunidade, após a distribuição dos auxílios e conseqüentemente a queda da solicitação de recebimento dos programas sociais do governo é algo positivo.

Muito solícita a assistente social me prometeu passar todas as informações dessa oficina, também falou de aspectos relativos à cultura indígena e sobre a forma de intervenção do CRAS, como a relação da burocracia do Estado representadas pelo CRAS e sobre o papel simbólico dos caciques em relação a acontecimentos internos da aldeia. Relatou casos de adolescentes casadas e com filhos, evocando o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) como princípio norteador dessa intervenção e a não intromissão por se tratar de algo cultural, isso demonstra o papel das lideranças e do cacique e o seu papel simbólico de poder na comunidade.

No CRAS há várias oficinas, dentre elas está o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento integral as Famílias). Nesta oficina estava na sua maioria, mulheres e crianças, só um homem estava presente. Cheguei à sua finalização, portanto, não tive condições de acompanhar o conteúdo que ali estava sendo aplicado.

---

<sup>18</sup> O relato da assistente social do CRAS da aldeia de Caieiras Velha conflui com o relatório de acompanhamento da Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento do Governo do Espírito Santo, inserido na Nota Técnica nº 024/2018/CIF-CTOS que constatou um aumento pela procura dos programas sociais como concessão de cestas básicas e o Bolsa Família, como um dos reflexos do rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG em 2015. (BRASIL-CIF, 2018, p. 50)

Todavia, a psicóloga responsável pela oficina estava tentando extrair das pessoas algumas memórias da comunidade, como a chegada da FUNAI e dos outros órgãos do Estado como posto de saúde e escola. Porém era pouco respondida pelas pessoas que ali estavam, uns diziam que não se lembravam, outras ficavam caladas. Também perguntou a respeito da rodovia, e de como a estrada mudou o cotidiano da comunidade para “melhor” e para “pior”. Assim que a reunião acabou foi servido um lanche (bolo e suco) e após isso as pessoas foram embora. A dona Helena estava presente na reunião e segundo a psicóloga ela é bastante ativa em participar das atividades, bem como ela uma contadora de histórias.

Conversei, em seguida com a psicóloga que fez a oficina sobre a sua atuação na comunidade. Ela informou que começou a trabalhar no período crítico para a comunidade entre abril/maio de 2016. Convergindo com as informações da assistente social, nesse período informou que as famílias procuravam muito o CRAS, pelo fato de não poderem utilizar do rio como fonte de subsistência em todos os aspectos, eles passavam por imensas dificuldades de todas as formas, seja financeira, psicológica, emocional, etc.

Pela lógica de funcionamento interno da aldeia, o cacique e os líderes não divulgam os problemas para os demais membros da comunidade mantendo-os internalizados. Por isso, poucos sabiam a respeito dos problemas oriundos da implementação das ações da Renova na comunidade. Entretanto, a proximidade da comunidade para com o CRAS é muito presente e as oficinas que ali são oferecidas possui ampla aceitação entre os indígenas.<sup>19</sup>

A assistente social veio ao nosso encontro, questionei a respeito da oficina oferecida pela Renova para o CRAS. Elas me responderam que a oficina foi muito boa e chegaram a elogiar a assistente social a serviço da Renova que segundo a assistente do CRAS, parecia que a assistente da Renova era “contra” a Fundação e a “favor” dos atingidos. Desenvolvendo o diálogo perguntei a respeito da pretensão da Fundação com os CRAS da região. Elas me disseram que a Fundação tem a pretensão de utilizar os programas já trabalhados pelo CRAS e fomentar mais ações e pelo que entendi fazer com que indivíduos da Renova estejam mais presentes na comunidade através do CRAS.

---

<sup>19</sup> As políticas de inclusão do CRAS não serão aprofundadas neste trabalho, tampouco o seu papel na discussão dos programas de inclusão social. Sob a perspectiva de Both (1971) os agenciamentos sociais são excelentes canais de comunicação entre o pesquisador e o seu objeto de estudo.

A assistente ficou de passar as informações detalhadas por e-mail, disse que entrou em contato com a secretaria da prefeitura de Aracruz, que está em comunicação com a Renova.<sup>20</sup> Também percebi que elas estavam preparando um evento que ocorreria na quarta-feira (04/07/2018) denominada de “Aroeira”, onde lembrei-me que na pesquisa de campo anterior, a assistente social havia me relatado o resgate desse desastre na comunidade que antes havia se perdido, pois anteriormente no período de junho os indígenas dançavam “quadrilha”.

Também perguntei se elas tinham dados estatísticos da comunidade, tais como número de habitantes/famílias, etc. Disseram que tinham dados relativos ao cadastro das famílias inseridas do CADÚnico<sup>21</sup> no total de 312, entretanto, segundo o CRAS haviam famílias não cadastradas e, portanto, não sabiam me informar o total de habitantes da comunidade. Aconselharam-me a procurar a associação indígena ou a FUNAI que lá teriam essas informações e eu teria acesso a elas. Despedimos e fui em direção a associação, porém a moça que estava na recepção afirmou que o rapaz responsável pelos dados não se encontrava na associação e só retornaria às 16h00min após uma reunião.

Com isso segui para a FUNAI, porém estava fechado devido à participação do responsável pela unidade na reunião da escola. Retornei à casa do senhor Manoel para obter informações do número de pescadores profissionais presentes na comunidade, bem como se havia algum grau de parentesco entre ele e o cacique. Informou que teve um familiar como cacique, todavia o atual não possui diretamente uma relação de parentesco com ele. A respeito dos dados ele não soube responder, pois não os tinha ali. Disse-me para ir até a associação dos pescadores e perguntar ao Fabrício ou Welington (atual presidente da associação de pescadores) que ele prontamente me atenderia ou uma moça que trabalha lá, caso ele não estivesse presente. Porém a dita associação também estava fechada e perguntei as pessoas da rua a que horas eles retornariam às atividades, responderam que não sabiam.

Entretanto, um rapaz que estava no ponto de ônibus me disse que as informações que eu estava solicitando uma pessoa que estava dentro da escola poderia me fornecer. Entrei na escola e lá estava acontecendo uma confraternização da associação dos indígenas Tupinikim, onde o presidente da associação o Douglas me recebeu e foi muito cordial, sua mãe logo me

---

<sup>20</sup> Até o término dessa dissertação não recebi nenhuma documentação acerca do conteúdo exposto na reunião citada entre o CRAS e a Fundação Renova.

<sup>21</sup> O CADÚnico é um programa de coleta de dados que reúne informações de famílias de baixa renda em todo o país. O instrumento de coleta de dados tem por objetivo de disponibilizar aos governos municipais, estaduais e federal uma relação socioeconômica das famílias inseridas no programa. Fonte: Acesso a Informação/CadÚnico. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>. Acesso em: 04/11/2018.

conheceu pois havia ido a sua casa, a dona Maria. Desse modo, percebendo que ela me conhecia ele me convidou para almoçar e iria procurar ali as informações que solicitava.

Como citei na introdução deste capítulo, me permitir optar que o campo me mostrasse aonde queria me levar, a princípio não tinha intenção de conversar com o presidente da associação indígena, aliás nem sabia de quem se tratava, soube quando vi a dona Maria e recordei do que ela havia me dito, que tinha um filho que era presidente da associação indígena. Muito solicitado ele concordou em conversar comigo acerca do meu tema de pesquisa, e dos motivos que me levaram ali.

Após o almoço sentamos para conversar, disse que sou aluno do professor Sandro onde a confiança em mim ficou ainda mais evidente. Perguntaram a respeito do professor que “sumiu” e nunca mais apareceu lá, disse que era por causa seu filho recém-nascido. Eles ainda ficaram um pouco receosos a respeito da esposa do professor Sandro que segundo eles prestou serviços para a Renova, com isso imaginavam que o professor também atendia a Fundação. Contudo afirmei que o trabalho do professor Sandro e conseqüentemente da UFES não havia nenhuma relação com a Fundação a não ser como um dos objetos de estudo. Um rapaz disse que o professor havia tido problemas com o Prolind<sup>22</sup> com relação a tais boatos.

Observa-se as precauções adotadas pelo presidente em fornecer as informações acerca das ações da Renova na aldeia. Isso demonstra cuidado e zelo com as estratégias adotadas pelas lideranças acerca da luta pelos seus direitos enquanto povo indígena em resgatar a sua identidade e o uso de seus recursos, bem como podemos ver a consequência da coação adotada pela Renova para com a comunidade.

O presidente da associação começou a falar de sua vida, que estudou fora em Domingos Martins em uma escola agrícola afirmando que absorveu a cultura de fora, perguntei se ele pescava, disse que sim, mas não de forma profissional e sim artesanal. Atualmente não está mais caçando e nem pescando. Afirmou que absorvia a cultura local, porém não mais fazia daquilo a existência total de sua subjetividade e identidade.

Ao entrarmos no assunto do desastre ambiental no começo encontrava-se reticente a conversa, mas aos poucos foi se sentindo confiante e relatando assuntos internos com relação ao papel da Renova e os conflitos que ocorreram no período. Inicialmente me forneceu os dados relativos à população e número de famílias que ao todo são 1485 habitantes e 468

---

<sup>22</sup> Prolind é um programa do curso de licenciatura das Universidades direcionada a formação de professores para as escolas indígenas (TORQUATO JUNIOR, 2016, p. 159).



famílias, segundo a fonte fornecida denominada SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena).

Questionei a respeito do tratamento da Renova e sua relação com a comunidade, ele disse que os líderes e o cacique eram os representantes da comunidade e, portanto, responsáveis por representá-los perante a Fundação sobre se em algum momento a Fundação esteve presente para ver o cotidiano após o desastre, ele disse que não. Afirmou que a Fundação “só liga para o dinheiro” que na sua concepção o dinheiro é algo secundário, pois o que mais afetou a comunidade foi do ponto de vista social e espiritual (acrescento, emocional, psicológico), dentre outros.

Revelou a sua contrariedade em lidar com essa lógica e, sobretudo a sua relação com os demais líderes e associações da comunidade que geraram os problemas em decorrência da divergência do papel de cada um, sobretudo em relação a institucionalização do pescador profissional, afirmando que os problemas em relação aos pescadores estavam no reconhecimento burocrático do ofício (ele cita a carteirinha de pescador), que ele se negou a ter.

Na sua visão a comunidade não poderia ser prejudicada como um todo, pois eles estavam ali os representando (uma clara referência a articulação dos pescadores no reconhecimento de sua profissão). Com isso as brigas internas se deram por tal divergência. Também disse a respeito do dinheiro, que na situação dele quando apertava e o dinheiro acabava, eles iam ao rio e pescavam para não passarem necessidade. Porém agora a Renova estabeleceu um valor e é aquilo ali e mais nada, deixando-os sem perspectiva de futuro para as famílias e sem saber o que de fato irá ocorrer.

Denota-se aqui de maneira mais clara a estrutura e as tensões entre as lideranças acerca de fatores como identidade indígena, ou seja, eu não preciso de uma carteira para atestar que sou pescador, logo a racionalidade da burocracia ocidental em institucionalizar os sujeitos e reconhecê-los. Essas são premissas hegemônicas do Estado que foram incorporadas pelos indígenas, sobretudo pelos pescadores. Então podemos identificar que um dos epicentros do conflito está na diferença entre pescador artesanal característico da identidade indígena e o pescador profissional que utiliza desse ofício como profissão.

Também destacou de forma elogiosa o papel do MP (Ministério Público) na articulação junto com a comunidade no que tange aos direitos da aldeia. Segundo ele o MP foi fundamental para a garantia de direitos mínimos e da coerção desses agentes nas atitudes da

Fundação. Perguntei se em algum outro órgão do Estado havia uma relação de articulação e mobilização semelhante à do MP, ele disse que não. Nem a FUNAI, IBAMA, Iema, nenhum desses órgãos agiu de forma tão profícua quanto ao MP. Ele disse que esses órgãos estão muito mais preocupados com regras e documentação e que junto com o MP processou a Renova, ao qual possuí um processo individual contra a Fundação.

Afirmou que não confiava mais no rio nem para tomar banho, quanto mais consumir seu pescado e que as famílias ainda pescam sem saber a real procedência do peixe se está contaminado ou não. O rapaz que outrora estava junto que é morador da comunidade teme que futuramente as consequências desse consumo afetem a saúde dos indígenas, pois não há nenhum tipo de regulação ou fiscalização por parte dos órgãos competentes até a presente data (28/06/2018). Perguntei a respeito da utilização do rio para o lazer, ele disse que isso não existe mais, antigamente existia desastres acerca de uma espécie de peixe que só dava no rio em um determinado período e que através desses desastres e espaços a comunidade e as famílias se interagiam umas com as outras e com pessoas de outras localidades.

Vale ressaltar que há séculos os indígenas possuem uma forte e estreita relação com o rio, a tristeza de dona Helena retratada no vídeo citado antes exprime essa colocação. Desse modo, os laços não se desfazem de uma forma tão rápida e abrupta, todavia, não significa que os índios queiram desfazer esses laços a luz dos acontecimentos e da realidade que lhe foram impostas.

Podemos identificar a partir daí outro fato que inspira preocupação, o consumo do pescado continuamente sem saber a sua procedência e real contaminação que a médio e longo prazo pode trazer duras consequências a todos os que consomem. A Fundação Renova não está atenta a esse fator, haja vista que não está formulando nenhuma ação para que a população que consome peixe há séculos ter a sua fonte de alimentação minimamente preservada através de outros canais, como a construção de poços e criadouros artesanais.

Retornando ao campo passei no CRAS, primeiramente para saber a respeito da Festa da Aroeira, ocorrida ontem (04/07/2018). A assistente social me mostrou fotos e vídeos dos indígenas com suas indumentárias tocando congo e festejando, ao lado do CRAS, dona Helena como sempre puxando o coro e cantando no microfone.

Também a assistente me mostrou uma foto de uma apresentação da Engenheira ambiental da Fíbria a respeito da planta aroeira e de sua importância, os indígenas antes organizavam festas juninas. Causou-me estranhamento ao ver uma representante de empresa privada dando

aula a respeito de uma planta que é bastante conhecida e utilizada pelos indígenas. Isso demonstra a estreita relação entre a Fíbria e a prefeitura, no tocante a sua presença e influência. Mesmo com esses aspectos os indígenas possuem muito orgulho de festejarem a sua cultura, nesse contexto, acredito que a aldeia dos Tupinikim sofreu muitas influências externas que para eles isso se tornou comum, mas não natural.

Após isso, combinamos de ir ao rio, pois anteriormente havia dito a minha vontade de ir junto com o senhor Manoel para conhecer o lugar. Como elas se dispuseram a ir também, optei por ter um primeiro contato com rio, assim espero ter outro com o senhor Manoel, seguimos para a casa da dona Josenita, uma pescadora que é pertencente à associação, aceitei o convite devido a essa oportunidade de conversar com a ela, combinamos de conversar após voltarmos da trilha que está dentro do terreno em que está a sua casa.

Adentramos na mata que neste lado é extremamente fechada e feita de caminhos estreitos, cada vez que descíamos mais, víamos o leito do rio e sua beleza. Ao chegarmos, não havia ninguém a não ser os filhotes de caranguejos indo de um buraco para o outro, eram muitos buracos grandes e pequenos, onde os caranguejos dão cria. A água do rio estava límpida e morna, no horário que fomos por volta das 10h45min.

Figura 07 – Trilha fechada para o leito do rio Piraquê-Açu



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Figura 08 – Escadas esculpidas no chão em parte da trilha fechada



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Ficamos contemplando a paisagem e vimos um barco com duas pessoas passando, além de outro que estava um pouco distante, porém dava para escutar as vozes. Adentrei entre o mangue e vi semelhantemente na margem do rio vários buracos grandes e pequenos. Por ser um lugar de mata fechada e úmida a temperatura estava muito agradável. Tinha algumas

conchas e um filhote de peixe morto, tiramos inúmeras hipóteses, desde que o peixe desviou da maré alta e quando abaixou não voltou, ou por contaminação (esta elencada por mim).

Figura 09 – Leito do rio Piraquê-Açu visto na trilha de mata fechada



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Figura 10 – Barco utilizado por dona Josenita e sua família



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Ao retornarmos para a casa da Dona Josenita, conversamos por alguns minutos, a pescadora é muito conhecida pelas assistentes do CRAS. Conversamos acerca dos hábitos dela com o rio. Ela disse que está lá todos os dias pescando, catando mariscos e ostras. Disse que faz para consumo próprio, haja vista que devido ao desastre da Samarco a venda do pescado é praticamente impossível para outros lugares, mas não para a aldeia e que vende peixe para alguns moradores.

Outrora quando proibiram de início ela afirmou que não havia peixe e nem frutos do mar, agora eles estão voltando, porém as ostras e mariscos ainda são difíceis de encontrar a não ser que a pessoa adentre os mangues e por longas distancias, a facilidade de achar acabou. Além do mais, o pescado está sendo consumido, porém não sabem a sua procedência e o efeito que isso trará futuramente, como relatado anteriormente. Falou de duas crianças hospitalizadas e a causa disso segundo ela foi o rio, perguntei se eles se afogaram, e ela disse que não. As crianças deram alguma alteração nos pulmões depois que tomou banho no rio, passaram mal. Vale ressaltar que isso se trata de um boato, segundo ela, e as assistentes que também estavam a par do assunto.

Afirmou que mesmo com a proibição da pesca e dos riscos de consumir o pescado, ela e os filhos continuam a ir ao rio, pois diz que seus filhos estão aprendendo a pescar, caçar

mariscos e adentrar na mata, isso juntamente com ela e desde sempre. A sua relação com a APECI também é presente, cita o presidente da associação Welinton que segundo ela, as lideranças estão a par dessa situação e que não há uma perspectiva de solução, sendo que não há uma interlocução da Renova com os pescadores e nem com as lideranças. Vale ressaltar que a Dona Josenita não é índia e sim casada com um índio (palavras dela).

Ao estar imerso naquele espaço, imaginei como aquela paisagem e o rio eram cotidianamente presente na vida de todos os indígenas, algo que para mim remonta uma realidade que não voltará mais da forma que era por séculos. Sentir o lugar, a paisagem e o rio, me fez perceber da gravidade do que ali estava posto. Acredito que no horário que fomos o rio estaria cheio de barcos e de gente, não era a realidade.

O mangue e o barulho da mata ainda permanecem resistindo, aliás, se tem algo que caracteriza a dona Josenita é a palavra resistência, pois mesmo com tudo o que aconteceu, ela insiste em estar cotidianamente no mangue e no rio pescando e ensinando os seus filhos o ofício de pescar e de conhecer a mata. Mesmo tendo o seu modo de vida afetado de forma cabal, ela insiste em estar no rio, na mata, na trilha que começa em sua casa.

Indaguei a respeito da associação e das lideranças, sobretudo sobre as famílias, mas ela foi muito evasiva nas respostas, às vezes se calava e dizia que era com a associação e com as lideranças. Acredito que essa reação seja resultado do medo em falar e prejudicar a sua relação com a associação e a comunidade. Vale ressaltar, que os moradores vivem com medo de que a Renova esteja enviando pessoas para vigiá-los e assim cortar o auxílio. É um sentimento que mistura medo, porque não se sabe do futuro de ninguém, pânico por perder o pouco que tem e receio de que as relações dentro da aldeia se abalem ou retornem ao patamar de 2016-2017 período extremamente crítico e incerto, de acordo com os relatos anteriores.

Despedirmo-nos e pensei que retornaríamos ao CRAS, porém a psicóloga quis levar-nos a outra margem do rio, mais aberta. Ao chegarmos havia dois jovens, aparentemente conversando, e nessa hora não havia quase ninguém no rio a não ser dois barcos, um deles a motor. A água do rio é salobra, o espaço que fomos é mais de lazer, tinha até uma estrutura feita de madeira para pular no rio.

Ficamos contemplando a beleza do rio e logo se achegou um senhor, que estava falando aparentemente sozinho, a respeito do rio e dos peixes, que agora os peixes estão tão chiques que só comem peito de frango, ou seja, a escassez de pescado faz com que os peixes estejam mais “exigentes” na comida. Esse senhor falava continuamente, ao chegarmos até ele sem



ninguém perguntar ele começou a criticar a associação de pescadores (APECI) dizendo que não precisava de carteirinha para dizer que era pescador, pois essa carteirinha era só pelo dinheiro da Samarco.

Figura 11 – Leito do rio visto pela área aberta



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

O indaguei acerca da associação e ele disse que não pertence a ela e que essa nova geração que está no comando deixou de fora todos os que antes estavam à frente das decisões da aldeia. Disse que eles não sabem de nada do rio e de pescar, que se interessam só pelo dinheiro. Chegou a dizer que eles podiam o matar por estar falando tais coisas e que a associação dos pescadores era uma vergonha, que nem podia ser chamado de associação e que ele estava entre os que lutaram pela terra indígena, segundo ele há quarenta anos atrás quando a empresa (Aracruz Celulose) invadiu o território.

O indaguei se tinha algum parente entre as lideranças, ele disse que não. Começou a falar da história dele com o rio, que nasceu e cresceu nele junto com sua mãe e seus irmãos, ao todo 10. Disse que chegou a ir embora da aldeia para jogar futebol pelo Clube Rio Branco, aqui em Vitória, porém retornou porque era apegado a mãe.

Falou também que pessoas de fora estão no leito do rio de forma contínua, principalmente no fim de semana, diferentemente o que foi relatado pelo presidente da AITG. Segundo ele a fiscalização (polícia ambiental) persegue os pescadores e com essas pessoas eles não fazem nada. Disse novamente a questão do peixe que segundo ele está cada vez mais escasso. Notamos que ele estava de chinelo e roupa formal, aparentemente não ia entrar no rio, até o momento em que estávamos lá não entrou.

Pelo seu jeito de falar é uma pessoa muito ligada a família. Continuou dizendo acerca do peixe e de sua procedência, que continuam a consumi-lo e não sabem se terá um efeito negativo em longo prazo, do consumo ainda estar presente na vida nos moradores da aldeia, porém não de todos, haja vista essa contínua desconfiança. Relatos que convergiam com as afirmações anteriores acerca da procedência do peixe elencadas pelo senhor Manoel e o Douglas.

Ao chegarmos nesse lugar mais aberto, tive a percepção de como anteriormente ali era movimentado em todos os aspectos, seja pelo ofício da pesca ou do lazer das famílias. A água do rio estava cristalina e podia-se ver filhotinhos de peixes, porém o local estava quase deserto, não fomos em horário de almoço e estava fazendo sol e muito calor. Focalizando no senhor que ali estava pude perceber indignação por sua parte, não pelo fato da carteirinha do pescador que na sua lógica vinda do Estado (A partir de um documento eu me torno alguém) que é também a lógica empresarial, mas pelo fato de que não está entre os que estão na mobilização dos pescadores e indígenas frente à Renova. A questão do dinheiro entra como

um pretexto para justificar a não atuação por parte desses agentes e a parcimônia frente ao que aconteceu e que ainda está acontecendo.

É nítido a partir disso a disputa não do poder por si só, mas a personificação do estar lutando e do resultado disso o prestígio e admiração perante os seus. A questão dos auxílios entra como munição de ataque dos pescadores artesanais para com os que praticam tal ofício de forma profissional. Pois todo índio é pescador, a Fundação se aproveitou desse aspecto para praticar a sua política austera, racional-empresarial, que minimamente calculado resultaria nos conflitos entre os pescadores, famílias e a comunidade em geral.

Os relatos extraídos do senhor Manoel e do presidente da associação indígena (AITG) exprimem bem essa resultante o relato do senhor presente no leito do rio corrobora com essa realidade que permaneceu na comunidade durante o período de 2016-2017 e que ainda permanece produzindo novas narrativas acerca do desastre da Samarco.

Imerso nessa realidade pude notar a fragilidade das relações ali postas e o cuidado que agora percebo do senhor Manoel, da Dona Helena, Dona Josenita e do Douglas em falar sobre o assunto das famílias, lideranças e da atuação da Renova na aldeia. É um assunto poroso e os pescadores recuaram pela comunidade, aqui está em jogo as relações de afeto, amizade, de irmandade. Esses aspectos irradiam nos sentimentos e percepções das famílias consigo mesmas somatizando com a perda do rio e da pesca.

Ao visitar o rio pude ver como a comunidade possui uma lógica de integração, a sensação que estamos em um grande terreno que cada espaço é compartilhado por todos, faço um comparativo nas comunidades urbanas, nas periferias onde um terreno possui três, quatro casas com parentes vivendo em cada uma delas, compartilhando a vida privada com todas as características que lhe são peculiares (anseios, problemas, conflitos, boas novas, etc).

A comunidade indígena pelo fato das casas não terem muros, por isso o outro morador pode ver o seu vizinho na plenitude de sua morada, crianças brincando e não saber onde é o limite da rua e da casa, fez-me perceber a coesão e a relação de reciprocidade e sociabilidade que está presente em todas as partes, mesmo sem o cercado das casas. Desse modo, o dinheiro por si, é só um detalhe que agora se torna importante, devido a uma mudança abrupta e violenta que mudou o modo de vida das famílias e com isso irradiou para outros aspectos críticos que já estavam aflorados, sobretudo entre as lideranças. Entre estes destaca-se a questão do controle de como a família e a parentela possuem importância nesse contexto. Nesse sentido, a Fundação aproveitou-se dessa característica para tê-los em suas mãos.

O dinheiro e o seu uso são especialidade do mundo do mercado, já entre a comunidade a noção de posse não está ligada necessariamente ao dinheiro, mas com a contínua relação com o rio, fonte inesgotável de recursos que supriam as suas necessidades. Portanto, a lógica de recurso para a comunidade e para a Renova são coisas bastante distintas. Deixei que o campo me mostrasse o lugar, seu ambiente e de como os significados deles se transformam frente a uma nova realidade. Em contrapartida há uma contínua resistência em resgatar ou manter minimamente o cotidiano e o seu modo de vida.

### **3.4 Perspectivas, ações, lutas e incertezas: o que se espera?**

Em minha derradeira visita a comunidade de Caieiras já familiarizado com o cotidiano, tinha como objetivo conversar com o senhor Vilson, uma importante liderança na comunidade por ser o vice cacique da aldeia, sendo que neste dia ele estava ocupando o cargo de cacique interinamente. Desse modo, acompanhado com um colega da minha turma de mestrado que também faz pesquisa com povos indígenas chegamos na AITG onde ocorria uma reunião entre a comissão de caciques de toda a comunidade indígena de Aracruz e a Fundação Renova.

Entretanto, a reunião não tinha hora para acabar sendo que não tinha certeza se conseguiria conversar com ele. Então resolvemos andar pela comunidade, pedi ao colega que me acompanhava que tirasse algumas fotos já que havia levado uma câmera. Com isso fomos a casa da Dona Helena e lá estava vazio, algo raro, sendo que todas as vezes que ia, a casa estava cheia. Uma das netas estava e disse que ela estava presente na reunião da AITG.

Então fomos tirar algumas fotos e fazer algumas observações a respeito do espaço da composição das casas e dos terrenos, sempre abertos que possibilita um grande espaço de sociabilidade como mencionado no texto acima. Voltamos a associação para esperar o término da reunião, ficamos até o horário do almoço aguardando. Resolvemos almoçar e esperar, meu colega recebeu um recado de uma pessoa que estava em Aracruz e que mantém contato com ele, relacionada a sua pesquisa.

Porém resolvemos aguardar e assim conseguimos conversar com o senhor Vilson no intervalo de seu almoço. Dona Helena participou da reunião de lideranças sendo a única mulher dentro do quadro de lideranças, como mencionado neste texto. Queixou-se de não ser convidada em outras reuniões que tratavam de assuntos diversos. A reunião com a Renova ocorreu em vista de outra reunião ocorrida em 09/08/2018 na aldeia Pau Brasil, os caciques e

lideranças deliberaram reivindicações acerca do cadastramento das famílias, do valor pago de forma desigual pela Renova e os relatórios de impacto ambiental.

Conversamos acerca de variados assuntos que já foram mencionados anteriormente que convergem com os relatos citados em vistas de campo, como: O funcionamento interno da aldeia, a estrutura da associação e a composição dos caciques e das lideranças. Entretanto o presente diálogo resultou novos elementos e que se complementam aos relatos obtidos anteriormente e a resultante de alguns fatos ocorridos que neste contexto estão se desdobrando em novos fatos.

Iniciamos o diálogo sobre a mobilização da comissão dos caciques e das lideranças antes do desastre se eram mais profícuas ou havia uma normalidade aparente e após o desastre como se deu essa mobilização. Ele respondeu que antes de outras regiões do país a região foi a mais atingida por grandes empreendimentos, a cada novo desastre incluindo o rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG exigia-se cada vez mais mobilizações e ações dos grupos da aldeia, sendo que virou rotina, principalmente de reuniões, estudos, isso há vários anos.

Afirmou da legitimidade da comissão de caciques, mesmo que não seja uma “instituição” reconhecida institucionalmente pelo Estado que para ele, os caciques e os representantes são muito importantes, mesmo não tendo registros institucionais como as associações, a força é igual as outras, as comparou com as instituições não indígenas. Disse que para o acordo com a Fíbria criou-se a associação indígena, pelo fato que devia ter um registro jurídico para que a aldeia recebesse recursos. Isso gerou a princípio um conflito com a organização da aldeia pela figura do presidente da associação, sendo que o papel do chefe da associação se chocava com as competências do cacique e das lideranças, pois seguiam um estatuto e por isso o presidente da associação está abaixo das lideranças. Essa diferença foi diminuindo gradativamente e hoje há uma convergência nas competências das lideranças e da associação, sendo que há competências mais simples que a associação lida de forma mais autônoma.

Indaguei a respeito o reconhecimento da região como sendo atingida. Ele afirmou que o acordo foi assinado em julho de 2016, disse que no começo era tudo muito caótico sem informações ou estudos acerca da real dimensão da tragédia e de como isso afetou diretamente a comunidade. Citou a aldeia de Comboios, próxima a Regência Augusta. Disse que a Renova não considera a questão territorial e por isso no início afirmava que na região de Caieiras Velha não havia impactos. Para isso foi impetrado uma ação por meio de um

protesto, foi fechada uma rodovia durante 15 dias para que as reivindicações fossem atendidas. Pelo reconhecimento do dano indígena e para dividir a população a Fundação Renova só considerou a aldeia de Comboios por meio de um acordo e não as outras, sendo que para eles os outros territórios também estavam afetados.

Devido as discussões realizadas em julho firmou-se um acordo ruim para a comunidade, pois a Renova ainda não reconheceu oficialmente toda a aldeia. A Renova tinha um levantamento que nunca provou que havia na região a existência de 100 pescadores e 100 artesãos. Sem ter alguma base que comprovasse esse número, levou a assinatura de um TAC considerando essas 200 pessoas sendo que as lideranças e o cacique distribuíram esses recursos para toda a comunidade<sup>23</sup>, com isso chegou ao valor de 731 reais por família, como mencionado anteriormente pelo senhor Manoel.

No terceiro acordo com base mais sólida de dados aplicou-se o auxílio emergencial. Segundo ele, não cabe a Renova identificar quem é pescador e quem não é, a questão indígena possui outros parâmetros. Citou a sua avó que não pesca mais, por isso ela não era menos pescadora que ele que está na ativa, disse também a respeito da diferença entre pescador artesanal e profissional, bem como, da associação de pescadores e que sua criação teve como intuito buscar recursos do governo pelo período de defeso<sup>24</sup>, no comércio do caranguejo e de outros defesos do pescado de forma profissional e com isso foi necessário a criação da APECI, os pescadores foram orientados pela procuradora do município na época para a sua criação.

A Renova, no entanto, só queria considerar a associação de pescadores e desqualificar o restante da comunidade, pois aplicou o mesmo método empregado em outras regiões atingidas, e não considerava a questão indígena como um parâmetro. Questionei se a Renova fez de forma proposital. Ele disse que com certeza, sendo que a Fundação se contradiz nas suas reais intenções acerca dos planos de reparação. O desastre para muitos iria ser momentâneo e iria acabar, todavia, a cada ciclo de chuva é um novo desastre devido a lama depositada na profundidade do rio e do mar.

---

<sup>23</sup> Os números do levantamento citado foram relatados pelo senhor Wilson em que a soma converge com o número citado anteriormente pelo senhor Manoel.

<sup>24</sup> O período de defeso na pesca significa a fase em que as espécies de peixe e outros animais marinhos reproduzem. Com isso o ofício da pesca fica restrito ou proibido em algumas ocasiões. Os profissionais da pesca recebem do governo uma quantia mensal como forma de renda para os pescadores que ficam impedidos por lei de exercer o ofício durante o período. Fonte: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Período de Defeso, disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/aquicultura-e-pesca/periodo-defeso>, Acesso em: 09/09/2018

Para o senhor Wilson a questão das famílias deveria ser estatizada e que essa premissa estava contida no TAC, caberia apenas os caciques e as lideranças fazerem o levantamento das famílias para o cadastro e a Fundação só acataria, todavia ela não faz isso. Para ele a situação está pior, principalmente devido ao consumo do pescado, as famílias estão consumindo sem nenhuma comprovação de contaminação e por isso a comunidade ainda está sendo afetada, o sentimento é de medo e pavor. Indaguei porque a Renova não inclui novas famílias no acordo, disse que são famílias novas que se formam. Naturalmente novos casamentos são feitos e, portanto, novas famílias são formadas, sendo que a comissão relata a Renova e ela não acata a solicitação.

Conversamos a respeito das relações entre as famílias no período em que elas recebiam o valor de 731 reais que segundo ele tem algo importante a ser dito que é o “impacto do impacto”. O recurso da Renova gerou efeitos negativos na organização interna da comunidade, citou o exemplo do casamento do não índio e de uma índia e vice e versa.

Desde sempre dá o direito a indígena em todos os aspectos em relação a distribuição dos recursos segundo ele há famílias em que o homem e a mulher recebem, devido ao CPF. E quando é levado para a questão cultural gera conflitos, devido as regras que cada aldeia possui, tem comunidades que permitiram e outras não e por isso se gerou conflitos acerca da distribuição dos recursos. Desse modo, devido a distribuição dos recursos haviam famílias que recebiam mais do que outras e o fator não indígena era uma das razões, pois em famílias em que haviam membros não indígenas o valor a ser recebido era somente metade, ou seja, 365 reais.

Afirmou que isso gera problemas na prestação de contas, explicou que eles pagam a um número maior que 915 famílias e com isso a Renova questiona o valor pago. Com isso na sua visão a comissão está quebrando o TAC, ou seja, pagam duas famílias com custo de uma, com isso dificulta a prestação de contas, devido ao fator mencionado acima em famílias com membros não indígenas. Por isso, a solicitação da comissão é que todas sejam incluídas como família, passando por cima das regras da comunidade para incluí-las, para não criar precedente a Fundação Renova nos acordos. Perguntei se a Fundação faz pressão para que isso seja normalizado, ele disse que de uma certa forma que sim, pois é complexo detalhar essas características no TAC e que a Renova deveria ter um tratamento diferente pelas especificidades da comunidade.

Em seguida ele começou a falar da relação com a Renova, disse que a Fundação a priori não os reconheceu como atingidos, isso em algumas reuniões atrás, devido a carência de estudos de impactos. Sendo que na reunião do dia 13/09/2018 a Fundação Renova começou a ceder o reconhecimento, sob pressão da comissão em romper o TAC. Indaguei a respeito da distribuição dos recursos e os conflitos entre as famílias. Afirmou que isso ocorre quando se compara o que é pago por fora, tem famílias que vão ao Ministério Público contra essa lógica. Entretanto, as regras da comunidade devem ser respeitadas e a decisão da comissão de representantes e o cacique deve ser acatada, a Renova e o MP estão acatando e atualmente está pacificada, dependendo das circunstâncias.

O entrevistado sempre defendeu cumprir as normas do TAC. Perguntei qual o TAC que vigora, anteriormente ele havia dito que são três diferentes e através da mobilização alguns elementos foram acrescentados via novo acordo. A aldeia de comboios possui valores distintos, sendo que eles possuem um acordo específico de dois salários mínimos e meio, a comunidade de Caieiras e demais aldeias reivindicam o mesmo valor tratando-se dos mesmos impactos.

A solicitação ainda aguarda por um acordo, o atual TAC vigora até dezembro, e até lá tem-se tempo hábil de se fazer um novo acordo, sendo assim, o pagamento dos auxílios está garantido até dezembro. Indaguei a respeito do pescado e de seu consumo, ele afirmou que pouco, mas ainda se consome, após estudos sobre o pescado houve comprovação de elementos tóxicos. As famílias estão com medo de consumir devido a confirmação da contaminação. Disse que seu tio parou de pescar para não se responsabilizar pelo que pode ocorrer caso alguém consome o peixe contaminado, chegou a dizer que o pavor das famílias com relação ao pescado está pior agora que no início.

Questionei como as famílias utilizam os recursos sem o rio e como foi a transição para uma realidade de recursos escassos, afirmou que “não caiu a ficha”, pois a sua geração tinha segurança de utilizar e brincar no rio. A segurança hoje acabou, nem seus filhos não permitem mais o uso do rio nem para banho isso gerou um estado de choque e desfazer esse laço será muito difícil.

Ele afirmou que não era só o rejeito da Samarco, mas o rio estava sofrendo com outras intervenções e o desastre da Samarco veio para agravar ainda mais. As ostras estão resistindo menos aos impactos. Indaguei sobre o posicionamento da Renova frente as inúmeras reuniões inclusive do dia 13/09/2018. Disse que a Fundação não afirmou nada referente a reunião do



CIF com eles no dia 09/08/2018<sup>25</sup>, pois dependem da decisão do conselho curador da Renova. Por isso, se estendeu o acordo até dezembro para tomar uma decisão, pois há elementos técnicos que justificam os impactos frente aos danos para as comunidades.

Os outros programas contidos TTAC, não foram implementadas após três anos do desastre, devido a carência de estudos<sup>26</sup>. Agora com elementos concretos, o acordo caminha para um consenso que cobre as demais ações, não há como dizer que não farão um novo TAC. Citou a questão da demarcação das terras indígenas, porém isso não é parâmetro para diferir um tratamento de outro, ou seja, se a terra indígena foi afetada, todas as comunidades devem ser ressarcidas como tal. Há ainda discussões cosmológicas para que o estudo norteie e deem base para as ações, cita a questão retroativa a receber, após a demora dos estudos.

Cabe salientar que o CIF possui uma câmara técnica especificamente voltada para as populações tradicionais denominada Câmara Técnica Indígena e de Povos e Comunidades Tradicionais (CTIPCT), em que no site oficial do IBAMA onde o CIF disponibiliza as informações relativas a sua atuação não há nenhuma ação da referida CT nos anos de 2016 e 2017, somente a partir de janeiro de 2018 emitiu-se a primeira Nota Técnica em que o assunto se dá pela redefinição da coordenação institucional da CT<sup>27</sup>. Nesse sentido, comprova o relato do vice cacique em relação a lentidão da implementação programas acordados pelo TTAC onde passados três anos do rompimento da barragem ainda não se vê minimamente as ações de reparação, mitigação e compensação serem implementadas.

Indaguei a respeito da gestão do dinheiro, principalmente o valor escasso dos 731 reais, ele afirmou que grande parte da comunidade não possui emprego formal e por isso eram dependentes dos recursos naturais. Principalmente a questão do artesanato, da pesca, do turismo, também a questão cultural das famílias com membros não indígenas que recebiam a metade do valor. O meu colega citou a leniência do Estado e o protagonismo da Renova. O entrevistado afirmou que a Renova é muito estratégica a esse respeito.

Disse que a Fundação ameaçava com o rompimento do acordo mediante a um pressuposto de que a região a princípio não era impactada, “Eles reúnem sempre com

---

<sup>25</sup> A reunião citada será exposta no capítulo posterior

<sup>26</sup> Os programas contidos no TTAC serão detalhados no capítulo posterior, focalizando os programas direcionados para a CTOS.

<sup>27</sup> Fonte, ver Comitê Interfederativo (CIF) - Notas Técnicas da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT): <http://ibama.gov.br/cif/notas-tecnicas/ct-ipct>. Acesso em 09/09/2018

advogados, e a comissão nunca teve um advogado”, atestando a fragilidade no acordo, porque nem sempre o Ministério Público pôde acompanhá-los. Através do TAC governança em que foram oficializados como atingidos, a Fundação negava que a região era atingida, sendo que o TTAC de Brasília já havia esse reconhecimento. “A Renova vem como uma forma covarde, sendo que se traveste de uma Fundação independente que não atende os interesses das empresas, sendo que são representadas por elas”.

Perguntei sobre qual a relação da associação indígena com a APECI. Disse que hoje está pacificada, pois a Renova tentou dividir como território e internamente, dizendo que um tinha direito e outro não. Mesmo com os conflitos ocasionados pela distribuição dos recursos, protagonizados principalmente entre a APECI e a AITG, as associações cobraram levantamentos técnicos por parte da Fundação ao distribuir os recursos anteriores a implementação do auxílio emergencial. Com isso a comunidade uniu-se e as associações concluíram que todos possuem direitos e que estavam na mesma luta. A questão dos pescadores não é com relação a carteirinha, mas é a questão indígena.

O colega que me acompanhava o indagou a respeito da reunião e perguntou se ela era fruto de a tentativa da Fundação não conversar de forma separada. Disse que sempre há reuniões, pois eles decidem questões internas da aldeia pela reunião, “há várias reuniões, em excesso, as vezes três vezes por semana sob variados temas, os empreendimentos somam a maior parte delas”. Citou que a comissão está trabalhando para dar mais autonomia para trabalhar em temas específicos e para incentivar a formação de novas lideranças principalmente entre os mais jovens.

Disse que assume o cargo de vice-cacique e ainda trabalha na FUNAI. O atual cacique trabalha de maneira que se faz ausente em algumas ocasiões e por isso acaba acumulando várias funções. Cita a questão dos empreendimentos e disse o quão importante é a formação de novas lideranças, pois segundo ele a luta vai continuar, preparar novas lideranças para fazer a transição, por isso que a questão política é muito forte e que é preciso ir à luta para valer o que está na lei.

Perguntei se a Renova está presente na comunidade, ele disse que não, só em reuniões com a comissão, isso corrobora com relatos anteriores relacionados a presença da Renova na aldeia. Disse que não confia no CIF e que ele é muito omissivo, reuniu poucas vezes com a comissão. Apesar de ser servidor da FUNAI não confia nas altas cúpulas do órgão. Disse que

o TAC governança age para interesses deles (das empresas) e o atingido sempre fica em segundo plano. Após o término do diálogo seguimos novamente para a casa de dona Helena.

Dona Helena ficou decepcionada com a reunião, pois a Renova segundo ela tratava dos mesmos assuntos sem dar uma resposta efetiva do que irá fazer. Novamente destacou o uso do rio e a forte relação com o trabalho na pesca, do mangue e a tristeza de não poder mais exercê-lo. Citou a família (filha, netos) que vive da pesca e que agora está dependendo de um auxílio emergencial que nem sabe até quando durará, essa é uma de suas angústias, alegou que ninguém possui estudo para ter outras oportunidades de emprego, pois encontravam no exercício da pesca um ofício. A partir dos impactos, os peixes, mariscos, ostras começaram a morrer. Atualmente não estão consumindo o pescado por causa da contaminação, há relatos de pessoas passando mal após consumir o pescado.

Dona Helena afirmou que a luta política é um caminho para a mobilização das famílias e das lideranças, pois ambas são conectadas. Segundo ela “Tudo aqui foi conquistado na violência”, no sentido da luta e mobilização frente aos interesses das empresas, onde segundo ela essa relação é antiga. Como protesto, é preciso impor sua posição frente a lógica deles.

Ressaltou o papel que ela como matriarca tem de preparar seus filhos e netos para lutar pela aldeia e conseqüentemente por eles mesmos: “Um dia não estarei aqui, eles vão continuar na luta”. Após o término da reunião era visível a sua frustração, segundo ela que não era para ser convocada, caso fossem as mesmas pessoas, pois eles não desenvolviam o assunto. Na reunião foi dada liberdade para ela falar, porém não se posicionou na reunião. A casa da dona Helena como sempre, cheia de netos.

Eu e meu colega de mestrado conversamos por um longo período com o Lorrán, que é neto de Dona Helena. Lorrán é youtuber e produz audiovisual na aldeia, o diálogo transcorreu em torno do tema de pesquisa do meu colega, entretanto, escutando o diálogo havia alguns pontos que convergiam com o que estou pesquisando. Lorrán, busca através do audiovisual firmar a identidade do povo Tupinikim e sua história.

Citou o território, a cor da pele, indumentárias, parto indígena que segundo ele está sendo desconstituído e a utilização do audiovisual como forma de trazer a identidade e fazê-la com que ela se readéque a situação. Citou também a relação com as lideranças no que tange a produção de vídeos, pois tudo passa por eles. A sua família é bem presente nas esquetes e vídeos da internet, mostrando o cotidiano da comunidade, bem como, a valorização da

identidade indígena. Vale ressaltar que o vídeo mencionado acima tem a dona Helena em destaque no áudio visual como forma de protesto frente ao desastre ocasionada pela Samarco.

#### **4. CAPÍTULO 3: COMPREENDENDO OS DISPOSITIVOS DO CADASTRAMENTO E RESSARCIMENTO DOS ATINGIDOS**

O presente capítulo busca compreender o programa de cadastramento, ressarcimento e indenização dos atingidos por meio da Câmara técnica de organização social e auxílio emergencial (CTOS) e suas considerações acerca da atuação da Fundação Renova em relação a esse dispositivo que está entre os 42 programas acordados pelo TTAC, em março de 2016 como forma de reparação, mitigação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG em 2015. Com o termo assinado em março de 2016 originou a criação do Comitê Interfedartivo (CIF) e suas Câmaras Técnicas em que a CTOS faz parte, e da Fundação Renova, entidade responsável por formular e implementar os programas contidos no TTAC.

As narrativas por parte do CIF e da CTOS contidas nas Notas Técnicas (NTs), em relação as suas considerações acerca dos programas acordados pelo TTAC em que identificamos a relação estabelecida entre CIF/CTOS e a Renova. A atuação do Estado representado pelo CIF no que tange as demandas e anseios da população atingida, bem como a relação estabelecida entre a Fundação Renova e a população atingida, focalizando as populações indígenas Tupinikim.

Em sua primeira parte, o capítulo buscará descrever a composição do CIF e da CTOS com objetivo de explicitar os órgãos e a estrutura organizacional que visa fiscalizar a atuação da Renova, bem como deliberar sobre os rumos da implementação dos programas de responsabilidade da CIF fiscalizar com o auxílio da CTOS. Através das Notas Técnicas emitidas pela CTOS podemos identificar os caminhos traçados pela Fundação Renova em relação a implementação dos programas de cadastramento, ressarcimento, indenização e auxílio emergencial.

No segundo momento será explicitado a relação estabelecida entre a Renova e a população atingida e a atuação do CIF na fiscalização da Fundação Renova nas suas relações com as famílias e a população atingida da região do Piraquê-Açu em Aracruz-ES, com objetivo de fomentar o debate acerca de suas demandas, focalizando no dispositivo de cadastramento, indenização e ressarcimento e através dos anseios e angustias acerca do presente e do futuro incerto dessas populações.

#### **4.1 CIF e a Câmara técnica de organização social e auxílio emergencial dos impactados**

Após o acordo firmado entre o Estado (governo federal, estadual) e as mineradoras (VALE S/A, Samarco S/A, BHP Billiton LTDA) que originou o Termo de Transação Ajustamento e de Conduta (TTAC) em 03 de março de 2016, criou-se órgãos que visam a regulação, controle e fiscalização das ações a serem implementadas. Nesse sentido o Comitê Interfederativo (CIFs) é o órgão responsável por fiscalizar as ações da Fundação Renova, que tem por objetivo planejar, formular e implementar ações que visam reparar os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG em novembro de 2015. O modelo de governança do comitê escolhido entre os partícipes do acordo será demonstrado na citação a seguir:

Art. 2º O COMITÊ INTERFEDERATIVO será composto pelos seguintes membros, todos com direito a voz e voto: I — 02 (dois) representantes do Ministério do Meio Ambiente — MMA; II — 02 (dois) outros representantes do Governo Federal; III — 02 (dois) representantes do ESTADO DE MINAS GERAIS; IV 02 (dois) representantes do ESTADO DO ESPIRITO SANTO; V — 02 (dois) representantes dos municípios atingidos pelo ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO do ESTADO DE MINAS GERAIS; VI 01 (um) representante dos municípios atingidos pelo ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO do ESTADO DO ESPIRITO SANTO; VII — 03 (três) pessoas atingidas ou técnicos por elas indicados, garantida a representação de pessoas dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo; VIII — 01 (um) técnico indicado pela DEFENSORIA PUBLICA; e IX — 01 (um) representante do CBH-Doce. (BRASIL – CIF, 2018, p. 01)

Nesse sentido, o CIF que segundo o TTAC, é composto por agentes do serviço público, mescladas por inúmeros órgãos federais, estaduais e municipais. Além do comando central, o comitê também é composto por 11 Câmaras Técnicas como órgãos consultivos que tem por objetivo de auxiliar o CIF nas funções de “orientar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução das medidas impostas no Termo de Transação de Ajustamento e de Conduta (TTAC)” (CIF – Deliberação nº 07/2016), a ilustração a seguir demonstra cada uma das CTs e a coordenação responsável. No artigo 16 do Regimento Interno do CIF está estabelecido a composição dos membros das CTs com representantes da União, Estados (MG, ES), Poder Judiciário e pessoas atingidas. Preconiza o número de indicações que cada setor representativo tem direito, bem como, a coordenação das CTs será exercida por órgãos do poder público (BRASIL – CIF, 2018).

Tabela 1: Câmaras Técnicas e sua coordenação

<b>CÂMARAS TÉCNICAS</b>	<b>COORDENAÇÃO</b>
<b>Câmara Técnica dos Rejeitos e Segurança Ambiental</b>	SEMAD - 1º suplente: IBAMA; 2º Suplente: IEMA.
<b>Restauração Florestal e Produção da Água</b>	IBAMA – 1º Suplente: SEAMA; 2º Suplente: IEF.
<b>Conservação e Biodiversidade</b>	ICBio – 1º Suplente: IBAMA; 2º Suplente: IEMA.
<b>Segurança Hídrica e Qualidade da Água</b>	IGAM – 1º Suplente: IEMA; 2º Suplente: CBH – Doce.
<b>Organização Social e Auxílio Emergencial</b>	Defensoria Pública – 1º Suplente: Estado de MG; 2º Suplente: Estado do ES.
<b>Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura</b>	Estado de MG – 1º Suplente: Município de Mariana/MG; 2º Suplente: Município de Rio Doce/MG.
<b>Saúde</b>	Estado de MG – 1º Suplente: Estado do ES; 2º Suplente: Município de Mariana/MG.
<b>Participação, Diálogo e Controle Social</b>	SEGOV/SNAS – 1º Suplente: Estado do ES; 2º Suplente: Estado de MG.
<b>Economia e Inovação</b>	Estado de MG – 1º Suplente: Estado do ES; 2º Suplente: Município de Mariana/MG.
<b>Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais</b>	SEGOV/SNAS – 1º Suplente: FUNAI; 2º Suplente: FCP.
<b>Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo</b>	Estado de MG – 1º Suplente: Estado do ES; 2º Suplente: CBH-Rio Doce.

Fonte: Elaboração própria a partir do Regimento Único das Câmaras Técnicas do Comitê Interfederativo (2018).

Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/regimento-interno/cif-regimento-unico-2018.pdf>.

Acesso em 09/04/2018.

O foco da presente pesquisa circunscreve em uma dessas Câmaras Técnicas, a de *Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS)*. A Câmara Técnica em questão é responsável por fiscalizar as ações da Fundação Renova no âmbito da implementação das indenizações, auxílio emergencial e ressarcimento da população atingida, que desde o estopim do desastre os efeitos ainda estão em curso, haja vista das novas áreas consideradas pelo próprio CIF como atingidas, além das que foram consideradas outrora logo após o desastre. Sua composição se dá por órgãos dos Governos de Minas Gerais e Espírito Santo, além do Governo Federal representados pela Casa Civil e os Ministérios do Desenvolvimento Social e Agrário, da Pecuária e Abastecimento e a Defensoria Pública da União (DPU)<sup>28</sup>.

Desse modo, a câmara técnica de organização social e auxílio emergencial é palco de inúmeras interações com a Fundação Renova, em relação a complexidade e dos procedimentos elencados pela Fundação para a gestão e distribuição dos recursos ao qual a câmara é responsável por regular e fiscalizar. No tocante a prazos, número global de famílias, metodologia de aplicação dos recursos, por critérios de escolha ou pelo valor das indenizações para as famílias atingidas, todas essas premissas passam pelo crivo da CTOS.

Através das Notas Técnicas (NT)<sup>29</sup>, a Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CTOS) emite em suas considerações sobre a atuação da Fundação Renova e por meio do seu corpo técnico, definem pareceres técnicos direcionados para os programas de cadastramento, ressarcimento e auxílio emergencial. Por intermédio delas podemos extrair inúmeros dados acerca da relação CIF/CTOS e Renova. Nesse sentido, desde a sua constituição até o final de 2017, o Comitê Interfederativo (CIF) organizou 21 reuniões ordinárias, para avaliar as deliberações e os pareceres emitidos por todas as Câmaras Técnicas conforme exposto no site oficial do IBAMA.

A questão da relação direta com a renda e os critérios estabelecidos pela Renova como forma de seleção de quem é ou não apto a estar no cadastro e, portanto, receber os auxílios é fruto de inúmeras contestações pela CTOS em que suas considerações são passadas ao CIF a fim de deliberar sobre elas. A dificuldade inicial da Fundação em estabelecer esses critérios

---

<sup>28</sup> Fonte, ver composição da CTOS: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/174D441A/Apresentacao%20CONAMA%20CTOS%20ISABELA.pdf>. Acesso em 09/04/2018.

<sup>29</sup> A elaboração de Notas Técnicas está presente em todas as Câmaras Técnicas que auxiliam o CIF no objetivo de “orientar, acompanhar, monitorar e fiscalizar” a execução dos programas (CIF – Deliberação nº 07/2016). São através delas que as Câmaras Técnicas emitem pareceres em relação a atuação da Fundação no que tange ao cumprimento dos programas contidos no TTAC. É através do seu papel técnico-consultivo que as Câmaras Técnicas auxiliam o CIF para este fim.



de seleção, haja vista o público trabalhado e de sua realidade social serão expostas na próxima seção.

#### **4.2 Considerações da relação CIF e câmara técnica de organização social e auxílio emergencial acerca da atuação da Renova**

Desde o início dos trabalhos, a Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial divulgou cerca de 15 Notas Técnicas entre os anos de 2016 e 2017 que estão disponíveis no site do IBAMA<sup>30</sup>. Com auxílio dessa documentação, podemos identificar a percepção e lógica dos agentes inseridos na CTOS acerca do papel da Fundação Renova a sua atuação, bem como, extrair a percepção do Estado frente a essa conjuntura.

Através das Notas Técnicas que serão analisadas neste tópico será possível extrair a lógica dessa relação, bem como estabelecer o elo que interliga o CIF e suas Câmaras Técnicas, no caso a CTOS, com a população atingida. A partir da composição da câmara técnica, observamos que quase todos os órgãos são oriundos do setor executivo no nível federal e estadual, apenas um órgão do sistema judiciário que é a Defensoria Pública da União (DPU) participa dessa câmara.

Por meio das Notas Técnicas emitidas é possível observar o papel e influência nas decisões da Câmara Técnica em relação a atuação da Fundação Renova. Cabe salientar que as Notas Técnicas emitidas pelas Câmaras Técnicas têm por objetivo de orientar a Fundação Renova em relação as propostas apresentadas pela Fundação em relação a elaboração e implementação dos programas (SILVA; CAYRES; SOUZA, 2019, p. 476).

A análises das Notas Técnicas emitidas em 2016, permite identificar que a Fundação Renova não tinha dimensão do desastre ocorrido em novembro de 2015 em sua totalidade. Os elementos trazidos para a pauta do CIF, sobretudo da CTOS no que tange as indenizações e auxílios emergenciais denota o total desconhecimento, por parte da Fundação Renova, da dimensão do desastre ocorrido<sup>31</sup>. Segundo a Nota Técnica 006/2016/CIF-CTOS, emitida em outubro de 2016, a Fundação solicita uma extensão do prazo para o levantamento do público a

---

<sup>30</sup> Fonte, ver Notas Técnicas: <http://www.ibama.gov.br/cif/notas-tecnicas>. Acesso em 09/04/2018.

<sup>31</sup> Cabe salientar que a criação do desenho institucional voltado para o desastre socioambiental de Fundão em Mariana – MG foi instituída em março de 2016 com o TTAC, aproximadamente 04 meses após o desastre. Nesse sentido, a criação de CIF, além da Fundação Renova, “constituída em 30/06/2016” (IBAMA, 2017), só se tornou possível após a homologação do TTAC. A criação das Câmaras Técnicas foi posterior a criação do CIF através da Deliberação nº 07/2016, datada em 11/07/2016 que preconiza a criação das CT’s com o objetivo de “orientar, acompanhar, monitorar e fiscalizar” a implementação dos programas acordados pelo TTAC em 2016.

ser atendido com os programas de ressarcimento, por meio de um ofício datado em 26 de agosto de 2016 solicitando a CTOS o aumento do prazo para a realização do cadastramento das pessoas atingidas.

Segundo o TTAC o prazo limite para fazer o levantamento total dos afetados para o ressarcimento e auxílios seria até 02/11/2016, oito meses após a assinatura do acordo. Todavia, o prazo foi estendido para 31/03/2017, aproximadamente um ano após a assinatura do acordo, o mesmo aconteceu com as negociações de indenização mediada cujo prazo seria até março de 2017 e foi estendido até junho do mesmo ano, o pagamento das indenizações, que seria no mês de junho foi estendido até julho.

Nesse sentido, há um ano da promulgação do acordo e cerca de 16 meses após o estopim do desastre ainda não se tinha uma dimensão total famílias atingidas que através do TTAC tinham o direito de serem assistidas pelos programas de ressarcimento, indenização e auxílio emergencial. A Fundação Renova solicitou a extensão do prazo e foi deferida pela CTOS, alegando que os atrasos seriam ínfimos e que não atrapalhariam as outras ações concernentes a programas socioeconômicos. Além do mais, ressalta-se a afirmação de “qualidade” dos serviços prestados da Fundação em relação aos cadastrados em que o processo de cadastramento tem de prezar essa qualidade, no que concerne ter uma maior e mais detalhada dimensão dos “impactos decorrentes do desastre”.

Na sequência, a reunião ordinária da CTOS em sua Nota Técnica 007/2016/CIF-CTOS datada em novembro de 2016, que está relacionado a inelegibilidade do auxílio financeiro emergencial apresentado pela Fundação Renova que consiste na exclusão de 2981 pessoas do direito de receber o auxílio. A CTOS questionou os critérios de seleção por parte da Fundação que levaram a exclusão dessas pessoas, um dos inúmeros argumentos que a CTOS julgou insuficientes está em sua maioria a alegação que “Não houve comprovação suficiente de impacto previsto para recebimento ao auxílio financeiro”, cerca de 1009 pessoas foram indeferidas através de tal alegação.

Por outro lado, através do próprio relatório enviado a CTOS foi constatado que tais características estavam contidas nos dados dos requerentes. Outro argumento foi a questão do ofício exercido pelos requerentes, ao qual segundo a Fundação não se encaixavam no enquadramento para o recebimento do auxílio, no total de 751 pessoas. Além de 625 pessoas também excluídas por possuírem “fonte de renda não impactada”.

Tais fundamentos segundo o CTOS não condizem com o TTAC, o termo em questão não cita nenhum tipo de ofício a ser enquadrado, que possibilita uma diversidade de atividades laborais que podem ser enquadrados e que foi direta ou indiretamente afetados pelo desastre. Somente a questão pesqueira e extrativa são citados no texto como ofícios afetados devido ao impacto direto, todavia, essa premissa não é prerrogativa para que outros ofícios não sejam enquadrados como tal. Vale ressaltar que a Nota Técnica 007/2016/CIF-CTOS consta que até agosto de 2016, haviam cerca de 8513 famílias no banco de dados emergencial integrado (BDEI). A análise dos dados emitidos pela Renova estão contidas na Nota Técnica 003/2016/CIF-CTOS datada de setembro de 2016.<sup>32</sup>

No que se refere a alegação de fonte de renda não impactada, é visível o desconhecimento sociológico da Fundação ao não reconhecer a realidade brasileira em que parte da população exerce mais de um ofício como forma de complementação de renda, esse outro ofício acaba sendo no campo informal. Frisa-se que o termo não estabelece um teto mínimo de renda para o recebimento do auxílio. As alegações da Fundação segundo a presente nota podem ser interpretadas como equivocadas, inconsistentes sem base e conhecimento do termo ao qual as empresas mantenedoras da Fundação assinaram.

Segundo a Nota Técnica 007/2016/CIF-CTOS, visitas foram feitas aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo onde detectou-se inúmeros problemas acerca do cadastramento dos impactados, que tiveram a sua renda afetada e não receberam o auxílio emergencial que é de direito. A Nota Técnica cita uma pescadora como exemplo: Ela é a presidente da associação de pescadores do município de Linhares/ES. O motivo alegado para seu indeferimento consiste: “Não houve comprovação suficiente de impacto previsto para recebimento ao auxílio financeiro”.

Tais premissas também estão colocadas na ata de reunião do CIF, datada em 23/11/2016, onde tais questionamentos foram postos<sup>33</sup>. O CIF cumpre seu papel de referendar as considerações das Câmaras Técnicas, no que concerne à atuação, fiscalização e validação das atribuições da Fundação Renova. O CIF estabeleceu um prazo de 10 dias para a reavaliação dos casos de inelegibilidade e o pagamento do auxílio para as pessoas em que os motivos para o indeferimento foram contestados pela CTOS. O CIF tem poder decisório, as CT's têm

---

<sup>32</sup> A Nota Técnica 003/2016/CIF-CTOS não está presente no site em que se encontram as demais Notas Técnicas emitidas pelo CTOS.

<sup>33</sup> Fonte, ver Atas em: <http://www.ibama.gov.br/cif/atas>. Acesso 09/04/2018.

poderes consultivos. Portanto, quem decide e aprova as Notas Técnicas e as deliberações é o CIF. Como demonstra a citação a seguir:

[...] A representante do Governo do Espírito Santo recomenda que o trabalho de validação tem que ser feito com o envolvimento dos municípios. Ao que a prefeita de Governador Valadares informa que os municípios vêm acompanhando o cadastramento. A partir do momento em que a pessoa faz acordo com a empresa ela assina um termo de quitação de danos gerais ao que a Defensoria questiona. A presidente do CIF ressalta ser saudável abrir espaço para manifestação da Fundação na reunião, sendo que a CT poderá requerer tempo para análise e deliberação dos requerimentos. O procurador-chefe do IBAMA coloca que deve-se entender o papel do CIF não podendo ser deliberado o valor e a quitação das indenizações. Ressalta que o CIF apenas delibera e os Órgãos de assessoramento, as Câmaras Técnicas, devem analisar e trazer manifestação para embasar o comitê. A representante do governo do Espírito Santo informa que a questão é jurídica e não para ser tratada no âmbito da CT, não compete qualquer interferência do CIF nas negociações quanto a valores de quitação. (ATA DA 8ª REUNIÃO DO COMITÊ INTERFEDERATIVO, 2016, p. 06)

Dessa forma é perceptível o caráter político do comitê em não se responsabilizar por considerações jurídicas e nominais referentes aos valores pagos pela Fundação Renova como ressarcimento e as indenizações. A partir disso entende-se que a Fundação possui autonomia para decidir quais valores a pagar aos afetados, exceto o valor pago em relação ao auxílio emergencial que consta no TTAC o valor já fixado. Vale ressaltar a questão dos inelegíveis atestados pela CTOS, denota-se uma aproximação maior da CTOS e de seus membros com a população afetada, frisa-se a Defensoria Pública.

Foram feitas visitas em fóruns e audiências públicas promovidas pelo Grupo Interdefensorial do Rio Doce em setembro de 2016. Onde questiona-se a Fundação a não contemplação de alguns moradores de cinco localidades (Regência Augusta, Baixo Guandu, Aracruz, povoação e Colatina) que foram indeferidos em suas solicitações. Destaca-se o protagonismo da defensoria pública do Espírito Santo.

Desse modo logo após a divulgação da Nota Técnica 007/2016/CIF-CTOS o Grupo Interdefensorial Rio Doce (GIRD)<sup>34</sup> representado pela Defensoria Pública do Espírito Santo,

---

<sup>34</sup> O Grupo Interdefensorial Rio Doce (GIRD) é um grupo que reúne instituições do poder judiciário com o objetivo de defender a população atingida pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG na garantia de seus direitos. O grupo foi criado por defensores públicos de Minas Gerais e Espírito Santo. Fonte: Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, Grupo Interdefensorial Rio Doce. Disponível em: <http://www.defensoria.es.def.br/site/index.php/grupo-interdefensorial-do-rio-doce-gird/>. Acesso em 16/04/2018.

de Minas Gerais e da União, emitiu a Nota Técnica 002/2017/GIRD endereçada a então presidente do CIF e do IBAMA Suely Mara Vaz Guimarães Araújo. A nota alega-se a solicitação do GIRD em reconhecer novas áreas afetadas pelos rejeitos de minério, que não foram reconhecidas outrora. Dito isto, podemos destacar que as consequências do desastre ainda estão em curso e novos lugares considerados como atingidos estão surgindo no contexto de 2016.

Através da presente nota observa-se que o GIRD se pautou exclusivamente no TTAC para fundamentar a tese do reconhecimento de novas áreas atingidas que representa os municípios de Aracruz, São Mateus e Linhares que compreende um universo de mais de 5000 pessoas que estavam invisibilizadas pela Fundação Renova. O grupo afirma que o critério da Samarco ao reconhecer as áreas somente “como atingidos apenas as pessoas oriundas de localidades geograficamente inseridas nessa zona cartográfica de proibição de pesca”.

Nesse sentido, segundo a Nota Técnica 002/2017/GIRD, a Fundação Renova não está considerando premissas “culturais e antropológicas” que fazem com que os habitantes da região citada, no caso Barra do Sahy em Aracruz ficassem de fora “da condição de impactado direto”, pelo fato da Fundação Renova utilizar elementos puramente geográficos.

A defensoria pública do Espírito Santo e da união colheram inúmeros relatos de comunidades atingidas e não reconhecidas, pelo fato do desenvolvimento do processo de impacto e por questões climáticas das correntes marítimas e da própria relação do pescado e de sua proibição<sup>35</sup>. Nesse aspecto a defensoria pública que compõem a CTOS funciona até então como um importante interlocutor e uma importante instituição pública presente no CIF, que contrapunha as políticas adotadas pela Fundação Renova na implementação do cadastramento e ressarcimento dos impactados.

Em grande parte, através das mobilizações e relatos dos impactados não visibilizados pela Renova a defensoria pública encaminhou o relatório, todavia, em resposta a Samarco encaminhou a seguinte nota:

[...] que com base nos quesitos e parâmetros estabelecidos no 1º aditivo ao TCSA, as seguintes regiões não serão contempladas pelo Auxílio-Subsistência por estarem localizadas fora do perímetro de proibição da pesca: Barra-Seca – Linhares; Pontal do Ipiranga – Linhares; Urussuquara – São Mateus; Barra nova – São Mateus; Barra do Sahy – Aracruz; Coqueiral – Aracruz; Praia do Sauê – Aracruz; Santa Cruz –

---

<sup>35</sup> Esse aspecto também foi detectado pelo estudo etnográfico, através dos relatos do senhor Manoel que conflui com o período citado pelo GIRD.

Aracruz; Santa Rosa – Aracruz; Lajinha – Aracruz e Jacupemba – Aracruz. (GIRD, NT 002/2016, p. 03)

Tal posição gerou reações por parte do GIRD, que considerou que o respaldo pelo não reconhecimento dessas regiões feriria o TTAC, pelo fato de que a Fundação não realizou nenhum estudo (Antropológico, Sociológico ou Biológico) que considerasse tais regiões como não contempladas pelo auxílio. Desse modo, baseado no próprio TTAC, o GIRD inseriu na nota alguns aspectos presentes no termo acordado onde a visão da Renova a respeito de reconhecimento ou não de áreas impactadas estavam totalmente equivocadas.

A Nota Técnica em questão desconstrói a lógica de atuação da Renova no contexto de 2016, haja vista que expôs as suas contradições baseando-se no TTAC em que a própria Samarco foi partícipe do processo. Com isso, no próprio termo exposto na nota onde na 01 no item VIII define como região impactada no Espírito Santo os municípios de Baixo Guandu, Barra do Riacho – Aracruz, Colatina, Marilândia e Linhares. Frisa-se a parte final que considera “áreas estuarinas costeira e marinha impactada”.

Nesse aspecto o termo acordado prevê considerar-se toda a região “estuarina ou marinha que sofreram danos pelos sedimentos da barragem”. Segundo o GIRD a Fundação Renova até então não tinha o conhecimento e a dimensão do que o desastre ocasionou para a população atingida, como demonstra a citação a seguir:

Isto porque o desastre de Mariana/MG foi, e ainda é, um desastre de grandes proporções, que tem causado danos nas áreas por onde passam a pluma de lama. Como se sabe, o meio ambiente é dinâmico, e muda constantemente. Principalmente como chuva, correnteza e ventos. Tais fenômenos acabam por expandir os danos causados pela SAMARCO, pois movimentam os rejeitos da barragem pela costa brasileira. Até porque, os responsáveis pela tragédia mostram-se incapazes de conter os prejuízos por eles gerados. (GIRD, NT 002/2016, p. 04)

Dessa forma, podemos observar críticas por parte da defensoria pública mais duras e idôneas do que as Notas Técnicas que outrora foram divulgadas, haja vista de uma certa parcimônia por parte dos membros da CTOS, no que tange aos procedimentos emergenciais que foram implementadas pela Fundação. Vale ressaltar a interlocução com os atingidos denota um conhecimento maior da realidade vigente. De forma incisiva a presente nota contesta o método da Fundação Renova em reconhecer locais atingidos, sendo que o GIRD se resguarda no TTAC, como base dessa contestação, que não possui em nenhuma de suas cláusulas o fator geográfico como premissa ou reconhecimento de local atingido.

Além disso, destaca-se que a região de pesca de cada comunidade não necessariamente obedece a critérios unicamente geográficos: muitas vezes há um comportamento consuetudinário, firmado historicamente, que leva a essas comunidades ribeirinhas a pescarem em locais, fora de sua localidade de residência, até mesmo dentro da região onde a pesca agora está proibida. Ademais, há a evidente constatação de que o ‘peixe não mora em determinada localidade’. É um animal que se move constantemente pelas águas, contaminando-se nas regiões estuarinas e destinando-se até mesmo para locais que agora não sofrem a proibição. (GIRD, NT 002/2016, p. 06)

Em sua parte final, a Nota Técnica respalda-se através de relatórios técnicos do ICMBio que se constatou pluma de rejeitos em regiões invisibilizadas pela Fundação Renova. Dito isto, frisa-se as mobilizações por parte da população afetada que criaram um fórum denominado “Fórum Norte”, onde diversas comunidades compostas pela foz do rio doce mobilizavam-se através de testemunhos e dados documentais como resposta de sua exclusão por parte da Fundação Renova, a defensoria pública chama a atitude da Fundação de “antidemocrática” por não considerar tais premissas.

É notório o ativismo judicial exercido pela GIRD por meio das Defensorias Públicas do Espírito Santo, Minas Gerais e da União. Sendo que tais entidades formam juntamente com outros grupos do poder executivo a câmara técnica de organização social e auxílio emergencial. Tal iniciativa foi acatada e deliberada pelo CIF, embasada na presente Nota Técnica como imposição a Renova em acrescentar localidades como áreas impactadas que outrora não haviam sido consideradas.<sup>36</sup> A deliberação em questão foi descumprida pela Renova, ao qual desenvolveremos logo mais.

O ano de 2017 em seu início continuou-se as pautas referentes aos debates presentes nas reuniões ordinárias da CTOS, no que concernem aos 2891 casos invalidados de pessoas requerentes aos auxílios indenizatórios e emergenciais. Através da Nota Técnica de nº 010/2017 considerou-se a dificuldade da Fundação Renova em validar tais solicitações haja vista dos documentos comprobatórios exigidos. Além das mais apenas 94 pessoas tiveram sua solicitação deferida por parte da CTOS, sendo que aproximadamente 1085 estavam em processo de verificação e não haveria nenhum horizonte no curto prazo de solução para tais casos. A CTOS considerou inelegíveis cerca 1643 casos que outrora já haviam sido indeferidos pela Renova.

---

<sup>36</sup> Fonte, ver Deliberação de nº 58 em: [http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2017/cif-2017-03-31-deliberacao\\_58.PDF](http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2017/cif-2017-03-31-deliberacao_58.PDF). Acesso em 16/04/2018

Através desse emaranhado de prazos e datas é perceptível por parte da Renova a total ineficiência em fazer o levantamento plausível de impactados de acordo com os prazos estabelecidos pelo TTAC, ao qual foram estendidos, como já foi citado. Exposto na Nota Técnica 011/2017 o problema em localizar as pessoas, ao qual levou a exclusão cerca de 3057 pessoas até o mês de janeiro de 2017.

Como foi relatado a Fundação Renova descumpriu a deliberação de nº 58 do CIF em relação ao reconhecimento de localidades que outrora, segundo o GIRD foram desassistidas pela Fundação, no que tange a cobertura indenizatória e de ressarcimento. Dito isto, através da Nota Técnica 012/2017/CIF-CTOS o CTOS baseada na Nota Técnica 002/2016 do GIRD expos o não cumprimento da deliberação por parte da Fundação. Segundo a Renova das 22 localidades citadas, cerca de 12 já estavam assistidas pelos programas, todavia, para a CTOS houve o descumprimento da deliberação por não considerar e nem citar as outras 10 localidades, também, por não incluir as demandas dos moradores das comunidades desassistidas para possível cadastro, pauta que foi exposta na 13ª reunião do CIF, através de sua ata no dia 09/05/2017 (BRASIL-CIF, 2017).

É notório observar que tanto no ano de 2016 e de 2017, ainda se buscava uma totalidade do universo de pessoas/famílias e comunidades afetadas. Entretanto, o caráter seletivo da Fundação Renova e os conflitos que tangenciam a relação da Fundação com as comunidades foi devidamente retratado pelas NT's, sobretudo a nota 002/2016/GIRD. A Nota Técnica que questiona o descumprimento da Deliberação nº 58 é datada de 13/03/2017, ou seja, há 16 meses como foi citado.

Através das extensões dos prazos acordados anteriormente o processo de impactos e danos ainda estavam em curso, somando a isso os parâmetros adotados pela Fundação, a não consideração de premissas que extrapolam a geografia em que tangenciam outros aspectos ligados a comunidade e seu ambiente que é fluido e demanda outras categorias da ciência para o seu desdobramento. Segundo a nota 013/2017/CIF-CTOS até 30 de outubro de 2016 cerca de 14.851 famílias estavam cadastradas, levantamento esse feito como base da primeira campanha de cadastramento.

Outro aspecto debatido pela CTOS no ano de 2017, foi a solicitação por parte da Fundação Renova de modificação da metodologia da distribuição dos auxílios emergenciais e indenizações. Solicitou-se que o auxílio emergencial fosse descontado do Programa de



Ressarcimento e Indenização mediada (PIM), que reúne danos morais, danos materiais e o denominado lucro cessante.

Todavia, o auxílio emergencial possui uma natureza distinta do PIM, sendo que tal auxílio se caracteriza como uma subsistência até que as condições produtivas e econômicas do atingido seja reestabelecido, ou que “outras condições para nova atividade produtiva em substituição à anterior”, impossibilidade de antecipação, conforme exposto na Nota Técnica 015/2017/CIF-CTOS complementado pela Nota Técnica 016/2017/CIF-CTOS que especificamente tratou-se de parâmetros a serem utilizados pela Fundação a fim de implementar o PIM sem maiores distorções ao que está exposto no TTAC. Em relação ao auxílio emergencial somente será extinto o benefício a partir do restabelecimento da renda nos parâmetros anteriores ao desastre, nada mais além disto.

Para tanto, a Nota Técnica 016/2017/CIF-CTOS baseado nas considerações da Casa Civil do Governo Federal a CTOS acatou a decisão relacionada ao não deferimento da proposta da Renova em atrelar o auxílio emergencial ao PIM e aspectos relativos ao pagamento do lucro cessante, além de reafirmar os parâmetros estabelecidos pelo TTAC, conforme a citação a seguir:

1) Os valores pagos aos(às) impactados(as) pelo Programa de Auxílio Financeiro Emergencial não podem ser descontados, deduzidos, abatidos ou compensados do valor indenizatório a ser pago pelo Programa de Ressarcimento e de Indenização dos Impactados (PIM), por se tratar de programas de natureza e finalidades distintas; 2) A Fundação deverá ressarcir, àqueles que já foram indenizados, os valores eventualmente descontados do lucro cessante referentes ao Auxílio Financeiro Emergencial; 3) A única forma de interromper o Auxílio Financeiro Emergencial é por meio do restabelecimento das condições para o exercício das atividades econômicas originais, ou na hipótese de inviabilidade, pelo estabelecimento das condições para nova atividade produtiva em substituição à anterior; 4) O Lucro Cessante passado, ou seja, calculado desde a data do desastre até a data do acordo, deverá ser negociado e pago junto com os demais componentes do Programa de Ressarcimento e de Indenização dos Impactados (PIM), e nos mesmos prazos, quais sejam: a. Para a Campanha 1: finalização das negociações até 28 de dezembro de 2017 e pagamento até 31 de março de 2018; b. Para a Campanha 2: finalização das negociações até 31 de março de 2018 e pagamento até 29 de junho de 2018. 5) Nos casos em que os impactados ainda não puderem retornar às suas atividades econômicas originais ou a outras atividades, a indenização do Lucro Cessante será feita mediante assinatura de quitação parcial, posto que haverá lucros cessantes a ocorrer que deverão ser indenizados no futuro. Nesse sentido, deverá haver

pagamento periódico do lucro cessante, conforme cláusula 10, III do TTAC, que prevê a Indenização Pecuniária em Prestação Continuada; 6) As indenizações não devem ensejar discriminação de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; 7) A Fundação Renova deverá utilizar diversos meios de comunicação, incluindo página específica no seu site, para divulgar o Programa de Indenização à população. As informações devem estar redigidas em linguagem clara, didática e acessível. Devem ser contempladas informações sobre: elegibilidade ao Programa, matriz de danos, documentos aceitos para comprovação da condição de impactado(a) e para comprovação dos danos sofridos, políticas indenizatórias, componentes da indenização (dano moral, material e lucro cessante), metodologia de cálculo de cada componente, para cada categoria atingida, entre outros; 8) Aos impactados(as) que não estiverem representados por advogados, em especial para populações vulneráveis atingidas, deverá ser promovida a assistência jurídica gratuita, conforme cláusula 37 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta; 9) A Fundação Renova deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, Plano de Trabalho para o Programa de Ressarcimento e de Indenização dos Impactados que contemple os presentes parâmetros aprovados pelo CIF. (CTOS/CIF, NT 016/2017, p. 04)

Por fim em meio a nota, a CTOS solicita o apoio da CIF e da Câmara Técnica de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social (CTCPDCS) a fim de informar a população impactada sobre a determinação exposta na presente Nota Técnica. Isso demonstra uma tentativa da CTOS em fazer com que as determinações contidas na decisão sejam devidamente acatadas pela Fundação para assim serem implementados. Nota-se a manobra da Fundação Renova ao atrelar o auxílio emergencial ao PIM que demonstra o desconhecimento do PIM e de seu papel, que é de “reparar” o dano causado pelas suas mantenedoras e por isso não se pode atenuar a responsabilidade causando ainda mais prejuízos para com as vítimas da tragédia.

Além da maneira austera que se queira introduzir, denota-se o caráter insuficiente dos auxílios perante a magnitude do desastre ambiental. Além da CTOS ter se manifestado contra essa lógica, por se tratar que auxílio emergencial e PIM são de naturezas distintas. O GIRD manifestou-se por meio da Nota Técnica 002/2017 questionando tal lógica, o grupo contestou a metodologia proposta, como nas Notas Técnicas citadas com o mesmo teor, questiona-se o horizonte proposto pela Fundação para o pagamento dos auxílios em um prazo de cinco anos, conforme cláusula 140 do TTAC.

Sendo que o prazo é inconsistente e sem lógica, haja vista que não há nenhuma garantia, baseado em estudos técnicos e científicos de que as condições sociais das comunidades

anteriores ao desastre sejam reestabelecidas até o prazo. A proposta da Renova também estava contida na Nota Técnica 016/2017/CIF-CTOS como resposta por parte da CTOS a essa nova metodologia de aplicação dos recursos de auxílio emergencial, indenização e ressarcimento como citado anteriormente.

Nesse sentido, a relação estabelecida entre a CIF, CTOS e Renova nesses primeiros anos após a tragédia demonstra desconhecimento da dimensão do mal causado. Vale ressaltar o protagonismo exercido pelo GIRD como órgão interdependente inserido na CTOS, bem como o caráter da Câmara Técnica, onde exerce ao papel de órgão técnico-consultivo conforme exposto no artigo 3º, inciso 1º do regimento interno com o objetivo em auxiliar o CIF em “orientar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução, com base em critérios técnicos socioeconômicos, socioambientais e orçamentários” (BRASIL – CIF, 2018, p. 03)<sup>37</sup>.

Vale ressaltar, a situação de vulnerabilidade social vivenciada pelas vítimas, aos quais já se encontravam em difícil situação antes do desastre em relação a renda, e beneficiários de programas sociais de inclusão que houve um agravamento da situação social após o desastre ocorrido, conforme exposto na 6ª reunião ordinária do CIF, do dia 19/09/2016.

As indenizações e auxílios que são de responsabilidade da CTOS em fiscalizar denota a importância que tais dispositivos possuem para a garantia mínima de subsistência por parte dos afetados. Este auxílio não pode ser considerado como benefício, mas sim como um direito, e que a população requerente foi vítima e lesada através de um desastre ambiental e que não há garantias futuras de que suas vidas sejam reestabelecidas em relação as condições sociais, econômicas, psicológicas, cognitivas e ambientais.

A Nota Técnica 017/2017/CIF-CTOS estabelece penalidades tanto ao descumprimento da deliberação de nº 58 que se refere ao não reconhecimento de locais atingidos pelo rejeito de lama e que estavam desassistidas pela Fundação e deliberação de nº 93<sup>38</sup> complementa a deliberação de nº 58 no sentido de informar a Fundação o seu descumprimento e que as áreas que outrora não estavam assistidas pelos programas acordados no TTAC devem ser imediatamente atendidas.

A deliberação de nº 93 foi emitida baseada nos relatos da Defensoria Pública da União (DPU) em relação as localidades desassistidas. A Renova em resposta afirmou que estava

---

<sup>37</sup> Atribuições preconizadas no Artigo 3º, inciso 1º do Regimento Interno do Comitê Interfederativo.

<sup>38</sup> Fonte, ver Deliberação de nº 93. Disponível em: [https://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2017/cif-2017-08-04-deliberacao\\_93.PDF](https://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2017/cif-2017-08-04-deliberacao_93.PDF). Acesso em 18/04/2018.

elaborando um “plano de atendimento” para essas áreas. Todavia, dada a urgência solicitada pela CTOS devido a situação de calamidade vivida pelos moradores das localidades. Conforme a NT 017/2017/CIF-CTOS esses moradores não haviam recebido nenhum “plano de atendimento as novas áreas nem tampouco o número de pessoas cadastradas na segunda campanha do cadastro integrado (cadastros feitos entre abril e outubro de 2017)” (BRASIL-CIF, 2017, p. 03), haviam sido feitos.

Através das Notas Técnicas aqui analisadas podemos verificar que a atuação da CTOS, e sobretudo do GIRD os anseios e manifestações por parte das vítimas do desastre, são levados em conta, bem como, buscam garantir seus direitos conforme acordados por meio do TTAC. Vale ressaltar, que nos documentos analisados o foco principal tratou as pessoas no sentido individual e não em famílias. Entretanto, a documentação que será exposta a seguir, a instituição família está muito presente, o que mostra um caráter contraditório em relação a escassez da discussão nas Notas Técnicas em relação a família. A Renova em seus relatórios cita o termo famílias, pois a partir da composição familiar é que se estrutura a lógica da implementação dos programas de cadastramento, sobretudo do auxílio emergencial.

#### **4.3 Aspectos relativos ao Cadastramento, Auxílio Emergencial, Indenização, Ressarcimento e suas características**

Discorrer acerca dos aspectos relativos aos dispositivos de cadastramento e por conseguinte sobre o auxílio emergencial, indenizações e ressarcimento se faz necessário, haja vista que se tratam de importantes variáveis oriundas do objeto estudado. Nesse aspecto, a caracterização dos programas nos dará uma dimensão da atuação e gestão por parte da Renova, frente ao exposto no TTAC e sua relação com os impactados. Vale ressaltar que tais aspectos por se tratarem de programas eminentemente financeiros, não podem ser tratados puramente como tal, pois existem questões que extrapolam a lógica financeira. Os programas possuem relação e interferência em relação a dignidade e autonomia dos impactados, bem como nas relações que subjazem o dinheiro e o que ele representa.

Os programas trazem consigo aspectos simbólicos que divergem da lógica racional e corporativa da Fundação Renova, que culminam em novos processos interacionais não explicitados e considerados pela Fundação. Todavia, o presente tópico possui caráter descritivo dos programas a fim de caracterizar o contexto em que se inserem o objeto de

estudo dessa pesquisa. Além do mais, através da caracterização dos programas entenderemos como circunscvem as interações sociais presentes nas famílias impactadas.

Nesta seção estarão expostos os procedimentos burocráticos formulados pela Renova para implementar os programas de cadastramento, ressarcimento e indenização. Por meio desta descrição será possível visualizar conexões expressas nas Notas Técnicas discutidas na seção anterior, essa caracterização demonstrará a forma como a Fundação Renova trabalha para alcançar os objetivos propostos pelo TTAC em relação aos programas que visam reparar, mitigar e compensar os danos causados pelo rompimento da barragem.

#### **4.3.1 Cadastramento<sup>39</sup>**

O dispositivo tem como objetivo caracterizar a população atingida, bem como fazer um total levantamento dessa população, o cadastro se dá por meio de pessoas físicas e jurídicas por meio das micro e pequenas empresas. Por meio deste monitoram-se aspectos socioeconômicos das famílias e dos municípios atingidos. Também, o aspecto normativo o dispositivo tem como objetivo levantar dados relativos aos impactos “sociais, culturais, econômicos ou ambientais”.

A Fundação Renova formula e implementa o cadastramento através de fases, para isso estabeleceu a metodologia de aplicação de cadastro estruturado em dois módulos. A primeira fase se caracteriza pela aplicação do formulário, com intuito de fazer o levantamento socioeconômico das famílias. Nesse sentido, em tal fase os entrevistadores aplicam os questionários verificando os dados dos possíveis impactados. Os profissionais que coletam tais informações dispõem de um questionário extenso, contendo 578 páginas e possuindo 34 módulos<sup>40</sup>. A equipe da fase dois será responsável por aplicar as questões relativas a propriedade dos entrevistados no que tange ao cadastro físico. Entretanto, tais fases se caracterizam pela aplicação do questionário como prerrogativa de coleta global de dados socioeconômicos e físicos dos atingidos.

A etapa denominada indexação é um processo que se insere dentro das duas fases anteriores acima como parte do processo de identificação das propriedades. Para cada uma

---

<sup>39</sup> As informações extraídas deste tópico se resume ao relatório detalhado das fases de aplicação do cadastro integrado, por meio do site da Renova: <http://www.fundacaoRenova.org/wp-content/uploads/2016/11/4.-passo-a-passo.pdf>. Acesso em 18/04/2018.

<sup>40</sup> Fonte, ver Cadastro integrado: [http://www.fundacaoRenova.org/wp-content/uploads/2017/07/2-formulario-de-cadastro-integrado\\_250717.pdf](http://www.fundacaoRenova.org/wp-content/uploads/2017/07/2-formulario-de-cadastro-integrado_250717.pdf). Acesso em 18/04/2018.

delas é inserido um “código alfanumérico”, a fim de que sejam inseridas em um banco de dados em uma base de georreferência por meio dos dados coletados pelo formulário do cadastro. A etapa denominada mobilização se dá pela atuação da equipe de técnicos que através de fichas de entrevistas e mapa cadastral, fazem agendamento prévio para cadastramento. O tempo de coleta de informações é estimado em três horas para os levantamentos socioeconômicos e uma hora para o cadastro físico. A empresa *Synergia* ligada a Fundação Renova, é responsável pela logística de levantamento e cadastramento dos impactados.

Depois de todo o processo da fase 1 e 2, a documentação é entregue a Fundação Renova pela empresa *Synergia* a fim de validação. Atualizando para a data de 16/05/2019, cerca de 54.266 solicitações de cadastro, sendo que 31.964 foram enviados ao CIF, do qual foram aprovados cerca de 26.485 pelo Comitê Interfederativo<sup>41</sup>.

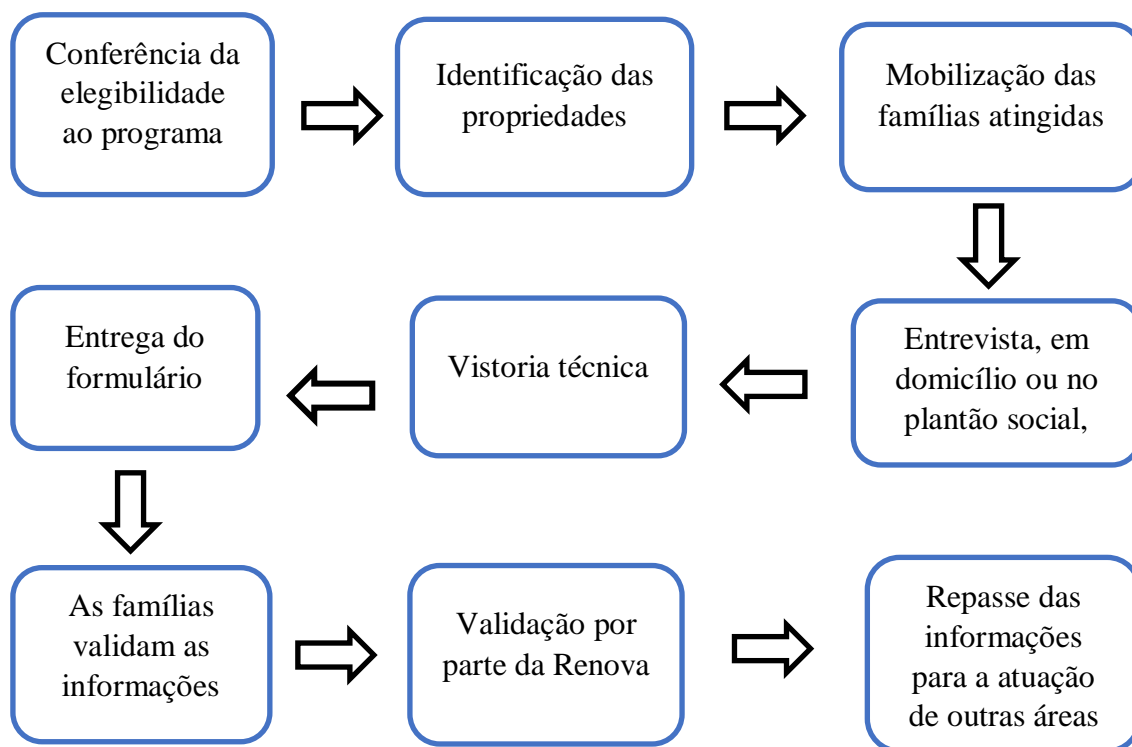
Em relação aos povos indígenas existe uma especificidade em relação ao cadastramento que se dá diretamente com a comissão de caciques, é de sua responsabilidade repassar a quantidade de famílias atingidas a fim de receber o auxílio emergencial. Atualmente 905<sup>42</sup> famílias das comunidades indígenas são cadastradas no programa, sendo que um novo acordo está sendo costurado pelos caciques e demais lideranças para que esse número seja ampliado para 1125 famílias assistidas pelo auxílio emergencial.

---

<sup>41</sup> Fonte, ver principais indicadores: <http://www.fundacaoRenova.org/programa/cadastro-dos-impactados/>. Acesso em 16/05/2019.

<sup>42</sup> Fonte: AITG – Associação Indígena Tupinikim-Guarani.

Quadro 1: Etapas do cadastramento integrado



Fonte: Elaboração própria a partir da página: Fundação Renova/Conheça todas as etapas do Cadastro Integrado. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/programa/cadastro-dos-impactados/>, acesso em 18/04/2018.

### 4.3.2 Auxílio Emergencial

O auxílio emergencial é definido na cláusula 137 do TTAC se caracteriza como um meio de subsistência disponível as famílias atingidas pelo desastre e que tiveram a sua fonte de renda comprometida. O critério estabelecido pelo Termo e seguido pela Fundação Renova consiste em um auxílio mensal de um salário mínimo acrescido 20% por dependente econômico, conforme cláusula 138 do termo. O critério para o recebimento consiste no cadastro efetivado por parte da Fundação Renova. Com a documentação comprobatória alegando a necessidade de tal benefício. Segundo o relatório datado em dezembro de 2017 cerca de 19.720 pessoas estão assistidas entre titulares e dependentes (RENOVA, 2017, p. 144)<sup>43</sup>.

Vale ressaltar que o objeto de pesquisa trata das famílias Tuninikins da região de Caieiras Velha em Aracruz-ES, por se tratar de povos indígenas o pagamento dos auxílios se dá de maneira distinta das demais localidades atingidas, bem como, o cadastro feito pela Fundação.

<sup>43</sup> Fonte, ver PG021 Auxílio Emergencial: [http://www.fundacaoRenova.org/wp-content/uploads/2018/01/relatorio-mensal-de-atividades\\_dezembro\\_v02.pdf](http://www.fundacaoRenova.org/wp-content/uploads/2018/01/relatorio-mensal-de-atividades_dezembro_v02.pdf). Acesso em 22/04/2018.

O pagamento do auxílio emergencial é feito diretamente a comissão de caciques e as lideranças indígenas e após o pagamento feito pela Fundação o valor é distribuído pelas famílias da comunidade, conforme descrito no capítulo anterior.

#### 4.3.3 Ressarcimento e Programa de Indenização Mediada (PIM)

O programa em questão caracteriza-se como um dos dispositivos que visa reparar, compensar e mitigar os danos causados a população impactada. Após o cadastro concluído, o atingido que foi identificado pela Fundação Renova comparecerá em um dos escritórios denominados *Centro de Indenização mediada*, para realizar a mediação entre as partes, que segundo o TTAC pressupõe um acordo “transparente” e “objetivo”.

O programa dispõe de uma matriz de danos onde estão elencados os valores aos quais devem ser pagos a partir do prejuízo causado pelo desastre.<sup>44</sup> Embasado em tal matriz a Fundação estabelece os valores a serem ressarcidos e indenizados a população atingida. No começo do programa haviam duas frentes, como se refere a citação a seguir:

O PIM está subdividido em duas frentes principais, quais sejam, (a) a indenização por danos da água (DA), às pessoas que residiam em cidades e distritos onde, em novembro de 2015, como consequência direta do Desastre, a captação de água potável ficou ininterruptamente suspensa por mais de 24 (vinte e quatro) horas, causando impacto no abastecimento e distribuição de água e (b) indenização por danos gerais (DG), que contemplam todos os demais danos sofridos pela população impactada conforme lista e matriz de danos aprovada pela CTOS e CIF. (ROSSONI, 2017, p. 03)

Entretanto, atualmente o programa de indenização por danos da água encontra-se encerrado. Até maio de 2017, mais de 140 mil pessoas haviam sido atendidas nos escritórios de indenização mediada em relação a pessoas atingidas por danos na água, onde se indenizou 44.920 pessoas (ROSSONI, 2017, p. 20). O PIM por meio de indenização de danos gerais, contemplam todas as características de acordo com a matriz de danos em que se baseiam para o pagamento dos planos (IDEM, 2017, p. 06)

Todavia, a Fundação encontrou inúmeras dificuldades na implementação do programa, haja vista a burocratização exercida, e os documentos comprobatórios exigidos para atestar os danos sofridos. Desse modo, as três premissas que caracterizam a políticas indenizatória por

---

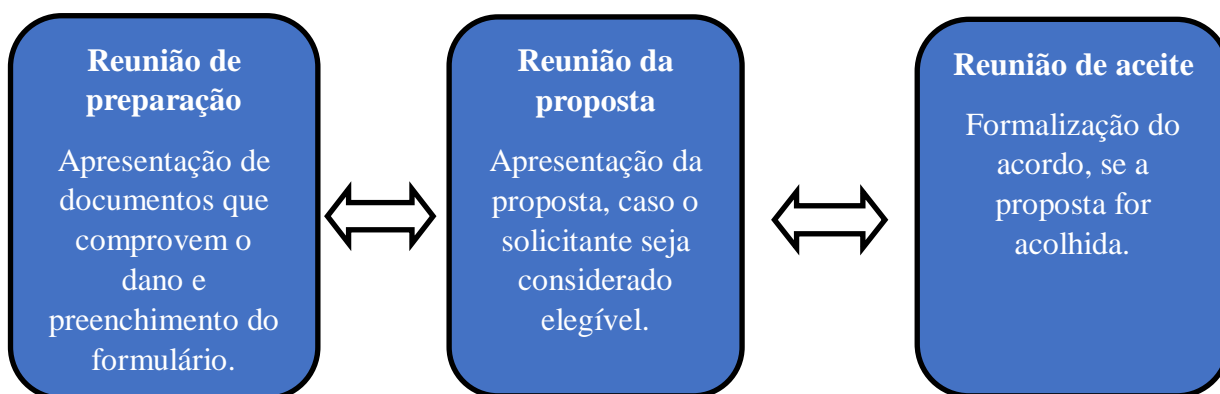
<sup>44</sup> Fonte, ver Matriz de danos: [http://www.fundacaoRenova.org/wp-content/uploads/2017/11/588\\_dg\\_matrizdedanos\\_06022018.pdf](http://www.fundacaoRenova.org/wp-content/uploads/2017/11/588_dg_matrizdedanos_06022018.pdf). Acesso em 22/04/2018.



meio de danos gerais que são *danos morais, danos materiais e lucro cessante* conforme exposto na Nota Técnica 015/2017/CTOS, exprimem a complexidade e magnitude dos danos. Ademais a matriz de danos evidencia inúmeros elementos característicos que são passíveis de indenização. A fase 01 dos cadastros por Danos Gerais (DG) em 2017, foram contempladas cerca de 13.921 famílias (ROSSONI, 2017, p. 22).

De acordo com a Fundação Renova, o processo de mediação, se dá de acordo com os parâmetros previamente acordados com as entidades públicas. Desse modo, o processo é composto por três indivíduos: *um representante da Fundação Renova, um “mediador imparcial e independente” e o impactado*. A tabela a seguir, ilustra as fases a partir do agendamento.

Quadro 2: Fases do processo de indenização mediada (PIM)



Fonte: Elaboração própria a partir da página: Fundação Renova/Indenizações – Passo a passo. Disponível em: <https://www.fundacaorenova.org/indenizacoes/>, acesso em 23/04/2018.

O PIM é composto por cinco blocos de participantes, além da Fundação Renova o CIF também está presente como fiscalizador das ações, seguido pelo coordenador de mediação que se trata de um “especialista independente, com formação jurídica e experiência na gestão de processos similares” em que sua responsabilidade está na implementação do programa e a garantia de sua isonomia.

A divisão da assistência é uma equipe chefiada pelo coordenador da mediação, ao qual a divisão é responsável por atender os solicitantes da indenização, bem como informa-los acerca de tudo o que está relacionado ao PIM. Essa divisão conta com um secretário executivo que é o responsável por fiscalizar a equipe e o seu regimento interno e avaliadores neutros que são responsáveis por auxiliar os requerentes em relação a documentação exigida.

A divisão da assistência conta com profissionais que não foram atingidos pelo desastre e que são considerados “neutros” e “isentos” no processo.

Seguindo o conselho consultivo do PIM que é composto por quatro membros que não possuem vínculo com a Fundação Renova. Nesse sentido o conselho tem como intuito de esclarecer dúvidas trazidas pelo coordenador da mediação, acerca de eventualidades no processo de mediação, e formula “pareceres não vinculantes as consultas formuladas pela Coordenador da Mediação, não criando obrigações aos impactados ou a Fundação.”<sup>45</sup>

Em relação a população indígena de Caieiras Velha e demais territórios Tupinikim da região de Aracruz, três anos após o rompimento da barragem de Mariana-MG não foi implementado o PIM, sendo que os dispositivos relacionados ao ressarcimento e indenização dos atingidos somente o cadastro e o auxílio emergencial foram implementados.

#### **4.4 A relação entre a Fundação Renova e população afetada**

Desde as ações emergenciais iniciais implementadas pela Samarco e demais empresas era nítido o total desconhecimento que os desdobramentos do rompimento da barragem iriam causar para a população das localidades atingidas. A assinatura do TTAC, em março de 2016, e conseqüentemente a criação das instituições reparadoras do desastre, os mecanismos criados pareciam ser insuficientes perante a devastação causada pelos rejeitos de lama.

Através do estudo etnográfico e da análise das Notas Técnicas emitidas pelo CIF/CTOS verifica-se a desconexão entre o discurso e a prática, o que estava em parâmetros normativos e na realidade das localidades. O diálogo entre a Fundação Renova e as famílias das localidades atingidas sob a regulação do TTAC no dão a magnitude de que o processo de reparação, mitigação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG em novembro de 2015, pareceria cada vez mais distante.

Este tópico tem por objetivo de evidenciar os encontros e os desencontros entre órgãos reguladores, representados pelo CIF, a Fundação Renova e a população afetada a fim de verificar os discursos, focalizando na questão das famílias e a implementação do cadastramento, ressarcimento e auxílio emergencial. Os encontros referem-se a duas reuniões ocorridas em diferentes espaços de tempo. O primeiro deles ocorrido em 2016 bem no começo do desastre em que não se tinha a total dimensão das conseqüências e o segundo deles

---

<sup>45</sup> Fonte, ver Quem faz parte/Conselho Consultivo do PIM: <http://www.fundacaoRenova.org/indenizacoes/#modal-4>. Acesso em 23/04/2018.

ocorrido em agosto de 2018, em que o debate está em torno dos programas já implementados (ou não) e de suas contradições e deficiências.

O primeiro encontro citado se trata de uma audiência pública que foi organizada pelo Ministério Público (MP) com a presença de caciques das aldeias indígenas e demais moradores da região atingida no município de Aracruz-ES. Neste encontro o debate se concentrou, a princípio, na necessidade de viabilizar estudos de impacto para assim formular ações que visavam reparar os moradores da região dos prejuízos até então causados pelo rejeito de minério de ferro.

O debate concentrou-se nos relatos do povo indígena e de sua angústia acerca do futuro que lhes esperava frente a nova realidade imposta pelas empresas. A priori não se tinha total dimensão do dano, tampouco a estrutura institucional voltada especificamente para as questões relacionadas ao desastre, respondiam de forma suficiente as demandas ali expostas.

Nesta reunião, a temática se concentrou no pagamento do auxílio emergencial que até então não havia sido implementado nas localidades indígenas. O Ministério Público deu a entender que não havia necessidade até então da implementação dessas ações devido a carência de estudos que comprovassem o dano causado, pois segundo o procurador (como está sendo mencionado nas descrições) a necessidade de estudos de impacto é necessária a fim de que se formule ações que resultem positivamente nas comunidades. O relato a seguir se trata de uma indagação feita por uma indígena em relação a razão pelo qual a região não foi naquele período contemplada pelo pagamento do auxílio emergencial.

[...] Sobrevivendo com R\$ 731,00 reais que a Samarco está repassando, então se muitas famílias estão sobrevivendo desses R\$731,00 reais, porque que nós não temos direito a esse emergencial que tanto foi pedido aqui? Foi dito que não são os caciques que estão pedindo, é a comunidade, os caciques eles nos apoiam por quê? Porque eles sabem das nossas necessidades, é igual eu mencionei aqui, tem famílias que só estão sobrevivendo com R\$ 731,00 reais, agora o senhor me responde como que uma família vai viver com R\$ 731,00 reais se ele tiver dois, três, quatro filhos? Ninguém tem culpa de quantos filhos a família tem, mas e aí, como que vive?

Esse relato converge com o estudo etnográfico que detectou, através dos relatos obtidos, a referência de R\$ 731,00 reais, cifra que foi distribuída por todas as famílias indígenas da comunidade de Caieiras Velha por um longo período de tempo. Nota-se a angústia da senhora que questionou os representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública em razão da não implementação do auxílio emergencial. Logo após essa indagação a mesma senhora

exemplifica a própria realidade como forma de justificar a sua indignação perante ao não pagamento do auxílio emergencial que a priori visava resguardar as famílias atingidas de terem uma renda para o sustento de toda a família. Citou a filha que acabara de fazer o ENEM e naquela época ela e o marido não tinham condições de ajudar a filha com os estudos pelo fato dele estar desempregado e de não terem renda suficiente para ajudá-la.

Também levantou o receio que tinha com relação as drogas e envolvimento da juventude que não tinha ocupação e de como isso estava angustiando as famílias, pelo fato de que com o desastre muitas ocupações foram prejudicadas e as famílias ficaram desassistidas em vários aspectos. A questão levantada demonstra a gravidade da situação na época em que as ações de reparação na região de Caieiras Velha era apenas uma remota miragem. Outro trecho do mesmo relato a indígena, reforça o pedido do emergencial e uma providencia por parte das autoridades que estavam presentes.

[...] Porque com esse emergencial nós podemos ajudar nossos filhos, nós podemos providenciar um social melhor, então quer dizer, são situações que as vezes são ditas e que muitas vezes muitos vem aqui ‘pra’ frente, como eu, apenas para desabafar e eu gostaria muito de fazer essa pergunta e gostaria muito que respondesse essa pergunta, se a gente vive nessa situação, eu vou dizer critica dentro das aldeias pra muitos, por que então nós não temos direito ao emergencial? Devido a fala de muitos aqui, esse emergencial não ajudaria muitas famílias? Porque muitos projetos ali foram passados, mas muitos infelizmente eles não virão, são projetos aqui que foram mencionados a curto, médio e longo prazo, e aí? E o emergencial? Então deixando bem claro, não são os caciques que estão pedindo, são as comunidades, porque cada um aqui eles sabem da sua necessidade, eles sabem da sua condição e quanto as empresas, as empresas passassem muitas delas e tirassem um dia ‘pra’ poder viver a vida de índio, eles iriam ver muito bem como é essa vida de índio.

No período da presente reunião ainda se discutia a necessidade ou não da implementação do programa de cadastramento e assim o pagamento do auxílio emergencial as famílias. Nota-se que a partir dos trechos relatados pela senhora indígena podemos identificar a morosidade não só por parte das empresas gestoras dos programas de reparação, mas também dos órgãos reguladores do Estado, alí representados pelo Ministério Público e a defensoria pública em que naquele contexto entendiam que não haveria a necessidade do emergencial.

O último trecho citado do relato da senhora demonstra que a população indígena estava a par dos programas de compensação, reparação e mitigação acordados entre a Samarco e o Estado. Todavia, a partir desta fala podemos entender que a luta naquele contexto se tratava

em provar para as instituições reguladoras representadas pelo CIF e a Samarco que o rejeito de lama da barragem de Fundão em Mariana-MG havia afetado em profundidade os povos indígenas. O conhecimento por parte dos caciques, lideranças e demais moradores dessas localidades demonstra que não é de hoje que os indígenas da região de Aracruz-ES possuem uma relação estreita e conflituosa com conglomerados empresariais, em face desta histórica relação os indígenas sabem mobilizar-se em períodos críticos.

Nesse sentido, as empresas chamadas ao debate se limitavam em somente dizer que não tomariam nenhuma decisão unilateralmente e que as demandas ali expostas pela comunidade teriam de seguir os trâmites legais, pois, segundo eles não se podia fazer nada fora do escrutínio da lei. O MP e a FUNAI estariam como mediadores dessa discussão a fim de que as demandas levantadas fossem minimamente atendidas pelas empresas que causaram o dano, vale ressaltar, que continuamente utilizaram a palavra diálogo para justificar a necessidade de mais encontros com objetivo de encontrar um denominador comum para as ações serem implementadas na região.

Essa atitude do MP e da Samarco pode ser entendida como postergamento das ações, em detrimento da qualidade de vida da população indígena que teria de esperar as ações se materializarem, de maneira que essa morosidade traria consequências negativas para a comunidade indígena como um todo, pois o desastre é algo contínuo e não estático, os desdobramentos viriam, pois, esse é o processo. Com isso, as famílias ficariam desassistidas pelas ações de reparação acordadas até que se tenha uma comprovação técnica de que ocorreu de fato o impacto. O relato a seguir é de um cacique presente na audiência questionando a posição das empresas em relação ao atendimento aos povos indígenas.

[...] A gente 'ta' aqui, não 'ta' de brincadeira, estamos aqui para discutir, dialogar, mas só que não está chegando no ponto que as comunidades precisam, né ô comunidade? Aqui, o Ministério Público colocou que não vai apoiar o recurso passar nas mãos das famílias, vocês ouviram, e nós estamos aqui com o presidente da FUNAI que hoje de manhã falou que vai apoiar todas as reivindicações das comunidades, em Sr. Presidente? O emergencial é um bem legal, porque nós temos direito, eu vou colocar um pouquinho de exemplo, se nós construímos uma cabana no sítio de vocês, será que vocês vão permitir isso, sem cobrar nada? É isso que está acontecendo no nosso território, que hoje nós temos as empresas aí que estão usando o nosso território, por que que hoje nós estamos aqui discutindo e até o Ministério Público não estão apoiando a decisão da comunidade? Se nós não chegar nesse ponto de nós chegar entender as comunidades, acho que nós vamos partir de novo pra guerra, não brigar com armas, mas vamos lutar como nós sempre lutamos, pra

conseguir as melhorias ‘pras’ nossas comunidades, como na saúde, como na educação, porque as empresa não está dando de graça, porque estão usando nosso território, é isso que eu queria colocar e esse emergencial tem que ser feito pra nossas comunidade, então é isso que eu queria colocar, em se não hoje as autoridade de vocês, nós somos autoridade, nós caciques estamos aqui brigando em prol das nossas comunidades, então, isso que eu queria colocar e nós temos que chegar no que as comunidades querem e eu quero que, eu já falei na reunião da comissão, o Ministério Público para pensar, que nem o cacique Toninho tinha colocado, nós não estamos aqui pedindo migalha, nós estamos cobrando nosso direito da nossa comunidade.

Dada a conjuntura da audiência pública da época em que o futuro era de fato incerto e um misto de indignação, medo e revolta moldavam o comportamento e os sentimentos ali presentes. A comunidade indígena representada pelas lideranças, caciques e demais moradores representados principalmente pelo relato da senhora acima demonstra que a conquista do então auxílio emergencial era uma questão de sobrevivência da comunidade como um todo.

Historicamente para a população indígena da região de Aracruz-ES, a conquista dos seus direitos se dá através da luta e mobilização. As relações em torno da mobilização e da luta se dá através de uma junção entre a articulação entre as famílias que se espelha nas lideranças e consequentemente na comissão de caciques, pois, o papel das famílias nesse contexto é importante no sentido de que o emergencial prioriza a composição familiar como metodologia de distribuição de recursos.

Vale ressaltar, que através da mobilização do cacicado, das lideranças e consequentemente das famílias, a conquista do auxílio emergencial se deu somente em abril de 2017. O encontro a seguir trata de um contexto em que o auxílio emergencial já havia sido implementado, as pautas dessa audiência ainda respaldam em antigas solicitações por parte da comunidade indígena e uma nova adequação dos auxílios emergenciais, bem como, a correção da forma com que esse dispositivo tem sido implementado na região.

O segundo encontro foi organizado pelo CIF, Câmara Técnica Indígena e Povos Tradicionais (CTIPCT), Defensoria Pública da União, Fundação Renova e comissão de caciques da região de Aracruz-ES, realizado em 09/08/2018. O encontro teve como objetivo, além de um contato pessoal entre o CIF/CTIPCT e a comunidade indígena, (segundo o CIF/CTIPCT o contato entre ambos se resumia a mensagens via WhatsApp) por isso os dois dias e meio visava esse contato. Isso demonstra a ausência do CIF na comunidade indígena,

bem como, que esse contato se deu de maneira que o CIF/CTIPCT não está em sintonia com a população indígena, sendo que a Câmara Técnica em questão é totalmente voltada para as populações indígenas e tradicionais. Nesse encontro também foram convidados os índios Krenak e o povo Quilombola da região.

Figura 12 – Reunião entre CIF/CTIPCT e Indígenas na Aldeia Pau-Brasil em Aracruz/ES



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Cabe salientar que o referido encontro se deu após a promulgação do novo acordo, celebrado pelo poder público em 25 de junho de 2018 denominado de “TAC Governança”<sup>46</sup>. O termo consiste em um novo rearranjo nas estruturas internas dos componentes dos órgãos representados pelo CIF e CTs e a Fundação Renova. Um dos objetivos é estimular a participação social da população atingida, sobretudo na criação de mecanismos em que os afetados terão voz ativa em aspectos voltados para a reparação dos danos causados, bem como, da atuação da Renova em relação a implementação dos programas de reparação, mitigação e compensação.

O acordo contém 116 cláusulas em que inclui inovações, entre elas está a disponibilidade de assessorias técnicas a população atingida a fim de dar suporte técnico para determinados assuntos que necessitam de um olhar específico, a inclusão das denominadas Comissões

<sup>46</sup> Fonte, ver Termo de Ajustamento de Conduta em: [http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/tac-gov/2018-06-25-cif-tac\\_governanca.pdf](http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/tac-gov/2018-06-25-cif-tac_governanca.pdf). Acesso em 18/10/2018.

Locais, que consiste em fóruns de participação social das populações das localidades atingidas, ao todo serão 19 comissões espalhados pelas localidades em que priorizarão moradores locais na sua composição (MPF-TAC, 2018).

Nesse contexto também será implementado o fórum dos observadores que se caracteriza pelas participações plurais, representadas pela “sociedade civil, grupos acadêmicos e pessoas atingidas. Todas essas especificidades não estavam contidas no termo anterior celebrado em março de 2016. Podemos interpretar como uma resposta a ineficiência das ações implementadas até a data anterior. A homologação do TAC – Governança corrobora com as evidências levantadas por essa pesquisa em relação aos problemas derivados do TTAC.

As diversas reivindicações das comunidades indígenas foram evidenciadas no contexto em que um dos aspectos do novo acordo visa um “aprimoramento dos mecanismos de participação das pessoas atingidas” (MPF-TAC, 2018, p. 04), sobretudo a atuação da Fundação Renova especificamente em relação ao cadastramento, do auxílio emergencial e das indenizações nas comunidades indígenas. Nesse sentido as solicitações expostas se resumiam em incluir novas famílias ao programa de auxílio emergencial e o seu reajuste, a conclusão dos estudos de impacto, a implementação dos programas contidos no TTAC que ainda não são realidade na região, a inclusão de um núcleo indígena dentro da Renova e aspectos relativos a questão hídrica (Aldeia de Comboios).

Esse segundo encontro tratou novamente pauta relativa aos auxílios emergenciais e da solicitação por parte dos indígenas para o cumprimento do acordo. Foi dada a comissão de caciques autonomia na escolha de novas famílias e que essa premissa seria acatada pela Renova. Até então não ocorria, ou seja, a Fundação não respeitava a autonomia dos indígenas e sua autodeterminação no levantamento do total de famílias a receber o auxílio emergencial, pois não cabia nenhum órgão validar a inclusão de novas famílias. Nesse aspecto a comunidade indígena reivindicava a extensão do total de beneficiários de 905 para 1125 famílias assistidas e que um novo acordo seria assinado mediante a pronta inclusão das famílias que até então estavam desassistidas pelo programa de cadastramento.

O acordo anterior entre os índios e a Renova findava em agosto de 2018. Para que as famílias pudessem estar incluídas no novo acordo, este teria de ser feito antes da renovação do anterior, para que, a partir de setembro com o novo acordo assinado, todas as famílias das comunidades indígenas estejam assistidas pelo programa.



Dentro dessa pauta também está a solicitação por parte dos caciques da extensão do prazo de Renovação dos acordos de 12 para 24 meses, além da implementação do PIM indígena com data de conclusão a fim de evitar mais atrasos. Existe uma distorção na implementação dos auxílios emergenciais. Na aldeia de comboios o pagamento está em torno de dois salários mínimos, além dos 20% por cada membro familiar, sendo que nas demais comunidades o valor é o acordado pelo TTAC de um salário mínimo e 20% por cada membro familiar<sup>47</sup>. Nesse sentido, as demais comunidades solicitavam a equiparação com o acordo de comboios por entender que o território indígena foi afetado de maneira igual e que, portanto, não deveria haver diferenças de uma comunidade para outra.

Podemos entender que através da tentativa da Fundação Renova em fatiar os acordos e diferenciar as aldeias cria atritos entre as lideranças e os caciques da região de maneira que os conflitos que surgem a partir daí servem de cortina de fumaça a fim de que a morosidade por parte da Fundação continue e as múltiplas demandas não sejam atendidas. Esse aspecto foi detectado no estudo etnográfico em que os indígenas tinham a total consciência desta manobra e, portanto, estavam articulando maneiras de que a mobilização não se desviasse para assuntos internos.

Em relação a autodeterminação dos indígenas em incluir novas famílias e que isso não era respeitado pela Renova, podemos entender que a Fundação não está cumprindo os termos acordados, sendo que essa premissa segundo o agente da FUNAI estava esgotada pelo fato de que a cláusula era bem clara nesse sentido, baseando-se na convenção 169.<sup>48</sup> Esse dispositivo gera “direitos e deveres, pertença ao território, políticas públicas a partir do reconhecimento da identidade”. Vale ressaltar que as comunidades indígenas já haviam reivindicado esse direito por ofício a Fundação, porém sem resposta, as solicitações ficavam retidas em exigências burocráticas que acabavam protelando uma resposta por parte da Fundação a respeito dos encaminhamentos feitos pela comunidade indígena.

O posicionamento do CIF em relação a inclusão de novas famílias é de que essa demanda seja feita por um fluxo contínuo que considerasse a realidade atual da comunidade, respeitando a autonomia indígena e sua autodeterminação, sendo que tal posicionamento foi

---

<sup>47</sup> Ver cláusula 10, Parágrafo Segundo do TTAC. (BRASIL – TTAC, 2016).

<sup>48</sup> A Convenção 169<sup>o</sup> da Organização Internacional do Trabalho (OIT) se caracteriza como um importante mecanismo institucional que garante aos povos indígenas inúmeras premissas relacionadas a sua autodeterminação, focalizando nos direitos culturais, sociais e econômicos em que compõem um total de 44 artigos. Essa garantia foi homologada em 26/06/1989 na 76<sup>a</sup> Conferência Internacional do trabalho (OIT, 2011).

descrito na deliberação de nº 169<sup>49</sup>. Tanto o CIF quanto a CTIPCT estavam presentes com objetivo de mediar o debate e levar as demandas expostas para deliberação a fim de que elas sejam analisadas pelos órgãos, tudo foi descrito através de ata com esse objetivo.

Através dos diversos relatos feitos pelos caciques e representantes das aldeias, sobretudo a de Caieiras Velha, é nítido que após três anos do rompimento da barragem as ações que foram acordadas em março de 2016 pelo TTAC ainda não haviam sido implementadas, aliás nem o programa do cadastramento havia sido respeitado em sua magnitude, dado a não implementação do PIM na região. Além do mais, a forma de como a Renova se relaciona com a comunidade indígena demonstra que tem sido insuficiente em suas ações.

Os outros programas que estão relacionados a aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais e de saúde pública não são realidade nas comunidades indígenas, sendo que esse aspecto foi relatado pelos representantes que ali estavam presentes na reunião do dia 09/08/2018<sup>50</sup>. Por meio desses relatos podemos constatar que os indígenas têm conhecimento desses programas, dada a mobilização contínua e participação de inúmeras reuniões em que esse tema juntamente com a pauta relacionada as demais ações da Fundação Renova e o seu temor em relação ao futuro, mesmo tendo consciência de que o acordo prever que as ações deverão reparar, mitigar e compensar a população indígena pelos efeitos causados pelo rejeito de minério de ferro.

Entretanto, historicamente a população indígena luta contra interesses daqueles que expropriaram seu território com objetivos extrativistas e colonialistas, nesse sentido, eles têm a total convicção de que para que as ações de reparação, mitigação e compensação se tornem realidade somente através da contínua mobilização e da articulação entre as comunidades,

---

<sup>49</sup> A deliberação de nº 169 preconiza a inclusão de famílias do povo indígena Krenak ao programa de cadastramento que foram referenciadas pela Nota Técnica de nº 08/2018/CTIPCT/CIF em que evoca a convenção 169<sup>o</sup> resguardando a autodeterminação do povo indígena. (BRASIL – CIF, 2018). Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/deliberacoes/2018/cif-deliberacao-169.PDF>. Acesso em: 18/10/2019.

<sup>50</sup> Conforme exposto no TTAC na subseção 1.3 – Programa de proteção e recuperação da qualidade de vida dos povos indígenas – onde são direcionados um conjunto de programas para os povos indígenas, especificamente entre as cláusulas 39 a 42 se tratando dos povos indígenas de um modo geral e cláusula 44 se tratando diretamente dos povos indígenas Tupinikim e Guarani. Dentre o que foi preconizado pelo acordo está o respeito as especificidades sociais, e culturais das comunidades indígenas; A participação dos indígenas em relação a elaboração dos programas com a mediação de órgãos como a FUNAI e a SESAI em todas as suas fases. Em relação a cláusula 44, cabe salientar que o inciso III preconiza a realização de estudos para dimensionar os impactos socioambientais e socioeconômicos do desastre sobre o povo indígena. Todos os aspectos relacionados aos programas e projetos direcionados para os povos indígenas estão inseridos na subseção 1.3, entretanto, a cláusula 45 estabelece que esta especificidade não exclui os povos indígenas dos demais programas contidos no TTAC, “salvaguarda aqueles incompatíveis, nos termos do programa”. (BRASIL – TTAC, 2016).

lideranças e caciques a fim de que seus direitos sejam respeitados e que de fato o que está escrito seja respeitado.

Em relação a Fundação Renova que também estava presente na reunião foi nítida que procurou estabelecer um discurso de diálogo e cordialidade perante os presentes, as diversas indagações feitas pelos representantes indígenas sob acompanhamento do CIF/CTIPCT. Argumentaram que a Fundação é nova e que ela precisa da ajuda da comunidade para que as ações de mitigação não se transformem em dificuldades. O representante da Fundação deixou claro o conhecimento por parte da Renova em relação aos ofícios e encaminhamentos feitos pelas lideranças indígenas relacionada a inclusão de novas famílias e outros aspectos relacionados ao programa de cadastramento, ressarcimento e indenização dos afetados.

Entretanto, não ficou clara a posição da Fundação em relação a essas reivindicações. A resposta viria após a reunião, porém no estudo etnográfico datado em setembro de 2019 a Fundação esteve presente na comunidade de Caieiras Velha com a pauta estava relacionada ainda com a renovação do Acordo e as demais demandas da comunidade que foram expostas no encontro de agosto. Passados mais de um mês a morosa atuação da Fundação se faz presente de maneira proposital, resguardados de sua lógica burocrática, racional-empresarial em utilizar os recursos de forma austera em detrimento da qualidade de vida da população das comunidades indígenas que tiveram seu modo de vida totalmente modificados dada as circunstâncias ocasionadas pelo desastre de 2015.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento desta pesquisa por meio dos estudos bibliográficos, da pesquisa de campo e da análise documental, o seu desenvolvimento perpassa por inúmeras indagações, caminhos, questionamentos e surpresas. O lugar do pesquisador nesse contexto se insere no aprendizado do fazer a pesquisa dia a dia, fazendo com que elementos que surgem nesse caminhar façam parte desta construção e amadurecimento enquanto pesquisador.

O objeto de estudo em seu início buscou compreender as dinâmicas familiares presentes na aldeia de Caieiras Velha focalizando nos pescadores profissionais e sua relação em um novo contexto, em que seu trabalho e modo de subsistência foi duramente atingido pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG. Todavia, a partir do desenvolvimento do estudo etnográfico e minha vivência na comunidade mostrou-me novos caminhos que agregaram e enriqueceram ainda mais o objeto estudado.

Dada a complexidade de efeitos do desastre socioambiental de Fundão em Mariana – MG estes se tornaram um processo dinâmico em que os impactos se dão de forma contínua sob inúmeros prismas, desde a devastação ambiental com a poluição da bacia do rio doce até a sua foz e demais áreas estuarinas, até os efeitos sociais que destrinchado, podemos elencar uma série de características deste vasto campo que demonstra o quão complexo será o processo de reparação prometido pelo Estado e empresas causadoras do desastre de reparar, mitigar e compensar os danos causados.

Nesse sentido, os efeitos sociais se desdobram em elementos socioeconômicos, psicológicos, culturais, espirituais, dentre outros, onde a família se coloca como um fator primordial tanto do ponto de vista dos efeitos sociais, quanto a forma de como o Estado enxerga a família a partir do desastre crítico ocorrido em novembro de 2015.

O estudo da literatura voltada para a concepção de família teve o objetivo de caracterizar o conceito de família inserindo na temática voltada para os efeitos ocasionados pelo rompimento da barragem e de como a família interagiu frente a essa dinâmica, focalizando especificamente na implementação do programa de cadastramento, ressarcimento e indenização dos impactados. Com o auxílio da literatura podemos caracterizar a família e a sua noção sob a perspectiva das Ciências Sociais em que o conceito é exposto em contextos e culturas distintas para demonstrar que a família como objeto de estudo é difundida e teorizada no meio científico.

As transformações socioespaciais causadas pelas mudanças, e de como ela influencia no comportamento e na cultura de determinado segmento da sociedade que passa por mudanças abruptas no contexto social, onde a família se insere como catalisadora dessas mudanças. Mostrar o Rio de Janeiro republicano e de como a família se transformou através de sua reestruturação urbana imposta pelo Estado e pelas elites econômicas, teve por objetivo comparar com o desastre de Fundão em Mariana – MG também funciona como um catalisador de mudanças na família, entendendo as mudanças do seu espaço doméstico, urbano, social e cultural, mudanças essas que podem ser entendidas também como impostas.

Além disso, as relações da economia familiar, trabalho e das demais relações geradas dentro dessa dinâmica em que o trabalho e o dinheiro se fazem presentes e de como elas são importantes no seio familiar foi analisado. Entendendo os elementos culturais e simbólicos que fazem parte deste estudo, a relação do povo indígena com o rio Piraquê-Açu não se resume em utilizá-lo como forma de subsistência econômica, mas também se insere numa relação em que o rio é uma extensão da identidade do povo indígena de Caieiras Velha e que a subsistência extraída do rio representa essa identidade.

Desse modo, entender como se dá a importância do dinheiro no núcleo familiar juntamente com o papel do trabalho, por meio da implementação do cadastramento para o auxílio emergencial cuja metodologia de distribuição utiliza a família como parâmetro, verificou-se que o dinheiro passou a ter um outro papel nas famílias Tupinikim atingidas pelo desastre.

O dinheiro passou ser entendida pelos Tupinikim como uma forma de luta para a obtenção do auxílio emergencial visando garantir minimamente a sua subsistência mesmo que esses recursos não sejam suficientes para reparação de maneira plena. A incerteza perante o futuro, sobretudo, se tratando das novas gerações e de novos núcleos familiares em que a nova realidade do rio impõe uma nova relação com o dinheiro e com o trabalho, pois se dará de maneira distinta em relação as gerações anteriores que tinham o rio como forma de subsistência ilimitada de recursos.

Vale ressaltar, que a implementação do cadastramento na comunidade de Caieiras Velha obedeceu aos critérios impostos pela Fundação Renova que possui outra lógica no uso dos recursos e do trabalho. Esta lógica se reduz a elementos puramente econômicos, desconsiderando características que não se limitam ao uso do dinheiro, mas tem a ver com o

pertencimento a aquele espaço em que o valor do trabalho e do dinheiro possui significados distintos.

Um dos objetivos da literatura exposta foi contrastar as lógicas presentes em sociedades capitalistas onde a Fundação Renova tem origem e que não considera as especificidades dos povos indígenas que historicamente possuem uma forma de organização familiar que se difere das formas que estão presentes em outras sociedades.

A Fundação Renova não considerou essas especificidades pelo fato de que as suas mantenedoras, as empresas causadoras do rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG, incorpora para si toda uma lógica corporativista, racional-burocrática em que famílias constituídas em uma cultura capitalista estão habituadas. Diferentemente das famílias não capitalistas em que as famílias tradicionais, dentre elas, as indígenas são originárias e com isso a relação desses povos com o uso dos recursos sejam elas econômicos ou não se distinguem das demais culturas, onde a lógica introduzida pela Fundação Renova se faz presente.

Podemos compreender o contexto social em que as famílias de um modo geral estão inseridas. No contexto brasileiro a relação entre os núcleos familiares e as redes de parentela se dá em conexão entre ambas. Formam novos espaços interacionais ditados pelo contexto da estrutura social em que vivem.

Na comunidade de Caieiras Velha a relação entre cada núcleo familiar com as parentelas forma uma grande rede de solidariedade em que o modo de vida na comunidade e as interações extraídas dessa relação contribuem para a manutenção do *modus operandi* em que os sistemas de representantes juntamente com o cacique dependem dessa relação para a sua continuidade em relação ao seu papel na aldeia. As transformações ocasionadas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG no cotidiano da família e de suas relações fazem parte de um processo dinâmico em que as famílias terão de se readaptar a nova realidade, a luta está em preservar minimamente a transmissão de conhecimento das gerações antigas para com as gerações atuais e as gerações futuras.

A relação da família com a comunidade e o seu papel na manutenção das relações e da sua lógica perpassa por diferenças retratadas na literatura, que no caso brasileiro essas especificidades tem relação com a estrutura social em que a sociedade brasileira foi construída e a disparidade dessas diferenças tem relação com aspectos culturais, sociais e simbólicos. Essa relação em contextos de inúmeras comunidades brasileiras, que como retratado na

literatura, as famílias e a comunidade interagem de acordo com o contexto em que vivem, a exemplo o cotidiano da comunidade do Cachorro Sentado em Porto Alegre – RS.

No caso da comunidade de Caieiras Velha a família possui grande importância até mesmo para a sobrevivência da cultura Tupinikim, devido a reprodução dessa relação secular com o território e a comunidade entre si, de modo que o sistema representativo presente na comunidade representa essa especificidade.

A partir da relação histórica da comunidade para com as empresas e a forma de como o Estado busca interferir nas relações familiares através de normas que padronizam por meio de números tem por objetivo impor a sua dominação perante a introdução de suas políticas intervencionistas no núcleo familiar. Vale ressaltar que essa relação de dominação é histórica e que a introdução desses padrões tem por objetivo tornar a família um instrumento de interesses do Estado em que através dessa relação o controle dos agentes estatais na estrutura familiar busca a manutenção de seus interesses e a padronização da família como instrumentos de uso político e econômico.

Através dos seus efeitos o desastre possui elementos múltiplos e se trata de um processo dinâmico e contínuo, a literatura voltada para o estudo do fenômeno desastre sob a perspectiva das Ciências Sociais tem por objetivo de discutir os aspectos humanos no seu contexto. O rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG é um fenômeno que corrobora com a literatura exposta em que o seu objeto está voltado em discutir os efeitos na vida social dos indivíduos que são atingidos pelo desastre.

Por meio dessa dinâmica estão expostas relações de poder e a carência de instrumentos de luta e mobilização de segmentos da sociedade que são continuamente vítimas, entendendo o desastre como um processo das interações humanas e não somente natural. A exploração humana dos recursos naturais e o seu papel econômico no caso do desastre de Fundão em Mariana – MG pode ser entendido como um processo histórico pautado por uma ideologia desenvolvimentista que concentra riqueza e poder nas elites em detrimento das camadas vulnerabilizadas da sociedade.

Nesse sentido, através dos relatórios de campo da comunidade de Caieiras Velha entre os meses de fevereiro e setembro de 2018, pude imergir em um campo novo no qual nunca havia me inserido. No início quebrei preconceitos e concepções acerca da cultura indígena, sobretudo, a partir do contexto do desastre de Mariana, desde a minha primeira ida a campo cada momento era um novo aprendizado acerca das relações sociais características da

comunidade. As famílias da aldeia possuem características comuns que estão presentes em grande parte das famílias em geral. Ao me inserir na família da Dona Helena e do senhor Manoel, por exemplo, pude constatar que os laços de consanguinidade existentes entre ambos implicam em toda uma teia de relações que envolve toda a comunidade, em se tratando de indivíduos que fazem parte das estruturas de representação interna existentes na aldeia.

As famílias possuem uma grande importância na manutenção dessa estrutura que é representada pelo cacique como chefe da aldeia e as demais lideranças e associações como a APECI e a AITG. A implementação do cadastramento para o pagamento do auxílio emergencial as famílias passam por essas estruturas. O papel da família na comunidade visa preservar essa lógica presente há gerações em que o objetivo das lideranças atuais é passar para a juventude e as novas famílias em formação a importância da formação de novas lideranças para assim preservar a coesão existente e prepara-los para as lutas que estão por vir, em que a Fundação Renova será o grande antagonista daqui para frente.

Através da etnografia também pude perceber os conflitos existentes entre os moradores das comunidades, sobretudo entre as lideranças, sua relação com a Renova e a forma de como isso se materializa. Além dos problemas concernentes da atuação da Fundação na comunidade, as famílias têm de lidar com suas relações internas que refletem na discussão em torno da comissão de caciques e demais lideranças. A existência de assimetrias nas relações existentes produziu constrangimentos, brigas, lutas de poder em que através do estudo etnográfico foi constatado que a forma com que a Fundação Renova distribui os recursos anteriores a implementação do cadastramento fez-se intensificar os conflitos internos.

Apesar do desastre, a comunidade busca minimamente preservar a sua relação com o rio e o ofício da pesca, todavia, é proibido comercializar o pescado do rio e consumir, haja vista, da contaminação causada pela lama de rejeitos. Em relação a esse aspecto Dona Josenita ainda busca manter o seu modo de vida e repassa-los aos seus filhos, mesmo considerando incerteza acerca do futuro. O hábito de adentrar a mata fechada, ir até o mangue caçar mariscos, ameixas, caranguejos mostra o forte laço presente entre os moradores da aldeia e o rio Piraquê-Açu.

Observou-se que a relação com o rio hoje é um misto de tristeza, revolta, mas também de força e mobilização frente aos desafios atuais e futuros. A nostalgia presente nos relatos acerca do rio denota que é insuficiente reparar-los a partir de concepções economicistas. Vale ressaltar que dos programas contidos no TTAC voltados para a região, acordado em 03 março



de 2016, somente um está sendo implementado na região do Piraquê-Açu até hoje, após três anos do desastre a morosidade por parte da Fundação Renova é muito característico. Nem mesmo o programa de cadastramento o único presente na comunidade indígena está sendo implementado de maneira plena, haja vista, que o PIM e o programa de ressarcimento ainda não foram nem sequer negociados.

Diálogos obtidos com as famílias atingidas, focalizo nos relatos da dona Helena e do senhor Manoel que retratam fielmente o sentimento das famílias Tupinikins em relação a perda do rio. Argumentaram que através de gerações a relação estabelecida era de uma intensidade tamanha que o rio passou a ser uma extensão de suas identidades, por isso, falar a respeito do auxílio emergencial não se limitou somente pelo aspecto financeiro. Arrancaram do convívio das gerações futuras essa relação com o rio onde o ofício de pescar não resume em ter uma carteirinha da associação, comprovada com documentos e todos os parâmetros burocráticos conhecidos de nossa sociedade em que foram incorporados pelos povos indígenas pelo fato de se fez necessário para a manutenção do ofício da pesca como uma profissão.

Vale ressaltar que através dos diálogos com as lideranças e com as famílias, verifica-se que existe uma coesão no entendimento do que são os seus direitos. A forma de mobilização na garantia dos mesmos perpassa por inúmeras frentes em que os indígenas estão inseridos e habituados, pois historicamente não é de hoje que a população indígena luta pela preservação do seu território e consequentemente no seu pertencimento a ele. Isso inclui a preservação dos espaços de sociabilidade presentes na comunidade e a composição das moradias, verifica-se que é nítido que a casa é um importante espaço na discussão familiar em torno dessa temática.

Os indígenas possuem uma relação antiga com agentes externos em relação a expropriação e exploração do seu território. Nesse sentido, estão habituados e conhecem muito bem a lógica desses agentes e dos interesses que estão por detrás de suas intenções. Através dos relatos do presidente da associação e do vice cacique da aldeia verifica-se que é nítido esse hábito, onde as lideranças e a comissão de caciques tem total conhecimento dessas intenções. Por meio de inúmeras reuniões, comissões, deliberações eles acabaram por absorver a lógica desses agentes como forma de mobilização e luta em relação a garantia dos direitos das aldeias indígenas, todavia, a mobilização exercida não se resume em seguir essa lógica, outras formas de protesto estão presentes e com a ativa participação da comunidade.

Nas reuniões entre a população indígena e os agentes externos sendo representados pelo CIF, CTs, poder judiciário e Fundação Renova era nítido a forma de atuação desses agentes para com a população afetada. Enquanto as lideranças proferiam suas reivindicações, queixas e relatos devidamente comprovados e documentados, os atores representados pela Renova, CIF e afins deliberavam acerca de procedimentos de natureza técnica em que o conteúdo exposto não continha caminhos que levassem ao atendimento integral do que ali estava sendo exposto pelas lideranças.

A morosidade dessas ações pode ser comprovada pelo acordo homologado em agosto de 2018, denominado de “TAC governança” em que estabeleceu novos parâmetros normativos a fim de dar celeridade as ações de reparação acordadas anteriormente. Com isso a Fundação Renova representando as empresas causadoras do dano responde de maneira ineficiente, ineficaz e devagar as múltiplas demandas das populações atingidas, dentre elas o povo indígena.

## 6. REFERENCIAS

ANAÍ - Associação Nacional de Ação Indigenista. **Estudo Etnoambiental: Terra Indígena Tupiniquim e Terra Indígena de Comboios**. Volume 01 – Diagnóstico Etnoambiental, Salvador, 2010.

ARAUJO, B. M. R.; **A Vocação do Prazer: A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano**. Ricco, Rio de Janeiro, 1993.

ARRETCHE, M.; **Rela es federativas nas políticas sociais**. Educa o e Sociedade, Campinas. v. 23, n. 80, set. 2002.

AUGUSTO, A., et. al.; **Desastre no contexto da Modernidade brasileira: Injustiça Ecológica, Ecoc dio e Responsabilidade no caso da Bacia do Rio Doce (Brasil)**. 40<sup>o</sup> Encontro anual da ANPOCS, 2015.

AZEVEDO, C. J. L.; **As transforma es da família**. Rio de Janeiro, Portal dos psicólogos, 2015. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0934.pdf>, Acesso em 09/04/2018.

BALIEIRO, F. F.; **A “guerra” contra o gênero: rea es às últimas décadas de políticas de promo o da igualdade de gênero no Brasil**. Cadernos Pagu, 51, 2017.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e outras varia es antropológicas**. Organiza o Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BOTH, E.; **Família e Rede Social**. Francisco Alves editora S. A.; segunda edi o, Rio de Janeiro, 1971.

BOURDIEU, P.; **Razões práticas: sobre a teoria da a o**. Campinas: Papyrus Editora, 1996.

\_\_\_\_\_.; **O Poder Simbólico**. DIFEL - Difusão Editorial, Ltda; Lisboa, 1989.

BRAGA DA CRUZ, M.; **Teorias Sociológicas: os fundadores e os clássicos (antologia de textos)**. 4<sup>a</sup> Ed. Lisboa: Funda o Calouste Gulbenkian, 2004.

BRUSCHINI C.; **Uma abordagem sociológica de família**. Revista brasileira de estudos da popula o, volume 6, São Paulo, 1989.

CARVALHO, J. M.; **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. Companhia das letras, São Paulo, 2004.

- COSTA, F. J.; **A ordem médica e Norma familiar**. Graal, Rio de Janeiro, 1999.
- DOWBOR, L.; **Economia da Família**. Volume 26, PUC, São Paulo, 2015.
- FERNANDES, M., C., G.; BOEHS, E., A.; **O suporte social durante a transição familiar ni=0 pós-desastre natural**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis; Out-Dez; 22(4): 1098-105, 2013.
- FONSECA, C.; **De família, reprodução e parentesco: algumas considerações**. Dossiê: Famílias em movimento. Cadernos pagu, 29, 2007.
- \_\_\_\_\_; **Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica**. Saúde e sociedade V. 14, nº 12, Rio Grande do Sul, 2005.
- \_\_\_\_\_; **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares - 2.ed. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.**
- GIDENS, A.; **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GOFFMAN, E.; **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- \_\_\_\_\_; **Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Amorrortu, quarta edição, 2004.
- GOLDANI, A. M.; **As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da “desestruturação”**. Cadernos pagu, São Paulo, 1993.
- HERCULANO, S.; **Clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, InterfacEHS, 2006.
- IZOTON, J. P. L.; **Pesca Artesanal e Industrialização na Barra do Riacho, Aracruz – ES**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2016.
- LATOUR, B. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator Rede**. Salvador – Bauru: EDUFBA – UFSC, 2012.
- MAINARDI, C. **Construindo proximidades e distanciamentos: Etnografia Tupi Guarani da Terra Indígena de Piaçaguera/SP**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, 2010.
- MILLS, C.W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MOLITERNO, A. C. M., et. al.; **Dinâmica Social e Familiar: Uma descrição etnográfica de famílias de idosos Kaingang**. Cienc Cuid Saude ; 10(4):836-844, 2011.

OIT, **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho**. - Brasília: OIT, 2011. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao\\_169\\_OIT.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf), Acesso em 14/09/2018.

PERRY, R. H.; QUARANTELLI, E. L.; **Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional**. Tradução: Raquel Brigatte, O Social em Questão - Ano XVIII - nº 33 – 2015.

PIRES, A. et. al.; **Uma visão sociológica sobre a família**. Revista de, Nr. 39. Funchal, 2014.

PORTELA, S. L. D. et. al.; **DA “PONTE SOBRE ÁGUAS TURBULENTAS” À REINVENÇÃO DO “HOMEM LENTO”**: reflexões sobre assimetrias de saber e desastres. Ci. & Tróp. Recife, v. 40, n. 1, p. 77-98, 2016.

QUIVY, R. e VAN CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

ROSSONI, G.; **Programa de Indenização Mediada: Anexo pedido de dilação de prazo**. Fundação Renova, Belo Horizonte, 12/06/2017. Disponível em: [https://sei.ibama.gov.br/documento\\_consulta\\_externa.php?id\\_acesso\\_externo=9036&id\\_documento=375016&infra\\_hash=ed404bc2260f2dcc7c6f82a15124a958](https://sei.ibama.gov.br/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=9036&id_documento=375016&infra_hash=ed404bc2260f2dcc7c6f82a15124a958), Acesso em 16/04/2018.

SARACENO, C.; **Sociologia da Família**. Editorial Estampa, Lisboa, 1992.

SARTHI A. C.; **Contribuições da Antropologia para o estudo da família**. Psicologia, USP, São Paulo, 1992. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v3n1-2/a07v3n12.pdf>, Acesso 09/04/2018.

SILVA, M. Z.; CAYRES, D. C.; SOUZA, L. M. **Desastre socioambiental e Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) como instrumento de política pública: o caso da barragem de Fundão – MG**. Civitas, v. 19, nº 2, Porto Alegre, 2019.

SILVA, S. J.; **“VOU FALAR A VERDADE”**: A produção das identidades sociais no contexto das audiências públicas. CONFLUÊNCIAS | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito. v. 15, nº 2, 2013.

\_\_\_\_\_; **Tempo e Espaço entre os Tupiniquim**. IFCH – PPGAS, UNICAMP, 2000.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.

\_\_\_\_\_. **O conflito como sociação**. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 10, n. 30, pp. 568-573. ISSN 1676- 8965. 2011. <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.htm>, Acesso em 28/06/2017.

SOUZA. J. O. C.; **O sistema econômico nas sociedades indígenas pré-coloniais**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 211-253, dezembro de 2002.

SOUZA. M. T. S.; **Resiliência e desastres naturais**. Tendências, 2011.

SOUZA RAMOS, J.; **Enredando Famílias: Estado e Família no Povoamento do Solo Nacional**. Campos, p. 25-44, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/viewFile/1619/1361>. Acesso em: 25/05/2018.

TORQUATO JUNIOR, E.; **PROLIND: Realidade no processo de formação de Professores Indígenas**. CONEAB: I Congresso Internacional de Estudos de Africa e Brasil. Revista de Estudos Linguísticos, Literários, Culturais e da Contemporaneidade – UPE/Guaranhuns – Pernambuco, 2016.

VALÊNCIO, N. et, al. **Sociologia dos desastres: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

VALÊNCIO, N.; GONÇALVES, J. C.; **A Convivência com os riscos relacionados às barragens no semi-árido nordestino: Conflito entre representações e práticas sociais**. R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS V. 8, N. 1, 2006.

VIANA A.; LOWENCRON L.; **O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexos, materialidades e linguagens**. Cadernos pagu, 51, 2017.

VICENTE, G. A. D.; **Território e Cultura: Os Tupiniquins de Caieiras Velhas – ES (2007-2014)**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2014.

VIÉGAS, R. N. et.al.; **Negociação e acordo ambiental: o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais**. Fundação Heinrich Böll; FASE e ETTERN/IPPUR. Rio de Janeiro, 2014.

XAVIER, E. M.; **Representações sociais sobre os pescadores em Regência – Linhares/ES -, no contexto das ações do programa de ressarcimento e indenização dos impactados pelo desastre da barragem de Fundão – MG**. Vitória, II Seminário de Ciências Sociais - PGCS UFES. 21 a 23 de novembro de 2017.

ZHOURI, A. et. al.; **O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social**. Mariana/Artigos. Cienc. Cult. Vol. 68, nº 3, São Paulo, Julho/Setembro, 2016. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252016000300012](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300012). Acesso em 21/09/2019.

ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton**. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

## 6.1 Material de apoio

BRASIL – CIF. **Ata da 8ª reunião ordinária do Comitê Interfederativo**. 2016.

\_\_\_\_\_. **Comitê Interfederativo**. Deliberação de nº 07/2016.

\_\_\_\_\_. **Comitê Interfederativo**. Deliberação de nº 58/2017.

\_\_\_\_\_. **Comitê Interfederativo**. Deliberação de nº 93/2017.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica – 006/NT/CIF-CTOS**. 2016.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica – 007/NT/CIF-CTOS**. 2016.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica – 008/NT/CIF-CTOS**. 2016.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica – 009/NT/CIF-CTOS**. 2016.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica – 010/NT/CIF-CTOS**. 2017.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica – 011/NT/CIF-CTOS**. 2017.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica – 012/NT/CIF-CTOS**. 2017.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica – 013/NT/CIF-CTOS**. 2017.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica** – 015/NT/CIF-CTOS. 2017.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica** – 016/NT/CIF-CTOS. 2017.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica** – 017/NT/CIF-CTOS. 2017.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica** – 024/NT/CIF-CTOS. 2018.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno do Comitê Interfederativo**. 2018. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/regimento-interno/cif-regimento2018.pdf>.PDF.

Acesso em 09/04/2018.

\_\_\_\_\_. **Regimento Único das Câmaras Técnicas do Comitê Interfederativo**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/regimento-interno/cif-regimento-unico-2018.pdf>. Acesso em: 09/04/2018.

GIRD. **Grupo Interdefensorial Rio Doce. Nota Técnica** – 002/NT/CIF-CTOS. 2016.

\_\_\_\_\_. **Grupo Interdefensorial Rio Doce. Nota Técnica** – 002/NT/CIF-CTOS. 2017.

IBAMA. **Termo de Cumprimento ao TTAC**. [https://sei.ibama.gov.br/documento\\_consulta\\_externa.php?id\\_acesso\\_externo=9052&id\\_documento=305474&infra\\_hash=5b6248e45870ff4dc731adda88ead5d](https://sei.ibama.gov.br/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=9052&id_documento=305474&infra_hash=5b6248e45870ff4dc731adda88ead5d). Acesso em 09/04/2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, Parecer Pericial nº 115/2016/6ªCCR: **Impactos do desastre socioambiental causado pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, sobre as comunidades indígenas Tupiniquim e Guarani das TIs. Caieiras Velha II, Comboios e Tupiniquim**. 2016. Disponível em: [http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/documentos/parecer-115-2016\\_seap-tupiniquim-e-guarani.pdf](http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/documentos/parecer-115-2016_seap-tupiniquim-e-guarani.pdf), Acesso em 09/04/2018.

\_\_\_\_\_, **Termo de Ajustamento e Conduta**, 2018. Disponível em: [http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/tac-gov/2018-06-25-cif-tac\\_governanca.pdf](http://www.ibama.gov.br/phocadownload/cif/tac-gov/2018-06-25-cif-tac_governanca.pdf), Acesso em 18/10/2018.